

EIXO E.16 LEADER DO PEPAC-AÇORES (2023-2027)

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL 2023-2027
PARA O TERRITÓRIO DE INTERVENÇÃO DA ASDEPR

setembro de 2023

ASDEPR – Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural

Índice

| | | |
|--------|---|----|
| 1. | Sumário Executivo | 8 |
| 2. | Diagnóstico da Situação Atual | 10 |
| 2.1. | Descrição Geográfica do Território de Intervenção | 10 |
| 2.2. | Caracterização Socioeconómica do Território de Intervenção | 11 |
| 2.2.1. | Indicadores Demográficos | 11 |
| 2.2.2. | Indicadores de Conforto | 28 |
| 2.2.3. | Mercado de Trabalho | 30 |
| 2.2.4. | Atividade Económica | 35 |
| 2.2.5. | Indicadores de Ação Social | 44 |
| 2.2.6. | Infraestruturas e Serviços Básicos | 46 |
| 2.3. | Caracterização Cultural e Ambiental do Território | 50 |
| 2.3.1. | Património Cultural | 50 |
| 2.3.2. | Património Natural | 52 |
| 2.3.3. | Ambiente | 56 |
| 2.4. | Caracterização da transição energética e digital | 57 |
| 3. | Análise SWOT – Constrangimentos e Oportunidades | 60 |
| 3.1. | Pontos Fortes, Pontos Fracos, Oportunidades e Ameaças | 60 |
| 3.2. | Identificação e Priorização de Necessidades | 69 |
| 4. | Estratégia de Desenvolvimento Local e Objetivos | 70 |
| 4.1. | Descrição da Estratégia | 70 |
| 4.2. | Objetivos Estratégicos e Objetivos Específicos em Coerência com as Necessidades | 72 |
| 4.3. | Relação entre os Objetivos da Estratégia com as Prioridades de Desenvolvimento Rural indicadas no PEPAC de Portugal 2023-2027, na parte referente à RAA | 74 |
| 4.4. | Relação dos Objetivos da Estratégia com os Desafios do LEADER | 74 |
| 4.5. | Coerência e Compatibilidade com as Políticas Locais, Nacionais e Europeias (PEPAC e LEADER) | 74 |
| 4.6. | Impacto Esperado da Estratégia, Metas e Indicadores | 85 |
| 4.7. | Impacto dos Objetivos da Estratégia | 87 |
| 5. | Processo de Participação e Dinamização na Conceção e Elaboração da EDL | 89 |
| 5.1. | Envolvimento de Entidades Parceiras | 89 |
| 5.2. | Participação dos Cidadãos e Outros Agentes Locais | 92 |
| 5.3. | Plano de Divulgação | 92 |
| 5.4. | Modelo de Avaliação da EDL | 93 |
| 6. | Execução e Acompanhamento da EDL | 94 |
| 6.1. | Plano de Ação | 94 |
| 6.1.1. | Linhas de Atuação e Relação com os Desafios LEADER | 94 |
| 6.1.2. | Sinergias e Complementaridade com Outros Planos Setoriais Regionais | 94 |

| | | |
|--------|---|------|
| 6.1.3. | Tipologias de Projetos e Potenciais Beneficiários | 95 |
| 6.1.4. | Identificação e Detalhe de Propostas Inovadoras | 97 |
| 6.2. | Plano de Financiamento | 99 |
| 6.2.1. | Despesa pública | 102 |
| 6.3. | Disposições para Gestão, Acompanhamento e Avaliação da EDL | 107 |
| 6.3.1. | Descrição da Entidade Candidata a Gestor da EDL | 107 |
| 6.3.2. | Taxa de Compromisso e Execução Final (período 2007-2013)..... | 107 |
| 6.3.3. | Processos de Gestão, Acompanhamento e Avaliação | 108 |
| 7. | Procedimento de Gestão de Avisos..... | 110 |
| 7.1. | Sistema de Priorização de Projetos | 110 |
| 7.2. | CrITÉrios de Seleção..... | 110 |
| 7.3. | Procedimento para Resolução de Potenciais Conflitos de Interesse e Combate a Fraudes na Seleção de Projetos | 1111 |

Índice de Tabelas

| | |
|--|----|
| Tabela 1. Área, perímetro e extensão máxima por município (2020)..... | 10 |
| Tabela 2. População residente no território de intervenção da ASDEPR (2011-2021) | 12 |
| Tabela 3. População residente no concelho de Lagoa (2011-2021) | 12 |
| Tabela 4. População residente no concelho de Nordeste (2011-2021)..... | 13 |
| Tabela 5. População residente no concelho de Povoação (2011-2021) | 13 |
| Tabela 6. População residente no concelho de Ribeira Grande (2011-2021) | 14 |
| Tabela 7. População residente no concelho de Vila Franca do Campo (2011-2021)..... | 14 |
| Tabela 8. Densidade Populacional (2011-2021)..... | 15 |
| Tabela 9. Estrutura etária da população residente na área de intervenção ASDEPR (2011-2021) | 16 |
| Tabela 10. Estrutura etária da população residente no concelho de Lagoa (2011-2021) | 16 |
| Tabela 11. Estrutura etária da população residente no concelho de Nordeste (2011-2021) | 17 |
| Tabela 12. Estrutura etária da população residente no concelho de Povoação (2011-2021) | 18 |
| Tabela 13. Estrutura etária da população residente no concelho de Ribeira Grande (2011-2021)..... | 19 |
| Tabela 14. Estrutura etária da população residente no concelho de Vila Franca do Campo (2011-2021)..... | 20 |
| Tabela 15. Habilitações literárias da população residente no território de intervenção da ASDEPR (2011-2021) | 20 |
| Tabela 16. Taxa de analfabetismo (2011-2021) | 21 |
| Tabela 17. Habilitações literárias da população residente no concelho de Lagoa (2011-2021) | 21 |
| Tabela 18. Taxa de analfabetismo no concelho de Lagoa (2011-2021) | 22 |
| Tabela 19. Habilitações literárias da população residente no concelho de Nordeste (2011-2021)..... | 22 |
| Tabela 20. Taxa de analfabetismo no concelho de Nordeste (2011-2021)..... | 23 |
| Tabela 21. Habilitações literárias da população residente no concelho de Povoação (2011-2021) | 24 |
| Tabela 22. Taxa de analfabetismo no concelho de Povoação (2011-2021) | 24 |
| Tabela 23. Habilitações literárias da população residente no concelho de Ribeira Grande (2011-2021) | 24 |
| Tabela 24. Taxa de analfabetismo no concelho de Ribeira Grande (2011-2021) | 25 |
| Tabela 25. Habilitações literárias da população residente no concelho de Vila Franca do Campo (2011-2021)..... | 26 |
| Tabela 26. Taxa de analfabetismo no concelho de Vila Franca do Campo (2011-2021)..... | 26 |
| Tabela 27. Indicadores de população (2011-2021)..... | 27 |
| Tabela 28. Índice de dependência total, dependência dos jovens e dos idosos (2011-2021) | 28 |
| Tabela 29. Evolução do Poder de compra (2009-2019)..... | 29 |
| Tabela 30. Agregados familiares com equipamento de apoio ao trabalho doméstico, de comunicação e lazer (2015/2016) | |
| 29 | |
| Tabela 31. Indicadores de mercado de trabalho (2011-2021) | 30 |
| Tabela 32. Indicadores de trabalho no concelho de Lagoa (2011-2021)..... | 31 |
| Tabela 33. Indicadores de trabalho no concelho de Nordeste (2011-2021) | 31 |
| Tabela 34. Indicadores de trabalho no concelho de Povoação (2011-2021) | 32 |
| Tabela 35. Indicadores de trabalho no concelho de Ribeira Grande (2011-2021)..... | 33 |

| | |
|---|----|
| Tabela 36. Indicadores de trabalho no concelho de Vila Franca do Campo (2011-2021) | 34 |
| Tabela 37. População empregada por situação na profissão principal (2011-2021) | 34 |
| Tabela 38. População empregada por setor de atividade (2011-2021)..... | 35 |
| Tabela 39. Produto Interno Bruto a preços correntes (2011/2021) | 35 |
| Tabela 40. Indicadores de contas regionais por atividade económica (2010-2020)..... | 36 |
| Tabela 41. Valor Acrescentado bruto das empresas por setor de atividade (2010-2020)..... | 37 |
| Tabela 42. N.º de explorações por classes de superfície agrícola utilizada (2009/2019) | 38 |
| Tabela 43. Efetivo animal da exploração agrícola por localização geográfica..... | 38 |
| Tabela 44. Leite de vaca entregue nas fábricas em litros (2009/2019) | 38 |
| Tabela 45. Densidade de empresas e de estabelecimentos (2020)..... | 39 |
| Tabela 46. Indicadores de empresas e estabelecimentos (2020) | 39 |
| Tabela 47. Empresas por concelho segundo CAE (2010-2020)..... | 40 |
| Tabela 48. Comércio internacional declarado de mercadorias por município de sede dos operadores (Exportações) 41 | |
| Tabela 49. Comércio internacional declarado de mercadorias por município de sede dos operadores (Importações)41 | |
| Tabela 50. Comércio internacional de mercadorias de operadores com sede na região, por grandes categorias económicas (2020) | 42 |
| Tabela 51. Estabelecimentos de alojamento turístico por concelho (2018-2022)..... | 43 |
| Tabela 52. N.º de unidades de Alojamento Local (AL) e estabelecimentos AL..... | 43 |
| Tabela 53. Taxa líquida de ocupação cama (%) nos estabelecimentos de alojamento turístico por concelho | 44 |
| Tabela 54. Indicadores de ação social, beneficiários de RSI e pensionistas (2011-2021)..... | 45 |
| Tabela 55. IPSS com Acordo de Cooperação (2019) | 45 |
| Tabela 56. Projeções do coeficiente de substituição de 2019 a 2070 | 45 |
| Tabela 57. N.º de respostas sociais e capacidade por área de intervenção (infância e juventude) | 46 |
| Tabela 58. N.º de respostas sociais e capacidade por área de intervenção (população adulta) | 47 |
| Tabela 59. N.º de respostas sociais e capacidade por área de intervenção (família e comunidade)..... | 47 |
| Tabela 60. N.º de respostas por tipo de ensino | 48 |
| Tabela 61. Rede oficial do Serviço Regional de Saúde (2021) | 49 |
| Tabela 62. Rede de instalações desportivas artificiais | 49 |
| Tabela 63. Outras Infraestruturas e Serviços Básicos | 49 |
| Tabela 64. Resíduos urbanos recolhidos em toneladas (2020-2021) | 56 |
| Tabela 65. Emissão e Aquisição de Energia nos Açores, por tecnologia, de 2018 a 2022 (GWh) | 58 |
| Tabela 66. Automóveis ligeiros novos vendidos nos Açores, por tipo de combustível/elétricos (2018-2023)..... | 58 |
| Tabela 67. Pontos Fortes e Pontos Fracos do território de intervenção da ASDEPR, por concelho..... | 67 |
| Tabela 68. Oportunidades e Ameaças do território de intervenção da ASDEPR, por concelho..... | 68 |
| Tabela 69. Eixos, Objetivos Estratégicos e Específicos e as respetivas Tipologias PEPAC Açores | 73 |
| Tabela 70. Distribuição dos fundos por objetivos estratégicos | 79 |
| Tabela 71. Distribuição dos fundos por programas | 80 |

| | |
|---|-----|
| Tabela 72. Distribuição dos montantes do Portugal 2030 por programas e objetivos estratégicos | 81 |
| Tabela 73. Outros financiamentos europeus relevantes | 81 |
| Tabela 74. Metas e indicadores de resultado dos OE | 85 |
| Tabela 75. Entidades Parceiras da ASDEPR..... | 90 |
| Tabela 76. PLANO DE FINANCIAMENTO – Previsão de despesa pública necessária por sub-intervenções e anos..... | 102 |
| Tabela 77. PLANO DE AÇÃO DA EDL – Objetivos..... | 104 |
| Tabela 78. PLANO DE AÇÃO – Indicadores obrigatórios | 106 |
| Tabela 79. Previsão do PEPAC RAA LEADER..... | 106 |
| Tabela 80. Dados no Período de Programação 2007-2013 | 108 |

Índice de Figuras

| | |
|---|----|
| Figura 1. Território de Intervenção da ASDEPR (a cinza)..... | 10 |
| Figura 2. Projeções do coeficiente substituição de 2019 a 2070 | 46 |
| Figura 3. Evolução do tratamento dos resíduos urbanos em São Miguel (2016-2021) | 57 |

1. Sumário Executivo

A Estratégia de Desenvolvimento Local é definida como um conjunto coerente de operações destinadas a responder a objetivos e necessidades locais, que contribuam para a realização da estratégia da União Europeia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, concebido e executado por Grupos de Ação Local (GAL).

O desenvolvimento de uma Estratégia de Desenvolvimento Local visa, assim, promover a gestão sustentável do território, valorizando os recursos endógenos e fortalecendo a identidade local. Visa, ainda, fomentar o acesso da população a serviços básicos de proximidade local e contribuir para o aumento e consolidação das competências locais, com vista à melhoria da qualidade de vida da população em diversos domínios, nomeadamente económico, social, cultural e ambiental.

Tendo em consideração as necessidades identificadas, o Grupo de Ação Local estabelece e executa a sua Estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária, com o intuito de promover o desenvolvimento do seu território de intervenção e a melhoria da qualidade de vida da população residente.

Neste contexto, a ASDEPR – Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural, associação de âmbito local, definiu a presente Estratégia de Desenvolvimento Local que abrange o seu território de intervenção, designadamente os concelhos de Lagoa, Nordeste, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo, localizados na ilha de São Miguel.

Na elaboração da EDL foram consideradas diversas fontes de informação, quantitativa e qualitativa, tendo, igualmente, sido considerados fatores que atualmente contribuem ou possam condicionar o desenvolvimento económico e social do território de intervenção específico da ASDEPR, com vista a valorizar as potencialidades e superar as dificuldades detetadas, com resposta às necessidades, de forma integrada e alicerçada numa gestão sustentável do território, no âmbito dos termos previstos no Eixo E – Desenvolvimento Rural, do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum para Portugal, PEPAC-Açores, abrangendo o período 2023 a 2027.

Numa primeira fase, foi efetuado um diagnóstico da situação atual, contemplando a caracterização geográfica, socioeconómica, natural, ambiental e cultural, bem como da transição energética e digital do território de intervenção da ASDEPR, considerando as especificidades de cada um dos concelhos abrangidos.

Posteriormente, realizou-se a análise do contexto, contando com a participação dos parceiros associados, bem como de outros *stakeholders*, com vista a serem plasmadas as suas perspetivas do território, no âmbito das potencialidades e dos constrangimentos do território e identificadas e priorizadas as necessidades específicas da área de intervenção.

Com base na utilização da metodologia de *focus group* e de reuniões, foram auscultados os diversos parceiros e *stakeholders* pertencentes a cada um dos concelhos da área de intervenção, envolvendo a comunidade local na elaboração da EDL, de modo a que esta possa refletir as reais necessidades e aspirações da população rural, com vista à resposta ao desenvolvimento económico e social de forma integrada e sustentável.

Foi, igualmente, definida a Estratégia de Desenvolvimento Local, com os objetivos em coerência e compatibilidade com as políticas locais, nacionais e europeias. Foi, ainda, referenciado o impacto esperado da estratégia, metas e indicadores e dos objetivos da estratégia.

Por outro lado, foi definida a forma como a mesma será executada, divulgada, avaliada e acompanhada, tendo sido criado um Plano de Ação que contempla as linhas de atuação, sinergias e a complementaridade com outros planos setoriais regionais, as tipologias de projetos e potenciais beneficiários e, ainda, a identificação e detalhe de propostas inovadoras.

No âmbito do eixo E.16 do Leader PEPAC – Açores 2023-2027, as verbas estimadas disponíveis para a EDL para o território de intervenção da ASDEPR, designadamente os concelhos de Lagoa, Nordeste, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo, ascendem a 2.648.919,87 €.

Foi elaborado o Plano de Financiamento, contemplando os limites e percentagens de ajudas e investimentos elegíveis, despesa pública associada, entre outros aspetos, assim como as disposições para a gestão, acompanhamento e avaliação da EDL, o processo de gestão, acompanhamento e avaliação da EDL para o período de 2023-2027, com a possibilidade de prolongamento até 2029, prevendo, ainda, os critérios de priorização dos projetos, que serão estabelecidos nos Avisos de Abertura de Concursos.

Por outro lado, a EDL assegura os mecanismos de resolução de potenciais conflitos de interesse e de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas na seleção e implementação dos projetos.

2. Diagnóstico da Situação Atual

O diagnóstico da situação atual envolve a caracterização geográfica, socioeconómica, ambiental e cultural e a caracterização da transição energética e digital do território, considerando as especificidades de cada um dos concelhos que constituem a área de intervenção da ASDEPR.

2.1. Descrição Geográfica do Território de Intervenção

O território de intervenção da ASDEPR abrange cinco dos seis concelhos da ilha de São Miguel, nomeadamente, Lagoa, Nordeste, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo, conforme ilustrado na figura que se segue.

Figura 1. Território de Intervenção da ASDEPR (a cinza)



Estes cinco concelhos subdividem-se em 40 freguesias, sendo a Ribeira Grande o concelho com um maior número de freguesias, num total de 14 freguesias, seguindo-se o concelho de Nordeste, com 9 freguesias, Vila Franca do Campo e Povoação, com 6 e Lagoa com 5 freguesias.

Todo este território de intervenção abrange 511,6 km², o que corresponde a 68,7% de toda a área da ilha de São Miguel. Da área de intervenção, denota-se que Ribeira Grande é o concelho com maior área (180,2 km²) e Lagoa o concelho com menor área (45,6 km²).

Quanto ao relevo destaca-se, como o ponto mais alto da ilha, a montanha vulcânica do Pico da Vara localizado no concelho do Nordeste, com uma altitude de 1.103 metros.

Tabela 1. Área, perímetro e extensão máxima por município (2020)

| Zona Geográfica | Área (km ²) | Perímetro (km) | Comprimento Máximo | | Altitude Máxima (m) |
|---------------------------|-------------------------|----------------|--------------------|-----------------|---------------------|
| | | | Norte-Sul (km) | Este-Oeste (km) | |
| R. A. Açores | 2.321,96 | 943 | 311 | 547 | 2.351 |
| <u>Ilha de São Miguel</u> | 744,58 | 230 | 23 | 63 | 1.103 |
| Território ASDEPR | 511,59 | - | - | - | - |
| Lagoa | 45,59 | 45 | 8 | 11 | 947 |
| Nordeste | 101,47 | 53 | 10 | 15 | 1.103 |
| Povoação | 106,41 | 64 | 10 | 20 | 1.103 |
| Ribeira Grande | 180,15 | 120 | 12 | 32 | 877 |
| Vila Franca do Campo | 77,97 | 58 | 9 | 14 | 947 |

O concelho de Lagoa, com 45,6 km² de área, localiza-se na costa sul da ilha de São Miguel, estando limitado, a oeste, pelo concelho de Ponta Delgada, a norte, pelo concelho da Ribeira Grande e a este, pelo concelho de Vila Franca do Campo, encontrando-se repartido por cinco freguesias, designadamente Nossa Senhora do Rosário, Santa Cruz, Água de Pau, Cabouco e Ribeira Chã.

Já o concelho de Nordeste é constituído por nove freguesias, nomeadamente por Achada, Achadinha, Lomba da Fazenda, Nordeste, Salga, Santana, Algarvia, Santo António de Nordestinho e São Pedro de Nordestinho. Com 101,5 km² de área, situa-se no extremo da ilha, confrontando a sul com o concelho da Povoação e a oeste com o concelho da Ribeira Grande.

Com uma área de 106,4 km², o concelho da Povoação situa-se na zona oriental da costa sul da ilha, delimitado a poente pelo concelho de Vila Franca do Campo, a norte pelo concelho da Ribeira Grande e a nascente por Nordeste. As seis freguesias pertencentes ao concelho são a Povoação, Furnas, Nossa Senhora dos Remédios, Ribeira Quente, Água Retorta e Faial da Terra.

Como já referido, Ribeira Grande é o concelho com maior área e maior número de freguesias, sendo constituído por catorze freguesias, designadamente Calhetas, Fenais da Ajuda, Lomba da Maia, Lomba de São Pedro, Maia, Pico da Pedra, Porto Formoso, Rabo de Peixe, Conceição, Matriz, Ribeira Seca, Ribeirinha, Santa Bárbara e São Brás. Situa-se na costa norte da Ilha de São Miguel, sendo limitado a leste pelo concelho de Ponta Delgada e a norte tem costa no oceano atlântico.

Vila Franca do Campo é limitado a oeste pelo concelho de Lagoa, a este pelo concelho da Povoação e a noroeste pelo concelho da Ribeira Grande, ocupando uma área de 78 km². É composto por cinco freguesias, designadamente Água d'Alto, Ponta Garça, São Miguel, São Pedro e Ribeira das Taínhas.

2.2. Caracterização Socioeconómica do Território de Intervenção

Para a caracterização socioeconómica do território de intervenção, foram analisados indicadores da população, designadamente, a população residente na área de intervenção, respetiva estrutura etária e habilitações literárias. Foram, igualmente, analisados indicadores de conforto, o mercado de trabalho, a atividade económica, o setor do turismo e as infraestruturas de apoio.

2.2.1. Indicadores Demográficos

/// População Residente

Entre os anos de 2011 e 2021, verificou-se uma diminuição generalizada de população residente em todas as ilhas da Região Autónoma dos Açores, não tendo a Ilha de São Miguel sido exceção. A população residente na ilha de São Miguel passou de 137.856 residentes, em 2011, para 133.288 residentes, em 2021, o que se traduz numa redução de 3,3% face a 2011.

De um modo global, em 2021, o número de residentes em todos os concelhos da ilha de São Miguel diminuiu face a 2011, tendo esta redução sido mais significativa nos concelhos de Nordeste (-11,5%), Povoação (-8,5%) e Vila Franca do Campo (-8,1%).

Em 2011, o território de intervenção da ASDEPR totalizava 69.047 residentes, passando para 66.059 em 2021, representando uma diminuição de 2.988 residentes (- 4,3% face a 2011).

Tabela 2. População residente no território de intervenção da ASDEPR (2011-2021)

| Local de residência | População residente | | | | |
|---------------------------|---------------------|--------------|----------------|--------------|------------------------|
| | 2011 | Peso (%) | 2021 | Peso (%) | Variação 2011-2021 (%) |
| R. A. Açores | 246.772 | - | 236.413 | - | -4,2% |
| Ilha de São Miguel | 137.856 | 55,9% | 133.288 | 56,4% | -3,3% |
| Território ASDEPR | 69.047 | 28,0% | 66.059 | 27,9% | 4,3% |
| Lagoa | 14.442 | 5,9% | 14.189 | 6,0% | -1,8% |
| Nordeste | 4.937 | 2,0% | 4.368 | 1,8% | -11,5% |
| Povoação | 6.327 | 2,6% | 5.791 | 2,4% | -8,5% |
| Ribeira Grande | 32.112 | 13,0% | 31.388 | 13,3% | -2,3% |
| Vila Franca do Campo | 11.229 | 4,6% | 10.323 | 4,4% | -8,1% |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011 e Censos 2021)

De acordo com os Censos de 2021, verifica-se uma diminuição da população residente no concelho de Lagoa face a 2011, tendo passado de 14.442 residentes, em 2011, para 14.189 residentes, em 2021. O mesmo se verifica nas freguesias do concelho, com exceção de Cabouco e Nossa Senhora do Rosário, que registaram um aumento do número de residentes, respetivamente 2,6% e 0,2%, face a 2011. A diminuição da população foi mais significativa na freguesia de Ribeira Chã, com uma redução de 7,8%, seguido por Água de Pau com menos 4,6% residentes face a 2011.

Tabela 3. População residente no concelho de Lagoa (2011-2021)

| Local de residência | População residente | | | | |
|---------------------------|---------------------|--------------|----------------|--------------|------------------------|
| | 2011 | Peso (%) | 2021 | Peso (%) | Variação 2011-2021 (%) |
| Ilha de São Miguel | 137.856 | - | 133.288 | - | -3,3% |
| Lagoa | 14.442 | 10,5% | 14.189 | 10,6% | -1,8% |
| Água de Pau | 3.058 | 2,2% | 2.919 | 2,2% | -4,5% |
| Cabouco | 1.921 | 1,4% | 1.970 | 1,5% | 2,6% |
| N.S. Rosário | 5.396 | 3,9% | 5.407 | 4,1% | 0,2% |
| Santa Cruz | 3.671 | 2,7% | 3.528 | 2,6% | -3,9% |
| Ribeira Chã | 396 | 0,3% | 365 | 0,3% | -7,8% |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011 e Censos 2021)

Em 2021, no concelho de Nordeste, é possível observar uma diminuição da população, passando de 4.937 residentes, em 2011, para 4.368 residentes, em 2021 (-11,5%). Em quase todas as freguesias do concelho se verificou uma diminuição da população residente, com maior representatividade nas freguesias de Santana (-20%) e Algarvia (-17,2%). A freguesia de Santo António de Nordestinho foi a única que registou um aumento da população, na ordem dos 2%.

No cômputo geral, as freguesias de Nordeste e Lomba da Fazenda são as que concentram um maior número de residentes, respetivamente de 1.160 e 749 residentes. Com menos população encontram-se as freguesias

de Algarvia, com 240 residentes; de São Pedro de Nordestinho, com 245 residentes e de Santo António de Nordestinho, com 260 residentes.

Tabela 4. População residente no concelho de Nordeste (2011-2021)

| Local de residência | População residente | | | | |
|----------------------------|---------------------|-------------|----------------|-------------|-----------------------|
| | 2011 | Peso (%) | 2021 | Peso (%) | Varição 2011-2021 (%) |
| Ilha de São Miguel | 137.856 | - | 133.288 | - | -3,3% |
| Nordeste | 4.937 | 3,6% | 4.368 | 3,3% | -11,5% |
| Achada | 436 | 0,3% | 387 | 0,3% | -11,2% |
| Achadinha | 535 | 0,4% | 463 | 0,3% | -13,5% |
| Lomba da Fazenda | 844 | 0,6% | 749 | 0,6% | -11,3% |
| Nordeste | 1.341 | 1,0% | 1.160 | 0,9% | -13,5% |
| Salga | 488 | 0,4% | 484 | 0,4% | -0,8% |
| Santana | 475 | 0,3% | 380 | 0,3% | -20,0% |
| Algarvia | 290 | 0,2% | 240 | 0,2% | -17,2% |
| St. António de Nordestinho | 255 | 0,2% | 260 | 0,2% | 2,0% |
| S. Pedro de Nordestinho | 273 | 0,2% | 245 | 0,2% | -10,3% |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011 e Censos 2021)

No concelho da Povoação, regista-se uma redução do número de residentes no período em análise (-8,5% face a 2011), tendo esta redução sido transversal a todas as freguesias. As reduções mais significativas foram verificadas nas freguesias de Povoação (-13,1%), Água Retorta (-12,3%) e Ribeira Quente (-11,1%).

Pese embora a redução registada, a freguesia de Povoação mantém-se como a mais populosa, com 1.877 residentes em 2021. Segue-se a freguesia de Furnas, com 1399 habitantes. Já as freguesias que concentram um menor número de residentes são Faial da Terra, com 342 residentes, e Água Retorta, com 429 residentes.

Tabela 5. População residente no concelho de Povoação (2011-2021)

| Local de residência | População residente | | | | |
|---------------------------|---------------------|-------------|----------------|-------------|-----------------------|
| | 2011 | Peso (%) | 2021 | Peso (%) | Varição 2011-2021 (%) |
| Ilha de São Miguel | 137.856 | - | 133.288 | - | -3,3% |
| Povoação | 6.327 | 4,6% | 5.791 | 4,3% | -8,5% |
| Água Retorta | 489 | 0,4% | 429 | 0,3% | -12,3% |
| Faial da Terra | 359 | 0,3% | 342 | 0,3% | -4,7% |
| Furnas | 1.439 | 1,0% | 1.399 | 1,0% | -2,8% |
| N.S. Remédios | 1.112 | 0,8% | 1.062 | 0,8% | -4,5% |
| Povoação | 2.161 | 1,6% | 1.877 | 1,4% | -13,1% |
| Ribeira Quente | 767 | 0,6% | 682 | 0,5% | -11,1% |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011 e Censos 2021)

Relativamente ao concelho da Ribeira Grande, verificou-se uma diminuição da sua população em 2,3% entre os anos 2011 e 2021, não obstante da população do concelho representar 23,5% do total de residentes na ilha de São Miguel. Fenais da Ajuda (-21,3%) e Porto Formoso (-13,4%) foram as freguesias que registaram uma maior diminuição no período em análise, enquanto o maior aumento da população foi verificado na freguesia

da Lomba de São Pedro (22,5%), pese embora esta última abarque o menor número de residentes do concelho.

Rabo de Peixe e Matriz são as freguesias mais populosas do concelho da Ribeira Grande, concentrando respetivamente, em 2021, 8.799 residentes e 3.767 residentes.

Tabela 6. População residente no concelho de Ribeira Grande (2011-2021)

| Local de residência | População residente | | | | |
|---------------------------|---------------------|--------------|----------------|--------------|------------------------|
| | 2011 | Peso (%) | 2021 | Peso (%) | Variação 2011-2021 (%) |
| Ilha de São Miguel | 137.856 | - | 133.288 | - | -3,3% |
| Ribeira Grande | 32.112 | 23,3% | 31.388 | 23,5% | -2,3% |
| Calhetas | 988 | 0,7% | 910 | 0,7% | -7,9% |
| Fenais da Ajuda | 1.131 | 0,8% | 890 | 0,7% | -21,3% |
| Lomba da Maia | 1.152 | 0,8% | 1.048 | 0,8% | -9,0% |
| Lomba de São Pedro | 284 | 0,2% | 348 | 0,3% | 22,5% |
| Maia | 1.900 | 1,4% | 1.792 | 1,3% | -5,7% |
| Pico da Pedra | 2.909 | 2,1% | 3.053 | 2,3% | 5,0% |
| Porto Formoso | 1.265 | 0,9% | 1.096 | 0,8% | -13,4% |
| Rabo de Peixe | 8.866 | 6,4% | 8.799 | 6,6% | -0,8% |
| Conceição | 2.425 | 1,8% | 2.634 | 2,0% | 8,6% |
| Matriz | 3.968 | 2,9% | 3.767 | 2,8% | -5,1% |
| Ribeira Seca | 2.950 | 2,1% | 2.771 | 2,1% | -6,1% |
| Ribeirinha | 2.349 | 1,7% | 2.510 | 1,9% | 6,9% |
| Santa Bárbara | 1.275 | 0,9% | 1.188 | 0,9% | -6,8% |
| São Brás | 650 | 0,5% | 582 | 0,4% | -10,5% |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011 e Censos 2021)

A população residente no concelho de Vila Franca do Campo diminuiu entre os anos de 2011 e 2021, tendo passado de 11.229 residentes em 2011, para 10.323 residentes em 2021 (-8,1%). Esta redução foi verificada em todas as freguesias, com maior redução nas freguesias de Ponta Garça (-11%), Ribeira Seca (-9,1%) e Ribeira das Tainhas (-9%),

Apesar da redução ter sido acentuada na freguesia de Ponta Garça, continua a mais populosa do concelho, totalizando 3.156 residentes em 2021.

Tabela 7. População residente no concelho de Vila Franca do Campo (2011-2021)

| Local de residência | População residente | | | | |
|-----------------------------|---------------------|-------------|----------------|-------------|------------------------|
| | 2011 | Peso (%) | 2021 | Peso (%) | Variação 2011-2021 (%) |
| Ilha de São Miguel | 137.856 | - | 133.288 | - | -3,3% |
| Vila Franca do Campo | 11.229 | 8,1% | 10.323 | 7,7% | -8,1% |
| Água d'Alto | 1.788 | 1,3% | 1.656 | 1,2% | -7,4% |
| Ponta Garça | 3.547 | 2,6% | 3.156 | 2,4% | -11,0% |
| Ribeira das Tainhas | 703 | 0,5% | 640 | 0,5% | -9,0% |
| São Miguel | 2.659 | 1,9% | 2.486 | 1,9% | -6,5% |
| São Pedro | 1.426 | 1,0% | 1.380 | 1,0% | -3,2% |
| Ribeira Seca | 1.106 | 0,8% | 1.005 | 0,8% | -9,1% |

No que concerne à densidade populacional, os concelhos com índice mais elevado são Lagoa (311,2 hab./km²), Ribeira Grande (174,2 hab./km²) e Vila Franca do Campo (132,4 hab./km²).

A tendência de redução da população residente em todos os concelhos tem impacto diretamente na densidade populacional, sendo os concelhos de Nordeste (11,6%), Povoação (8,5%) e Vila Franca do Campo (8%) os que apresentam maior redução deste índice.

Tabela 8. Densidade Populacional (2011-2021)

| Local de residência | Densidade populacional (hab./km ²) | | |
|---------------------------|--|--------------|-----------------------|
| | 2011 | 2021 | Varição 2011-2021 (%) |
| R. A. Açores | 106,3 | 101,8 | -4,2% |
| Ilha de São Miguel | 185,1 | 179,0 | -3,3% |
| Território ASDEPR | 135,0 | 129,1 | -4,3% |
| Lagoa | 316,8 | 311,2 | -1,8% |
| Nordeste | 48,7 | 43,1 | -11,6% |
| Povoação | 59,5 | 54,4 | -8,5% |
| Ribeira Grande | 178,3 | 174,2 | -2,3% |
| Vila Franca do Campo | 144,0 | 132,4 | -8,0% |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011 e Censos 2021)

/// Estrutura Etária

Em 2021, a população residente na ilha de São Miguel era maioritariamente composta por residentes com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos (57,4%), seguida da população com idades até aos 14 anos (15,6%), da população com 65 ou mais anos (14,1%) e, por fim, por residentes entre os 15 e os 24 anos (12,9%).

Entre 2011 e 2021, verificou-se um aumento da representatividade de residentes entre 25 e 64 anos (+8,1 p.p.) e com 65 ou mais anos (+3,1 p.p.). Em contrapartida, registou-se uma redução da representatividade de residentes com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e os 15 aos 24 anos, com diminuições na sua representatividade de 4,1 p.p. e 2,2 p.p., respetivamente.

Verifica-se um decréscimo da representatividade de residentes com idades entre os 0 e os 14 anos em todos os concelhos, sendo esta diminuição mais significativa nos concelhos de Nordeste e Vila Franca do Campo (-4,6 p.p.).

O mesmo se verifica no que concerne à população com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, registando-se um decréscimo mais acentuado nos concelhos de Vila Franca do Campo (-3,1 p.p.) e Povoação (-2,3 p.p.), face a 2011.

A representatividade da população com idades compreendidas entre os 25 e 64 anos registou maiores aumentos nos concelhos de Vila Franca do Campo (+9,4 p.p.) e Ribeira Grande (+8,8 p.p.).

Na faixa etária dos 65 ou mais anos, constatou-se um aumento da representatividade de população residente em todos os concelhos, sendo este aumento mais significativo nos concelhos de Nordeste (+3,5 p.p.) e Vila Franca do Campo (+3,3 p.p.).

Tabela 9. Estrutura etária da população residente na área de intervenção ASDEPR (2011-2021)

| Local de residência | 0-14 anos | | | 15-24 anos | | | 25-64 anos | | | 65 e mais anos | | |
|---------------------------|--------------|--------------|-------------|--------------|--------------|-------------|--------------|--------------|------------|----------------|--------------|------------|
| | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) |
| R. A. Açores | 17,9% | 14,6% | -3,3 | 14,1% | 11,9% | -2,1 | 49,3% | 56,9% | 7,5 | 13,1% | 16,5% | 3,4 |
| <u>Ilha de São Miguel</u> | 19,7% | 15,6% | -4,1 | 15,1% | 12,9% | -2,2 | 49,3% | 57,4% | 8,1 | 10,9% | 14,1% | 3,1 |
| Território ASDEPR | 21,3% | 16,9% | -4,4 | 15,7% | 13,6% | -2,2 | 47,8% | 56,5% | 8,7 | 10,6% | 13,1% | 2,5 |
| Lagoa | 21,0% | 16,5% | -4,4 | 15,4% | 13,6% | -1,9 | 48,9% | 57,1% | 8,2 | 10,0% | 12,8% | 2,8 |
| Nordeste | 17,7% | 13,2% | -4,6 | 12,9% | 11,8% | -1,1 | 45,6% | 53,9% | 8,2 | 17,7% | 21,2% | 3,5 |
| Povoação | 17,7% | 13,4% | -4,3 | 14,4% | 12,5% | -1,9 | 48,5% | 56,8% | 8,3 | 14,4% | 17,3% | 2,9 |
| Ribeira Grande | 23,3% | 18,8% | -4,5 | 16,5% | 14,2% | -2,3 | 47,5% | 56,3% | 8,8 | 8,6% | 10,6% | 2,1 |
| Vila Franca do Campo | 19,4% | 14,8% | -4,6 | 15,8% | 12,8% | -3,1 | 48,1% | 57,5% | 9,4 | 11,7% | 14,9% | 3,3 |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011 e Censos 2021)

Analisando os concelhos de forma individualizada, constata-se que, em 2021, o concelho da Lagoa era composto maioritariamente por residentes com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos representando 57,1% da população residente no concelho, seguido por residentes com idades até aos 14 anos (16,5%), população com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos (13,6%) e, com menor representatividade, por residentes com 65 ou mais anos (12,8%).

Entre 2011 e 2021, a população residente com idades entre os 0 e os 14 anos diminuiu em todo o concelho, sendo os maiores decréscimos foram registados nas freguesias da Ribeira Chã (-9,4 p.p.) e Santa Cruz (-5,8 p.p.).

Considerando a população com idade entre os dos 15 e os 24 anos registou-se uma diminuição em todas as freguesias, com exceção da Ribeira Chã, onde o número de jovens nesta faixa etária aumentou (+4,1 p.p.). Os maiores decréscimos registaram-se nas freguesias de Nossa Senhora do Rosário (-2,9 p.p.) e Água de Pau (-2,4 p.p.).

No que concerne à população residente com idades entre os 25 e os 64 anos, denota-se um crescimento geral em todas as freguesias, sendo este aumento mais significativo nas freguesias de Ribeira Chã (+10,2 p.p.) e Santa Cruz (+8,7 p.p.).

Já a população com 65 ou mais anos aumentou em todo o concelho, tendência esta verificada em todas as freguesias, entre os anos 2011 e 2021, com exceção da Ribeira Chã que registou um decréscimo para os anos em análise (-1,9 p.p.). Os aumentos mais significativos foram registados na freguesia de Nossa Senhora do Rosário (+3,5 p.p.) e Água de Pau (+3 p.p.).

Tabela 10. Estrutura etária da população residente no concelho de Lagoa (2011-2021)

| Local de residência | 0-14 anos | | | 15-24 anos | | | 25-64 anos | | | 65 e mais anos | | |
|---------------------|--------------|--------------|-------------|--------------|--------------|-------------|--------------|--------------|------------|----------------|--------------|------------|
| | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) |
| Lagoa | 21,0% | 16,5% | -4,4 | 15,4% | 13,6% | -1,9 | 48,9% | 57,1% | 8,2 | 10,0% | 12,8% | 2,8 |
| Água de Pau | 21,1% | 17,5% | -3,6 | 16,1% | 13,6% | -2,4 | 47,8% | 55,7% | 7,9 | 10,2% | 13,2% | 3,0 |
| Cabouco | 22,9% | 17,8% | -5,1 | 14,7% | 13,8% | -0,9 | 51,1% | 58,7% | 7,7 | 7,6% | 9,7% | 2,1 |
| N.S. Rosário | 19,5% | 16,0% | -3,4 | 15,4% | 12,6% | -2,9 | 49,2% | 57,1% | 7,9 | 10,7% | 14,3% | 3,5 |
| Santa Cruz | 22,0% | 16,2% | -5,8 | 15,6% | 14,7% | -1,0 | 48,5% | 57,3% | 8,7 | 9,2% | 11,8% | 2,6 |
| Ribeira Chã | 21,7% | 12,3% | -9,4 | 12,6% | 16,7% | 4,1 | 45,7% | 55,9% | 10,2 | 16,9% | 15,1% | -1,9 |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011 e Censos 2021)

Em 2021, verifica-se que o concelho do Nordeste era composto maioritariamente por residentes com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos (53,9%), seguido por indivíduos com 65 ou mais anos (21,2%), até 14 anos (13,2%) e, com menor expressão, indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos (11,8%).

Entre 2011 e 2021, a população no concelho do Nordeste com idade até aos 14 anos diminuiu em todas as freguesias, sendo a freguesia da Achadinha (-8,2 p.p.) e da Achada (-7,1 p.p.) as que registaram uma redução mais significativa.

Quanto à população residente na faixa etária entre os 15 e os 24 anos, verificou-se uma diminuição dos seus residentes entre 2011 e 2021, com destaque para a diminuição registada nas freguesias da Algarvia (-8,4 p.p.) e de São Pedro de Nordestinho (-7,9 p.p.). Em tendência contrária à do concelho, as freguesias de Achada, Achadinha e Lomba da Fazenda registaram aumentos.

No que concerne à população com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos, denota-se um aumento da sua representatividade no concelho, registando-se os maiores aumentos nas freguesias de Santo António de Nordestinho (+13,8 p.p.), Algarvia e São Pedro de Nordestinho (+12,6 p.p.), face a 2011.

Relativamente à população com idade igual ou superior a 65 anos, denota-se um crescimento entre os anos em análise no concelho. Apenas as freguesias de Achada (-1 p.p.) e Santana (-0,4 p.p.) verificaram um ligeiro decréscimo no seu número de residentes. Nas restantes freguesias, a representatividade de residentes com estas idades aumentou, com maior representatividade nas freguesias de Nordeste (+7,7 p.p.) e Lomba da Fazenda (+4,4 p.p.).

Tabela 11. Estrutura etária da população residente no concelho de Nordeste (2011-2021)

| Local de residência | 0-14 anos | | | 15-24 anos | | | 25-64 anos | | | 65 e mais anos | | |
|-------------------------|--------------|--------------|-------------|--------------|--------------|-------------|--------------|--------------|------------|----------------|--------------|------------|
| | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) |
| Nordeste | 17,7% | 13,2% | -4,6 | 12,9% | 11,8% | -1,1 | 45,6% | 53,9% | 8,2 | 17,7% | 21,2% | 3,5 |
| Achada | 17,2% | 10,1% | -7,1 | 9,4% | 14,5% | 5,1 | 45,4% | 51,9% | 6,5 | 24,5% | 23,5% | -1,0 |
| Achadinha | 19,4% | 11,2% | -8,2 | 12,5% | 14% | 1,5 | 46,5% | 55,7% | 9,2 | 16,4% | 19,0% | 2,6 |
| Lomba da Fazenda | 19,8% | 15,9% | -3,9 | 12,0% | 12,1% | 0,2 | 44,8% | 50,3% | 5,5 | 17,2% | 21,6% | 4,4 |
| Nordeste | 17,2% | 11,7% | -5,4 | 11,5% | 11,1% | -0,4 | 46,4% | 52,2% | 5,8 | 17,3% | 25,0% | 7,7 |
| Salga | 19,1% | 16,1% | -2,9 | 16,8% | 13,0% | -3,8 | 44,1% | 54,8% | 10,7 | 15% | 16,1% | 1,2 |
| Santana | 18,3% | 14,7% | -3,6 | 12,6% | 11,6% | -1,1 | 44,8% | 54,5% | 9,6 | 19,6% | 19,2% | -0,4 |
| Algarvia | 11,4% | 9,6% | -1,8 | 17,6% | 9,2% | -8,4 | 48,6% | 61,3% | 12,6 | 17,6% | 20,0% | 2,4 |
| St. António Nordestinho | 14,9% | 13,8% | -1,1 | 14,5% | 9,2% | -5,3 | 43,9% | 57,7% | 13,8 | 17,3% | 19,2% | 2,0 |
| S. Pedro Nordestinho | 17,9% | 15,1% | -2,8 | 16,5% | 8,6% | -7,9 | 45,8% | 58,4% | 12,6 | 14,7% | 18,0% | 3,3 |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011 e Censos 2021)

No concelho de Povoação, verifica-se que, em 2021, a população era maioritariamente constituída por pessoas com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos (56,8%). Denota-se que os habitantes com mais de 65 anos perfazem 17,3% do total da população, enquanto os residentes com idades inferiores a 15 anos representam 13,4% e a população com idade compreendida entre os 15 e os 24 anos corresponde a 12,5% da população.

A faixa etária dos residentes até aos 14 anos foi a que registou maior redução (-4,3 p.p.), face a 2011. Esta tendência foi transversal a todas as freguesias do concelho, destacando-se Faial da Terra (-8,2 p.p.), Nossa Senhora dos Remédios e Ribeira Quente (ambas com -5,8 p.p.).

A representatividade da população residente com idade compreendida entre os 15 e os 24 anos também diminuiu no concelho. As freguesias de Povoação (-4 p.p.) e Ribeira Quente (-3,4 p.p.) foram as que registaram um maior decréscimo. Em contrapartida, verificou-se um aumento da sua representatividade na freguesia de Água Retorta (+2,1 p.p.).

Em contrapartida da redução da representatividade de residentes até aos 24 anos, denota-se um aumento do número de residentes com 25 ou mais anos. No que respeita à população residente na faixa etária dos 25 aos 64 anos, os maiores aumentos ocorreram na freguesia da Ribeira Quente (+12,6 p.p.), seguida das freguesias das Furnas e do Faial da Terra (ambas com +8,6 p.p.).

Relativamente à população com 65 ou mais anos, as freguesias da Povoação (+5,2 p.p.) e Faial da Terra (+5,0 p.p.) foram as que registaram um maior aumento da representatividade.

Tabela 12. Estrutura etária da população residente no concelho de Povoação (2011-2021)

| Local de residência | 0-14 anos | | | 15-24 anos | | | 25-64 anos | | | 65 e mais anos | | |
|---------------------|--------------|--------------|-------------|--------------|--------------|-------------|--------------|--------------|------------|----------------|--------------|------------|
| | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) |
| Povoação | 17,7% | 13,4% | -4,3 | 14,4% | 12,5% | -1,9 | 48,5% | 56,8% | 8,3 | 14,4% | 17,3% | 2,9 |
| Água Retorta | 20,4% | 15,4% | -5,1 | 13,7% | 15,9% | 2,1 | 46,8% | 53,1% | 6,3 | 14,1% | 15,6% | 1,5 |
| Faial da Terra | 18,4% | 10,2% | -8,2 | 13,6% | 13,5% | -0,2 | 44,0% | 52,6% | 8,6 | 18,7% | 23,7% | 5,0 |
| Furnas | 17,2% | 14,2% | -3,1 | 13,4% | 12,9% | -0,5 | 49,5% | 58,1% | 8,6 | 14,7% | 14,9% | 0,1 |
| N.S. Remédios | 18,1% | 12,2% | -5,8 | 13,2% | 12,3% | -0,9 | 50,0% | 57,6% | 7,6 | 13,8% | 17,8% | 3,9 |
| Povoação | 16,4% | 13,6% | -2,8 | 14,8% | 10,8% | -4,0 | 48,5% | 55,9% | 7,3 | 14,5% | 19,7% | 5,2 |
| Ribeira Quente | 19,3% | 13,5% | -5,8 | 17,6% | 14,2% | -3,4 | 47,1% | 59,7% | 12,6 | 12,5% | 12,6% | 0,1 |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011 e Censos 2021)

Em 2021, no concelho da Ribeira Grande constata-se que 56,3% da população tem entre 25 e 64 anos. Segue-se, com maior representação, a população com idades até aos 14 anos (18,8%), habitantes com idades compreendidas entre os 15 e 24 (14,2%) e, por último, os habitantes com mais de 65 anos (10,6%).

No período de referência, observa-se uma diminuição generalizada da população com idades até aos 14 anos (-4,5 p.p.) e dos 15 até aos 24 anos (-2,3 p.p.).

Na faixa etária dos 0 aos 14 destacam-se as freguesias de Lomba da Maia (-8,1 p.p.) e Porto Formoso (-6,9 p.p.). Apenas a freguesia da Lomba de São Pedro verificou um crescimento da população neste grupo etário (+3,7 p.p.).

Relativamente à população com idades compreendidas entre os 15 e 24 anos os maiores decréscimos ocorreram nas freguesias da Maia (-6,3 p.p.) e de Santa Bárbara (-4,8 p.p.). Por sua vez, as freguesias da Lomba da Maia (+2,2 p.p.), São Brás (+0,9 p.p.) e Porto Formoso (+0,3 p.p.) registaram um aumento da representatividade nesta faixa etária, entre 2011 e 2021.

A população com maior representação no concelho, nomeadamente com idades dos 25 aos 64anos, registou um aumento de 8,8 p.p. no período em análise. Os maiores aumentos da representatividade nesta faixa etária verificaram-se nas freguesias de Santa Bárbara (+12,9 p.p.), Maia (+10,7 p.p.) e Fenais da Ajuda (+10,2 p.p.).

Por fim, com uma tendência de crescimento a nível de concelho no período em análise, o grupo etário com 65 ou mais anos apresenta-se com os maiores aumentos nas freguesias de Lomba da Maia (+4,7 p.p.) e

Calhetas e Porto Formoso (+3,9 p.p.) No entanto, as freguesias da Lomba de São Pedro (-3,1 p.p.) e de Santa Bárbara (-0,5 p.p.) apresentaram reduções na sua população sénior.

Tabela 13. Estrutura etária da população residente no concelho de Ribeira Grande (2011-2021)

| Local de residência | 0-14 anos | | | 15-24 anos | | | 25-64 anos | | | 65 e mais anos | | |
|-----------------------|--------------|--------------|-------------|--------------|--------------|-------------|--------------|--------------|------------|----------------|--------------|------------|
| | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) |
| Ribeira Grande | 23,3% | 18,8% | -4,5 | 16,5% | 14,2% | -2,3 | 47,5% | 56,3% | 8,8 | 8,6% | 10,6% | 2,1 |
| Calhetas | 24,2% | 17,5% | -6,7 | 15,5% | 12,6% | -2,8 | 51,5% | 60,8% | 9,3 | 5,3% | 9,1% | 3,9 |
| Fenais da Ajuda | 23,6% | 17,5% | -6,1 | 17,2% | 15,3% | -2,0 | 43,3% | 53,5% | 10,2 | 11,7% | 13,7% | 2,0 |
| Lomba da Maia | 22,7% | 14,6% | -8,1 | 13,9% | 16,1% | 2,2 | 47,6% | 53,9% | 6,3 | 10,7% | 15,4% | 4,7 |
| Lomba de São Pedro | 17,3% | 21,0% | 3,7 | 15,5% | 12,1% | -3,4 | 46,8% | 54,6% | 7,8 | 15,5% | 12,4% | -3,1 |
| Maia | 19,1% | 17,1% | -1,9 | 18,0% | 11,7% | -6,3 | 45,5% | 56,2% | 10,7 | 12,4% | 15,0% | 2,6 |
| Pico da Pedra | 21,2% | 16,6% | -4,6 | 15,8% | 12,8% | -3,0 | 51,4% | 59,2% | 7,8 | 7,7% | 11,4% | 3,7 |
| Porto Formoso | 20,5% | 13,6% | -6,9 | 13,8% | 14,1% | 0,3 | 48,6% | 56,0% | 7,4 | 12,3% | 16,2% | 3,9 |
| Rabo de Peixe | 28,5% | 23,7% | -4,8 | 18,5% | 15,4% | -3,2 | 44,4% | 54,2% | 9,8 | 5,1% | 6,7% | 1,7 |
| Conceição | 18,8% | 17,2% | -1,6 | 14,4% | 12,5% | -1,9 | 54,2% | 59,9% | 5,7 | 8,2% | 10,4% | 2,2 |
| Matriz | 21,0% | 16,8% | -4,2 | 15,7% | 13,7% | -2,0 | 48,5% | 56,1% | 7,6 | 10,2% | 13,4% | 3,1 |
| Ribeira Seca | 22,4% | 17,3% | -5,2 | 15,9% | 14,5% | -1,4 | 47,8% | 56,5% | 8,7 | 9,6% | 11,7% | 2,1 |
| Ribeirinha | 24,3% | 18,5% | -5,7 | 15,5% | 16,2% | 0,7 | 47,4% | 56,1% | 8,7 | 9,2% | 9,2% | 0,0 |
| Santa Bárbara | 19,1% | 16,2% | -3,0 | 17,7% | 13,0% | -4,8 | 47,3% | 60,2% | 12,9 | 11,2% | 10,7% | -0,5 |
| São Brás | 21,1% | 15,3% | -5,8 | 13,8% | 14,8% | 0,9 | 46,0% | 55,0% | 9,0 | 14,9% | 14,9% | 0,0 |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011 e Censos 2021)

No concelho de Vila Franca do Campo constata-se que a maioria da sua população, 57,5% tem idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos. O seguinte grupo com maior representação inclui os habitantes na faixa etária acima dos 65 anos com 14,9% do total, seguido dos habitantes dos 0 aos 14 anos com 14,8% e por fim, com menor representação, encontra-se a população com idades entre os 15 e os 24 anos (12,8%).

A faixa etária dos 0 aos 14 foi a que registou maior diminuição no concelho (-4,6 p.p.), sendo transversal a todas as freguesias do concelho, com destaque para Ribeira das Taíñas (-6,9 p.p.) e Ribeira Seca (-5,3 p.p.).

O mesmo se verificou relativamente à população compreendida entre os 15 e 24 anos. Todas as freguesias apresentaram reduções, sendo mais significativa em Água d'Alto (-4,6 p.p.) e na Ribeira Seca (-3,8 p.p.).

A proporção de residentes com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos aumentou no concelho de Vila Franca do Campo, tendo-se verificado aumentos generalizados em todas as freguesias, com maior representatividade nas freguesias de Água d'Alto (10,9 p.p.) e Ribeira das Taíñas (10,4 p.p.), face a 2011.

Regista-se a mesma tendência na faixa etária dos 65 ou mais anos, verificando-se um crescimento a nível de concelho. Este grupo etário cresceu em representatividades em todas as freguesias, com destaque para as freguesias de São Miguel (+3,9 p.p.) e da Ribeira Seca (+ 3,8 p.p.).

Tabela 14. Estrutura etária da população residente no concelho de Vila Franca do Campo (2011-2021)

| Local de residência | 0-14 anos | | | 15-24 anos | | | 25-64 anos | | | 65 e mais anos | | |
|----------------------|-----------|-------|------------|------------|-------|------------|------------|-------|------------|----------------|-------|------------|
| | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) |
| Vila Franca do Campo | 19,4% | 14,8% | -4,6 | 15,8% | 12,8% | -3,1 | 48,1% | 57,5% | 9,4 | 11,7% | 14,9% | 3,3 |
| Água d'Alto | 20,7% | 15,5% | -5,2 | 17,1% | 12,4% | -4,6 | 46,9% | 57,9% | 10,9 | 10,9% | 14,3% | 3,4 |
| Ponta Garça | 19,7% | 14,5% | -5,2 | 16,7% | 14,1% | -2,6 | 47,7% | 57,4% | 9,8 | 11,0% | 13,9% | 2,9 |
| Ribeira das Taínhas | 19,1% | 12,2% | -6,9 | 14,5% | 13,3% | -1,2 | 48,8% | 59,2% | 10,4 | 13,7% | 15,3% | 1,7 |
| São Miguel | 17,4% | 14,0% | -3,4 | 14,1% | 11,7% | -2,4 | 48,6% | 56,2% | 7,6 | 14,3% | 18,2% | 3,9 |
| São Pedro | 19,6% | 16,4% | -3,2 | 15,6% | 12,0% | -3,5 | 50,2% | 58,9% | 8,7 | 9,6% | 12,7% | 3,1 |
| Ribeira Seca | 21,7% | 16,4% | -5,3 | 16,5% | 12,6% | -3,8 | 47,2% | 57,1% | 9,9 | 10,0% | 13,8% | 3,8 |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011 e Censos 2021)

/// Habilitações Literárias e Taxa de Analfabetismo

De um modo geral, verifica-se um aumento do nível de literacia da população residente na Região Autónoma dos Açores, justificada pela aposta na formação, tendo efeitos positivos verificados pelo aumento da população que concluiu o ensino secundário e pós-secundário (+7,9 p.p.) e superior (+4,3 p.p.) e redução da população residente com apenas o ensino básico (-5,1 p.p.) e sem formação académica (-7,1 p.p.), bem como da diminuição da taxa de analfabetismo nos anos em análise (-1,6 p.p.).

Na ilha de São Miguel, destaca-se população que concluiu o ensino Básico com maior representatividade (54,4%), seguido da população com ensino secundário e pós-secundário (18,7%), sem formação académica (14,3%) e, com menor representatividade, a população com o ensino superior (12,7%).

Tabela 15. Habilitações literárias da população residente no território de intervenção da ASDEPR (2011-2021)

| Local de residência | Nenhum | | | Ensino Básico 1º, 2º e 3º Ciclos | | | Ensino Secundário e Pós-secundário | | | Ensino superior | | |
|---------------------------|--------|-------|------------|-------------------------------------|-------|------------|---------------------------------------|-------|------------|-----------------|-------|------------|
| | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) |
| R. A. Açores | 20,9% | 13,7% | -7,1 | 60,1% | 54,9% | -5,1 | 10,9% | 18,8% | 7,9 | 8,2% | 12,5% | 4,3 |
| Ilha de São Miguel | 22,4% | 14,3% | -8,1 | 58,9% | 54,4% | -4,5 | 10,4% | 18,7% | 8,3 | 8,4% | 12,7% | 4,3 |
| Território ASDEPR | 24,9% | 15,3% | -9,6 | 61,7% | 56,2% | -5,5 | 8,2% | 15,8% | 7,6 | 5,2% | 8,4% | 3,1 |
| Lagoa | 22,9% | 15,5% | -7,4 | 62,7% | 57,6% | -5,1 | 8,4% | 16,7% | 8,3 | 6,0% | 10,2% | 4,3 |
| Nordeste | 20,7% | 13,1% | -7,7 | 66,2% | 63,3% | -2,9 | 8,8% | 16,6% | 7,8 | 4,3% | 7,0% | 2,8 |
| Povoação | 22,9% | 13,6% | -9,3 | 64,4% | 61,4% | -3,0 | 8,1% | 17,4% | 9,3 | 4,6% | 7,6% | 3,0 |
| Ribeira Grande | 26,6% | 17,0% | -9,6 | 59,8% | 57,9% | -1,9 | 8,3% | 16,4% | 8,1 | 5,3% | 8,6% | 3,3 |
| Vila Franca do Campo | 25,3% | 16,1% | -9,3 | 62,2% | 59,3% | -3,0 | 7,6% | 16,2% | 8,6 | 4,9% | 8,5% | 3,6 |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011 e Censos 2021)

Os concelhos com população sem nenhum grau de escolaridade estão todos muito próximos do valor para a ilha de São Miguel. Acima deste regista-se Ribeira Grande (17%), Vila Franca do Campo (16,1%) e Lagoa (15,5%).

Verifica-se que o concelho de Lagoa (57,6%) é o menos representativo ao nível de Ensino Básico, enquanto o concelho de Nordeste assume uma maior representatividade (63,3%).

A população com ensino Secundário e pós-secundário completo situa-se entre os 16,2% e 17,4%, sendo o concelho de Vila Franca do Campo com o valor mínimo e Povoação com o mais elevado.

Lagoa é o concelho com maior representação de população com Ensino Superior, com 10,2%, tendo como oposto o concelho de Nordeste, com 7%.

No período em análise verifica-se uma redução da taxa de analfabetismo¹ em todos os concelhos em estudo, com particular destaque para os concelhos de Povoação (-3,6 p.p.) e Vila Franca do Campo (-3,3 p.p.). Não obstante da redução verificada, Vila Franca do Campo continua a ser o concelho com a taxa mais elevada, fixada em 5,3%, em contrapartida do concelho da Lagoa (3,4%), mantendo-se como o concelho com menor taxa de analfabetismo.

Tabela 16. Taxa de analfabetismo (2011-2021)

| Local de residência | Taxa de Analfabetismo | | |
|---------------------------|-----------------------|-------------|--------------------------|
| | 2011 | 2021 | Varição 2011-2021 (p.p.) |
| R. A. Açores | 4,7% | 3,1% | -1,6 |
| Ilha de São Miguel | 5,1% | 3,3% | -1,8 |
| Lagoa | 4,7% | 3,4% | -1,3 |
| Nordeste | 6,6% | 3,9% | -2,7 |
| Povoação | 7,3% | 3,7% | -3,6 |
| Ribeira Grande | 6,6% | 4,2% | -2,5 |
| Vila Franca do Campo | 8,5% | 5,3% | -3,3 |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011 e Censos 2021)

No concelho de Lagoa verifica-se que 57,6% da sua população detém o Ensino Básico, sendo este o nível de escolaridade com maior representação, seguido do ensino Secundário com 16,7%, 15,5% da população não tem qualquer grau de escolaridade e, por último, o Ensino Superior, com 10,2% em 2021.

Da análise por freguesia, constata-se que Nossa Senhora do Rosário é a freguesia com maior representatividade de residentes que completaram o ensino superior (14,9%) comparativamente às restantes freguesias.

Tabela 17. Habilitações literárias da população residente no concelho de Lagoa (2011-2021)

| Local de residência | Nenhum | | | Ensino Básico (1º, 2º e 3º Ciclos) | | | Ensino Secundário e Pós-secundário | | | Ensino Superior | | |
|---------------------|--------------|--------------|---------------|---------------------------------------|--------------|---------------|---------------------------------------|--------------|---------------|-----------------|--------------|---------------|
| | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) |
| Lagoa | 22,9% | 15,5% | -7,4 | 62,7% | 57,6% | -5,1 | 8,4% | 16,7% | 8,3 | 6,0% | 10,2% | 4,3 |
| Água de Pau | 25,9% | 19,4% | -6,5 | 63,7% | 61,2% | -2,6 | 6,7% | 14,3% | 7,6 | 3,7% | 5,2% | 1,4 |
| Cabouco | 24,7% | 15,1% | -9,6 | 62,3% | 57,2% | -5,2 | 8,9% | 18,5% | 9,6 | 4,1% | 9,2% | 5,2 |
| N.S. Rosário | 21,3% | 14,3% | -7,0 | 58,7% | 52,6% | -6,1 | 10,5% | 18,2% | 7,7 | 9,4% | 14,9% | 5,4 |
| Santa Cruz | 22,2% | 14,5% | -7,7 | 67,1% | 62,1% | -5,0 | 6,6% | 15,2% | 8,6 | 4,1% | 8,2% | 4,0 |
| Ribeira Chã | 20,2% | 12,6% | -7,6 | 70,5% | 60,5% | -9,9 | 7,1% | 18,9% | 11,8 | 2,3% | 7,9% | 5,7 |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011 e Censos 2021)

No concelho da Lagoa registou-se uma redução da taxa de analfabetismo entre os anos em análise, tendo passado de 4,7% em 2011, para 3,4% em 2021.

¹ Taxa de analfabetismo - peso da população com 10 e mais anos que não sabe ler nem escrever sobre a população total com 10 e mais anos.

Verifica-se que as freguesias com maiores taxas de analfabetismo, em 2021, são Água de Pau (5,9%) e Ribeira Chã (4,5%). Por seu turno, as freguesias com menor taxa de analfabetismo são as freguesias de N. S^a. do Rosário (2,5%) e de Santa Cruz, com 2,8%.

Nota-se uma tendência decrescente da taxa de analfabetismo em todas as freguesias do concelho de Lagoa, com destaque para o Cabouco (-3,4 p.p.). Com menor variação registam-se as freguesias de Água de Pau (-0,7 p.p.) e Ribeira Chã (-0,8 p.p.), freguesias estas que registam as maiores taxas de analfabetismo.

Tabela 18. Taxa de analfabetismo no concelho de Lagoa (2011-2021)

| Local de residência | Taxa de Analfabetismo | | |
|---------------------|-----------------------|-------------|--------------------------|
| | 2011 | 2021 | Varição 2011-2021 (p.p.) |
| Lagoa | 4,7% | 3,4% | -1,3 |
| Água de Pau | 6,6% | 5,9% | -0,7 |
| Cabouco | 6,6% | 3,2% | -3,4 |
| N.S. Rosário | 3,3% | 2,5% | -0,9 |
| Santa Cruz | 4,1% | 2,8% | -1,3 |
| Ribeira Chã | 5,3% | 4,5% | -0,8 |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011 e Censos 2021)

No concelho de Nordeste, verifica-se que a maioria da população residente, 63,3%, completou o Ensino Básico, 16,6% tem o Ensino Secundário e Pós-Secundário, 13,1% não tem qualquer grau de escolaridade e 7% da população do concelho possui habilitações ao nível do Ensino Superior.

Por freguesia, constata-se que a Salga e São Pedro de Nordestinho são as freguesias do concelho que apresentam maior representatividade de população sem nenhum grau de escolaridade.

As freguesias de Nordeste e Santana são as apresentam maior percentagem de população com ensino Superior, 9,1% e 8,9%, respetivamente. Já as freguesias de Salga (3,5%) e Algarvia (4,2%) são as com menor representação de população residente com este grau de habilitações.

Verifica-se um decréscimo da população sem qualquer nível de literacia ou com Ensino Básico em todas as freguesias do concelho. Quanto à população que concluiu o Ensino Secundário registaram-se aumentos em todas as freguesias do concelho com o menor aumento registado na freguesia de Santana (5,1 p.p.) e o maior aumento na freguesia de Santo António Nordestinho (10,2 p.p.). O mesmo se verifica no número de habitantes com Ensino Superior completo, cujos aumentos foram mais significativos nas freguesias de Santana (5,8 p.p.) e Achadinha (4,8 p.p.), enquanto os aumentos mais reduzidos foram verificados nas freguesias de Nordeste e Salga, ambos com aumentos de 1,5 p.p..

Tabela 19. Habilitações literárias da população residente no concelho de Nordeste (2011-2021)

| Local de residência | Nenhum | | | Ensino Básico 1º, 2º e 3º Ciclos | | | Ensino Secundário e Pós-secundário | | | Ensino Superior | | |
|---------------------|--------------|--------------|---------------|-------------------------------------|--------------|---------------|---------------------------------------|--------------|---------------|-----------------|-------------|---------------|
| | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) |
| Nordeste | 20,7% | 13,1% | -7,7 | 66,2% | 63,3% | -2,9 | 8,8% | 16,6% | 7,8 | 4,3% | 7,0% | 2,8 |
| Achada | 26,8% | 11,4% | -15,5 | 64,9% | 67,2% | 2,3 | 5,7% | 14,5% | 8,7 | 2,5% | 7,0% | 4,5 |
| Achadinha | 20,9% | 10,6% | -10,4 | 71,8% | 67,8% | -4,0 | 5,6% | 15,1% | 9,5 | 1,7% | 6,5% | 4,8 |
| Lomba da Fazenda | 23,5% | 13,1% | -10,4 | 62,6% | 62,3% | -0,2 | 9,6% | 18,6% | 9,0 | 4,4% | 6,0% | 1,6 |
| Nordeste | 19,3% | 13,0% | -6,3 | 62,2% | 59,7% | -2,5 | 10,9% | 18,1% | 7,2 | 7,6% | 9,1% | 1,5 |

| Local de residência | Nenhum | | | Ensino Básico 1º, 2º e 3º Ciclos | | | Ensino Secundário e Pós-secundário | | | Ensino Superior | | |
|----------------------|--------|-------|---------------|-------------------------------------|-------|---------------|---------------------------------------|-------|---------------|-----------------|------|---------------|
| | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) |
| Salga | 19,9% | 19,2% | -0,7 | 69,1% | 63,0% | -6,0 | 9,0% | 14,3% | 5,2 | 2,0% | 3,5% | 1,5 |
| Santana | 19,4% | 10,0% | -9,4 | 68,6% | 67,1% | -1,5 | 8,8% | 13,9% | 5,1 | 3,2% | 8,9% | 5,8 |
| Algarvia | 16,9% | 10,4% | -6,5 | 75,2% | 70,8% | -4,3 | 6,6% | 14,6% | 8,0 | 1,4% | 4,2% | 2,8 |
| St. António Nordeste | 15,3% | 11,2% | -4,1 | 70,2% | 60,8% | -9,4 | 10,2% | 20,4% | 10,2 | 4,3% | 7,7% | 3,4 |
| S. Pedro Nordeste | 22,3% | 18,0% | -4,4 | 66,3% | 59,2% | -7,1 | 7,0% | 15,5% | 8,6 | 4,4% | 7,3% | 3,0 |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011 e Censos 2021)

Da taxa de analfabetismo no concelho de Nordeste, São Pedro de Nordeste (7,6%) e Salga (5,5%) apresentam-se como as freguesias com valores mais elevados, enquanto as freguesias de Santo António de Nordeste (1,3%) e Algarvia (1,4%) registam os valores mais baixos de analfabetismo em 2021. Não obstante se verificar uma redução da taxa de analfabetismo a nível global, denota-se que na freguesia da Salga registou-se um ligeiro aumento (+0,2%).

Tabela 20. Taxa de analfabetismo no concelho de Nordeste (2011-2021)

| Local de residência | Taxa de Analfabetismo | | |
|----------------------|-----------------------|-------------|--------------------------|
| | 2011 | 2021 | Varição 2011-2021 (p.p.) |
| Nordeste | 6,6% | 3,9% | -2,7 |
| Achada | 9,6% | 2,8% | -6,8 |
| Achadinha | 6,8% | 3,5% | -3,4 |
| Lomba da Fazenda | 5,2% | 2,2% | -3,0 |
| Nordeste | 7,3% | 3,4% | -3,9 |
| Salga | 5,4% | 5,5% | 0,2 |
| Santana | 5,8% | 4,4% | -1,4 |
| Algarvia | 7,1% | 1,4% | -5,7 |
| St. António Nordeste | 5,2% | 1,3% | -3,9 |
| S. Pedro Nordeste | 9,1% | 7,6% | -1,6 |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011 e Censos 2021)

No concelho de Povoação verifica-se que a larga maioria da população residente (61,4%) completou o Ensino Básico, 17,4% concluiu o Ensino Secundário e Pós-Secundário, 13,6% não tem qualquer grau de escolaridade e 7,6% da população do concelho possui habilitações ao nível do Ensino Superior.

Da análise por freguesia, constata-se um aumento do nível de habilitações da população residente em todas as freguesias, entre os anos em análise, pese embora predominem as habilitações ao nível do ensino básico.

As freguesias de Faial da Terra (-19,7 p.p.) e Ribeira Quente (-15,3 p.p.) registaram uma maior redução de população sem nível de escolaridade. Já as freguesias de Nossa Senhora dos Remédios e Furnas registaram maiores aumentos de nível de habilitações, designadamente ensino secundário e pós-secundário e superior, entre os anos de 2011 e 2021.

Tabela 21. Habilitações literárias da população residente no concelho de Povoação (2011-2021)

| Local de residência | Nenhum | | | Ensino Básico 1º, 2º e 3º Ciclos | | | Ensino Secundário e Pós-secundário | | | Ensino Superior | | |
|---------------------|--------------|--------------|---------------|-------------------------------------|--------------|---------------|---------------------------------------|--------------|---------------|-----------------|-------------|---------------|
| | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) |
| Povoação | 22,9% | 13,6% | -9,3 | 64,4% | 61,4% | -3,0 | 8,1% | 17,4% | 9,3 | 4,6% | 7,6% | 3,0 |
| Água Retorta | 27,8% | 14,7% | -13,1 | 60,7% | 67,1% | 6,4 | 8,8% | 13,5% | 4,7 | 2,7% | 4,7% | 2,0 |
| Faial da Terra | 33,1% | 13,5% | -19,7 | 59,9% | 69,9% | 10,0 | 4,7% | 13,7% | 9,0 | 2,2% | 2,9% | 0,7 |
| Furnas | 20,9% | 12,6% | -8,3 | 65,2% | 60,3% | -4,9 | 9,1% | 18,1% | 9,0 | 4,8% | 9,1% | 4,3 |
| N.S. Remédios | 22,8% | 12,9% | -9,9 | 64,6% | 57,6% | -6,9 | 7,6% | 19,6% | 12,0 | 5,0% | 9,9% | 4,9 |
| Povoação | 20,0% | 15,2% | -4,8 | 64,7% | 58,6% | -6,1 | 9,0% | 18,0% | 9,0 | 6,3% | 8,3% | 1,9 |
| Ribeira Quente | 27,0% | 11,7% | -15,3 | 66,2% | 69,8% | 3,6 | 5,5% | 15,0% | 9,5 | 1,3% | 3,5% | 2,2 |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011 e Censos 2021)

As freguesias que apresentam maior taxa de analfabetismo são Faial da Terra (6,2%) e Povoação (5%). Por sua vez, Nossa senhora dos Remédios (2,3%) e Ribeira Quente (2,9%) são as que registam valores mais baixos.

Tabela 22. Taxa de analfabetismo no concelho de Povoação (2011-2021)

| Local de residência | Taxa de Analfabetismo | | |
|---------------------|-----------------------|-------------|---------------------------|
| | 2011 | 2021 | Variação 2011-2021 (p.p.) |
| Povoação | | 7,3% | 3,7% |
| Água Retorta | | 8,6% | 3,4% |
| Faial da Terra | | 9,2% | 6,2% |
| Furnas | | 7,5% | 3,0% |
| N.S. Remédios | | 5,8% | 2,3% |
| Povoação | | 7,1% | 5,0% |
| Ribeira Quente | | 7,9% | 2,9% |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011 e Censos 2021)

No concelho da Ribeira Grande, verifica-se que 57,9% da sua população detém o Ensino Básico, sendo este o grau com maior representação, 17% da população não tem qualquer grau de escolaridade, 16,4% completou ensino Secundário e 8,6% concluiu o Ensino Superior.

Com níveis de escolaridade mais elevados referentes ao Ensino Secundário, pós-secundário e superior, destacam-se as freguesias de Pico da Pedra, Calhetas e Conceição.

No que concerne à população sem nenhum grau de escolaridade denota-se que as freguesias de Rabo de Peixe e Lomba de São Pedro apresentam uma taxa mais elevada, ambas com 22,4%, em contrapartida das freguesias de Porto Formoso (10,8%) e São Brás (11%).

Tabela 23. Habilitações literárias da população residente no concelho de Ribeira Grande (2011-2021)

| Local de residência | Nenhum | | | Ensino Básico 1º, 2º e 3º Ciclos) | | | Ensino Secundário e Pós-secundário | | | Ensino Superior | | |
|-----------------------|--------------|--------------|---------------|--------------------------------------|--------------|---------------|---------------------------------------|--------------|---------------|-----------------|-------------|---------------|
| | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) |
| Ribeira Grande | 26,6% | 17,0% | -9,6 | 59,8% | 57,9% | -1,9 | 8,3% | 16,4% | 8,1 | 5,3% | 8,6% | 3,3 |
| Calhetas | 25,9% | 14,0% | -12,0 | 55,2% | 52,9% | -2,3 | 11,6% | 22,1% | 10,4 | 7,3% | 11,1% | 3,8 |
| Fenais da Ajuda | 28,6% | 17,9% | -10,8 | 64,9% | 68,1% | 3,2 | 5,6% | 10,6% | 5,0 | 0,9% | 3,5% | 2,6 |

| Local de residência | Nenhum | | | Ensino Básico 1º, 2º e 3º Ciclos) | | | Ensino Secundário e Pós-secundário | | | Ensino Superior | | |
|---------------------|--------|-------|---------------|--------------------------------------|-------|---------------|---------------------------------------|-------|---------------|-----------------|-------|---------------|
| | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) |
| Lomba da Maia | 25,7% | 13,1% | -12,6 | 64,1% | 65,0% | 0,9 | 7,2% | 15,5% | 8,3 | 3,0% | 6,5% | 3,5 |
| Lomba de São Pedro | 22,9% | 22,4% | -0,5 | 68,0% | 62,6% | -5,3 | 7,0% | 11,2% | 4,2 | 2,1% | 3,7% | 1,6 |
| Maia | 21,0% | 16,1% | -4,9 | 65,7% | 59,5% | -6,1 | 9,4% | 17,8% | 8,4 | 3,9% | 6,5% | 2,6 |
| Pico da Pedra | 19,7% | 13,5% | -6,2 | 55,8% | 47,4% | -8,4 | 14,9% | 23,0% | 8,1 | 9,7% | 16,1% | 6,4 |
| Porto Formoso | 25,2% | 10,8% | -14,5 | 66,0% | 67,7% | 1,7 | 6,2% | 16,5% | 10,3 | 2,6% | 5,0% | 2,4 |
| Rabo de Peixe | 34,4% | 22,4% | -12,0 | 56,8% | 60,4% | 3,6 | 5,3% | 12,0% | 6,8 | 3,5% | 5,2% | 1,6 |
| Conceição | 19,2% | 13,7% | -5,5 | 55,1% | 48,7% | -6,4 | 13,1% | 20,6% | 7,5 | 12,6% | 17,1% | 4,5 |
| Matriz | 24,5% | 15,1% | -9,4 | 58,7% | 55,8% | -2,9 | 9,5% | 18,8% | 9,2 | 7,3% | 10,4% | 3,1 |
| Ribeira Seca | 25,8% | 15,6% | -10,3 | 60,7% | 58,4% | -2,4 | 8,1% | 16,1% | 8,1 | 5,4% | 10,0% | 4,6 |
| Ribeirinha | 27,4% | 17,8% | -9,6 | 63,3% | 61,3% | -2,0 | 6,4% | 15,8% | 9,4 | 2,9% | 5,0% | 2,2 |
| Santa Bárbara | 22,4% | 15,3% | -7,0 | 68,4% | 60,4% | -8,0 | 6,3% | 16,6% | 10,3 | 3,0% | 7,7% | 4,8 |
| São Brás | 20,9% | 11,0% | -9,9 | 67,1% | 62,7% | -4,4 | 8,9% | 18,9% | 10,0 | 3,1% | 7,4% | 4,3 |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011 e Censos 2021)

De acordo com os dados de 2021, a taxa de analfabetismo fixa-se em 4,2% no concelho da Ribeira Grande, registando um decréscimo de 2,5 p.p. em relação ao ano de 2011.

As freguesias com maior taxa de analfabetismo são de Rabo de Peixe (6,8%) e Fenais da Ajuda (5,1%), pese embora se tenham verificado reduções significativas destas taxas face a 2011. Já as freguesias de Conceição (1,7%), Lomba da Maia, Pico da Pedra e São Brás, todas com 2,2%, foram as que registaram uma menor taxa de analfabetismo.

Denota-se uma tendência decrescente da taxa de analfabetismo em todas as freguesias do concelho, tendo a maior redução sido registada nas freguesias de Porto Formoso (-3,9 p.p.), Santa Bárbara (-3,7 p.p.), Lomba da Maia (-3,5 p.p.) e Fenais da Ajuda (-3,4 p.p.).

Tabela 24. Taxa de analfabetismo no concelho de Ribeira Grande (2011-2021)

| Local de residência | Taxa de Analfabetismo | | |
|-----------------------|-----------------------|------|--------------------------|
| | 2011 | 2021 | Varição 2011-2021 (p.p.) |
| Ribeira Grande | 6,6% | 4,2% | -2,5 |
| Calhetas | 4,1% | 2,8% | -1,3 |
| Fenais da Ajuda | 8,5% | 5,1% | -3,4 |
| Lomba da Maia | 5,7% | 2,2% | -3,5 |
| Lomba de São Pedro | 6,3% | 3,9% | -2,3 |
| Maia | 5,8% | 3,9% | -1,9 |
| Pico da Pedra | 2,8% | 2,2% | -0,6 |
| Porto Formoso | 7,2% | 3,2% | -3,9 |
| Rabo de Peixe | 9,7% | 6,8% | -2,9 |
| Conceição | 3,7% | 1,7% | -2,0 |
| Matriz | 6,3% | 3,9% | -2,4 |
| Ribeira Seca | 6,0% | 3,0% | -3,0 |
| Ribeirinha | 6,8% | 4,9% | -1,8 |
| Santa Bárbara | 6,8% | 3,0% | -3,7 |

| Local de residência | Taxa de Analfabetismo | | |
|---------------------|-----------------------|------|--------------------------|
| | 2011 | 2021 | Varição 2011-2021 (p.p.) |
| São Brás | 4,2% | 2,2% | -2,0 |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011 e Censos 2021)

No concelho de Vila Franca do Campo, constata-se que a maioria da população residente, (59,3%) completou o Ensino Básico, 16,2% tem o Ensino Secundário e Pós-Secundário, 16,1% da população não tem nenhum grau de escolaridade, e, por fim, 8,5% da população do concelho completou o Ensino Superior.

No que concerne à população com habilitações ao nível do Ensino Superior, denota-se que São Pedro (15,1%) e Ribeira das Taíñas (10,9%) são as freguesias com maior percentagem de população com este grau de escolaridade. Já as freguesias de Ponta Garça (4%) e Água d'Alto (6,8%) apresentam níveis mais reduzidos de população que completou o Ensino Superior.

Os maiores aumentos ao nível de população com Ensino Secundário registaram-se na Ribeira Seca (9,3 p.p.) e em Ponta Garça (9,0 p.p.).

Tabela 25. Habilitações literárias da população residente no concelho de Vila Franca do Campo (2011-2021)

| Local de residência | Nenhum | | | Ensino Básico 1º, 2º e 3º Ciclos | | | Ensino Secundário e Pós-secundário | | | Ensino Superior | | |
|----------------------|--------|-------|---------------|-------------------------------------|-------|---------------|---------------------------------------|-------|---------------|-----------------|-------|---------------|
| | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) |
| Vila Franca do Campo | 25,3% | 16,1% | -9,3 | 62,2% | 59,3% | -3,0 | 7,6% | 16,2% | 8,6 | 4,9% | 8,5% | 3,6 |
| Água d'Alto | 27,5% | 18,0% | -9,5 | 62,2% | 60,1% | -2,2 | 6,5% | 15,1% | 8,6 | 3,8% | 6,8% | 3,0 |
| Ponta Garça | 27,8% | 17,1% | -10,7 | 64,6% | 63,6% | -1,0 | 6,2% | 15,3% | 9,0 | 1,4% | 4,0% | 2,6 |
| Ribeira das Taíñas | 21,2% | 15,6% | -5,6 | 66,0% | 57,3% | -8,7 | 7,5% | 16,1% | 8,6 | 5,3% | 10,9% | 5,7 |
| São Miguel | 25,4% | 14,9% | -10,5 | 59,8% | 58,3% | -1,4 | 8,2% | 16,3% | 8,1 | 6,7% | 10,5% | 3,9 |
| São Pedro | 17,0% | 14,2% | -2,8 | 61,9% | 52,1% | -9,8 | 10,9% | 18,6% | 7,8 | 10,2% | 15,1% | 4,8 |
| Ribeira Seca | 27,2% | 15,3% | -11,9 | 58,8% | 58,0% | -0,8 | 7,8% | 17,1% | 9,3 | 6,2% | 9,6% | 3,3 |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011 e Censos 2021)

Em 2021, a taxa de analfabetismo no concelho da Vila Franca do Campo era de 5,3%, registando uma redução (-3,3 p.p.) em relação ao ano de 2011.

As percentagens mais elevadas foram registadas nas freguesias de Água d'Alto com 7,3% seguido de Ponta Garça, com 6,8%. Já a freguesia de Ribeira seca (1,3%) foi a que registou o valor mais baixo.

Denota-se uma redução generalizada da taxa de analfabetismo em todas as freguesias do concelho, com exceção da freguesia de Água d'Alto que registou um aumento (+0,2 p.p.) face a 2011. Quanto às reduções mais significativas, as mesmas registaram-se nas freguesias Ponta Garça (-4,8 p.p.) e São Pedro (-4,3 p.p.).

Tabela 26. Taxa de analfabetismo no concelho de Vila Franca do Campo (2011-2021)

| Local de residência | Taxa de Analfabetismo | | |
|----------------------|-----------------------|------|--------------------------|
| | 2011 | 2021 | Varição 2011-2021 (p.p.) |
| Vila Franca do Campo | 8,5% | 5,3% | -3,3 |
| Água d'Alto | 7,1% | 7,3% | 0,2 |
| Ponta Garça | 11,5% | 6,8% | -4,8 |
| Ribeira das Taíñas | 7,0% | 4,7% | -2,3 |

| Local de residência | Taxa de Analfabetismo | | |
|---------------------|-----------------------|------|--------------------------|
| | 2011 | 2021 | Varição 2011-2021 (p.p.) |
| São Miguel | 7,1% | 4,4% | -2,7 |
| São Pedro | 8,9% | 4,6% | -4,3 |
| Ribeira Seca | 3,8% | 1,3% | -2,5 |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011 e Censos 2021)

/// Outros Indicadores Demográficos

Quanto ao Índice de envelhecimento², verifica-se que os concelhos de Nordeste (160,4%) e Povoação (144,5%) são os mais envelhecidos. Contrariamente, Ribeira Grande (56,6%) e Lagoa (77,6%) são os concelhos que registam os valores mais baixo deste índice.

No que respeita à Taxa de Natalidade³, os valores mais baixos registaram-se nos concelhos de Nordeste e Povoação com 5,2 ‰ e 8 ‰, respetivamente. Com os valores mais elevados estão o concelho da Lagoa com 11 ‰ e Ribeira Grande com 9,9 ‰, ambos acima de 9,3 ‰, valor médio para a ilha de São Miguel.

Verifica-se uma tendência decrescente em toda a Região, São Miguel incluído, tendo este decréscimo sido mais acentuado nos concelhos de Nordeste (-7 p.p.) e Ribeira Grande (5,9 p.p.), e menos acentuado no concelho de Povoação (0,1 p.p.).

Quanto à Taxa Bruta de Mortalidade⁴, o concelho do Nordeste registou o valor mais elevado, com 15,9‰ e Ribeira Grande o mais baixo com 6,7‰. A média para São Miguel foi de 9‰. Registou-se um acréscimo na ilha de São Miguel, passando de 8,7‰ para 9‰ em 2020. Nos concelhos de Lagoa e Vila Franca do Campo, verificou-se um aumento desta mesma taxa (+2,5 p.p. e +0,5 p.p.), enquanto nos concelhos de Povoação (-3,5 p.p.), Nordeste (-2,1 p.p.), e Ribeira Grande (-0,8 p.p.) registaram uma diminuição.

Tabela 27. Indicadores de população (2011-2021)

| Local de residência | Índice de Envelhecimento (%) | | Taxa de Natalidade (%) | | Taxa Bruta de Mortalidade (%) | |
|----------------------------------|------------------------------|--------------|------------------------|------------|-------------------------------|------------|
| | 2011 | 2021 | 2010 | 2020 | 2010 | 2020 |
| R. A. Açores | 73,3 | 113,2 | 11,0 | 8,7 | 12,6 | 9,3 |
| <u>Ilha de São Miguel</u> | 65,8 | 107,4 | 12,6 | 9,3 | 8,7 | 9,0 |
| Lagoa | 47,6 | 77,6 | 13,7 | 11 | 6,5 | 9,0 |
| Nordeste | 99,7 | 160,4 | 12,2 | 5,2 | 18,0 | 15,9 |
| Povoação | 88,2 | 144,5 | 8,0 | 8,0 | 12,6 | 9,1 |
| Ribeira Grande | 36,8 | 56,6 | 15,8 | 9,9 | 7,5 | 6,7 |
| Vila Franca do Campo | 59,9 | 100,5 | 11,4 | 8,4 | 9,4 | 9,9 |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011 e Censos 2021)

² Índice de envelhecimento - relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas dos 0 aos 14 anos).

³ Taxa de natalidade - número de nados vivos ocorrido durante um determinado período, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (10³) habitantes).

⁴ Taxa bruta de mortalidade - número de óbitos observado durante um determinado período, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 (10³) habitantes).

O Índice de dependência total⁵ foi mais elevado nos concelhos de Nordeste (52,3%) e Povoação (44,3%), enquanto os valores mais baixos foram registados nos concelhos de Lagoa (41,6%) e Ribeira Grande (41,8%). Denota-se uma redução deste Índice em todos os concelhos, com maior impacto no concelho da Ribeira Grande (-5,1 p.p. face a 2011).

Tabela 28. Índice de dependência total, dependência dos jovens e dos idosos (2011-2021)

| Local de residência | Índice de Dependência Total (%) | | Índice de Dependência Jovens (%) | | Índice de Dependência Idosos (%) | |
|----------------------------------|---------------------------------|-------------|----------------------------------|-------------|----------------------------------|-------------|
| | 2011 | 2021 | 2011 | 2021 | 2011 | 2021 |
| R. A. Açores | 45,0 | 45,3 | 26,0 | 21,2 | 19,0 | 24,0 |
| <u>Ilha de São Miguel</u> | 46,8 | 44,0 | 28,3 | 22,0 | 18,1 | 21,3 |
| Lagoa | 44,8 | 41,6 | 30,4 | 23,4 | 14,5 | 18,2 |
| Nordeste | 54,9 | 52,3 | 27,5 | 20,1 | 27,4 | 32,2 |
| Povoação | 47,2 | 44,3 | 23,8 | 20,5 | 21,2 | 24,9 |
| Ribeira Grande | 46,9 | 41,8 | 34,3 | 26,7 | 12,6 | 15,1 |
| Vila Franca do Campo | 45,2 | 42,3 | 28,2 | 21,1 | 16,9 | 21,2 |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011 e Censos 2021)

Relativamente ao índice de dependência de jovens, Ribeira Grande é o concelho com maior índice, 26,7%, acima do valor médio da Ilha de São Miguel, 22%. Os concelhos que registam valores mais baixos são Nordeste e Povoação, com 20,1% e 20,5%, respetivamente.

Entre 2011 e 2021, constatou-se um decréscimo deste índice em todos os concelhos, cujo maior decréscimo foi verificado no concelho de Ribeira Grande e o menor no concelho de Povoação.

No que concerne ao índice de dependência dos idosos, Nordeste e Povoação são os concelhos com maior índice, 32,2% e 24,9%, respetivamente. Contrariamente Ribeira Grande e Lagoa, com 15,1% e 18,2% são os concelhos com os valores mais baixos.

No período em análise, verifica-se um acréscimo geral deste índice. Com maior destaque para o concelho de Nordeste com um acréscimo de 4,8 p.p. seguido de Vila Franca do Campo com 4,3 p.p. O menor crescimento foi registado no concelho da Ribeira Grande e situou-se nos 2,5 p.p..

2.2.2. Indicadores de Conforto

Relativamente ao poder de compra *per capita*⁶ verifica-se que a ilha de S. Miguel apresenta um poder de compra de 89,2, superior à média da Região Autónoma dos Açores (88), em 2019.

Analisando os concelhos inseridos no território de intervenção da ASDEPR, constata-se que o concelho de Lagoa apresenta o maior poder de compra (76,1), sendo o concelho de Nordeste (61,9) a apresentar o menor poder de compra, em 2019. Verifica-se um aumento do poder de compra em todos os concelhos de 2009 para 2019.

⁵ O Índice de dependência total - relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos).

⁶ Poder de compra *per capita* - poder de compra manifestado quotidianamente, em termos per capita, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional.

Tabela 29. Evolução do Poder de compra (2009-2019)

| Local de residência | Poder de compra per capita | | | | | | Variação 2009-2019 (%) |
|----------------------------|----------------------------|------|------|------|------|------|------------------------|
| | 2009 | 2011 | 2013 | 2015 | 2017 | 2019 | |
| Região Autónoma dos Açores | 86,1 | 82,4 | 84,6 | 85,5 | 87,3 | 88,0 | 2,2% |
| <u>Ilha de São Miguel</u> | 89,7 | 83,3 | 85,0 | 86,6 | 88,6 | 89,2 | -0,6% |
| Território ASDEPR | - | - | - | - | - | - | - |
| Lagoa | 68,4 | 67,3 | 70,9 | 71,3 | 74,2 | 76,1 | 11,3% |
| Nordeste | 53,1 | 55,9 | 60,9 | 62,7 | 62,5 | 61,9 | 16,6% |
| Povoação | 53,6 | 57,8 | 65,5 | 65,9 | 66,3 | 66,3 | 23,7% |
| Ribeira Grande | 68,2 | 63,3 | 67,3 | 69,5 | 71,1 | 72,4 | 6,2% |
| Vila Franca do Campo | 59,1 | 59,2 | 62,7 | 63,0 | 65,0 | 66,1 | 11,8% |

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (Estudo sobre o poder de compra concelhio)

Ainda no âmbito dos indicadores de conforto, podemos ainda analisar os indicadores relacionados com equipamentos de apoio ao trabalho doméstico e equipamentos de comunicação e lazer por agregado familiar.

Tabela 30. Agregados familiares com equipamento de apoio ao trabalho doméstico, de comunicação e lazer (2015/2016)

| Equipamento de apoio ao trabalho doméstico, de comunicação e lazer | |
|---|------------------|
| Equipamento De Apoio Ao Trabalho Doméstico | R. A. Açores (%) |
| Fogão ou placa | 99,7 |
| Frigorífico ou combinado | 99,2 |
| Micro-ondas | 96,3 |
| Arca frigorífica | 72,0 |
| Aspirador | 80,0 |
| Máquina de lavar roupa | 96,4 |
| Máquina de secar roupa | 65,0 |
| Máquina de lavar e secar roupa | - |
| Máquina de lavar loiça | 36,8 |
| Máquina de Costura | 33,5 |
| Equipamento De Comunicação E Lazer | R. A. Açores (%) |
| Telefone - rede fixa | 88,2 |
| Telefone - rede móvel | 92,6 |
| Aparelho de televisão | 99,6 |
| Equipamento para acesso a televisão por cabo ou satélite (box ou antena) | 88,4 |
| Leitor de CD's ou de DVD's | 46,0 |
| Aparelhagem de som | 39,2 |
| Leitor de MP3 ou MP4 | 27,8 |
| Câmara de vídeo | 13,6 |
| Equipamento fotográfico (não inclui telemóveis, tablets ou outros equip. com esta funcionalidade) | 48,2 |
| Consola de jogos | 32,0 |
| Computador | 73,9 |
| Computador pessoal de secretária (desktop) | 34,2 |
| Computador pessoal portátil (laptop) | 61,5 |
| Ligação à internet | 75,7 |
| Internet fixa | 45,4 |
| Internet móvel | 2,5 |

| Equipamento de apoio ao trabalho doméstico, de comunicação e lazer | | |
|--|--|------|
| Internet fixa e móvel | | 27,8 |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores- Inquérito às Despesas das Famílias 2015 / 2016

2.2.3. Mercado de Trabalho

Relativamente à população empregada, registou-se um aumento do número de empregados em São Miguel (5%), entre 2011 e 2021. Este aumento foi transversal a todos os concelhos, com exceção do concelho do Nordeste (-5,8%). Nos concelhos de Vila Franca do Campo (+8,8%) e Lagoa (+8%) verificam-se os maiores aumentos de população empregada face a 2011.

No que concerne à população desempregada, registou-se um decréscimo em todos os concelhos com especial destaque para Lagoa (-44,7%), Ribeira Grande (-36%) e Vila Franca do Campo (-35,5%). Os concelhos com uma redução menos acentuada foram Nordeste (-24,4%) e Povoação (-24,9%), face a 2011.

Em 2021, a taxa de atividade⁷ mais elevada registou-se no concelho de Lagoa (47,4%) e Povoação (46,7%) e a mais baixa nos concelhos de Nordeste (44,1%) e Vila Franca do Campo (44,8%). Entre 2011 e 2021, denota-se um aumento em todos os concelhos com destaque para o concelho de Povoação (4,6%) e Vila Franca do Campo (4,4%), enquanto a Ribeira Grande foi o concelho com menor aumento (0,9%), face a 2011.

Em 2021, as taxas de desemprego mais elevada foram registadas nos concelhos de Povoação (10,8%) e Vila Franca do Campo (9,9%). Lagoa foi o concelho com menor taxa de desemprego, situando-se em 7,4%.

Em todos os concelhos, denota-se uma redução da taxa de desemprego entre 2011 e 2021, com destaque para Lagoa (-6,2 p.p.) e Vila Franca do Campo (-5,7 p.p.).

Tabela 31. Indicadores de mercado de trabalho (2011-2021)

| Local de residência | População empregada | | | População desempregada | | | Taxa de atividade (%) | | | Taxa de desemprego (%) | | |
|---------------------------|---------------------|---------------|-------------|------------------------|--------------|---------------|-----------------------|------|------------|------------------------|------|------------|
| | 2011 | 2021 | Var (%) | 2011 | 2021 | Var (%) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) |
| R. A. Açores | 102.127 | 105.396 | 3,2% | 12.793 | 7.770 | -39,3% | 46,6 | 47,9 | 1,3 | 11,1 | 6,9 | -4,3 |
| Ilha de São Miguel | 55.352 | 58.093 | 5,0% | 8.272 | 5.297 | -36,0% | - | - | - | - | - | - |
| Território ASDEPR | 25.960 | 27.474 | 5,8% | 4.263 | 2.722 | -36,1% | - | - | - | - | - | - |
| Lagoa | 5.758 | 6.219 | 8,0% | 904 | 500 | -44,7% | 46,1 | 47,4 | 1,2 | 13,6 | 7,4 | -6,2 |
| Nordeste | 1.862 | 1.754 | -5,8% | 225 | 170 | -24,4% | 42,3 | 44,1 | 1,8 | 10,8 | 8,8 | -1,9 |
| Povoação | 2.276 | 2.411 | 5,9% | 390 | 293 | -24,9% | 42,1 | 46,7 | 4,6 | 14,6 | 10,8 | -3,8 |
| Ribeira Grande | 12.235 | 12.925 | 5,6% | 2.037 | 1.303 | -36,0% | 44,4 | 45,3 | 0,9 | 14,3 | 9,2 | -5,1 |
| Vila Franca do Campo | 3.829 | 4.165 | 8,8% | 707 | 456 | -35,5% | 40,4 | 44,8 | 4,4 | 15,6 | 9,9 | -5,7 |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011 e Censos 2021)

Da análise por freguesia, no concelho de Lagoa, constata-se que, em todas as freguesias, a população empregada aumentou, entre os anos 2011 e 2021. Os maiores aumentos foram registados nas freguesias de Ribeira Chã (14,5%) e Cabouco (13,5%), ambos acima do concelho (8%).

⁷ Taxa de atividade - peso da população ativa sobre o total da população

Quanto à população desempregada, esta diminuiu em todas as freguesias do concelho de Lagoa, nos anos em análise, com maior incidência nas freguesias de Ribeira Chã (-57,1%) e Cabouco (-55,8%).

A taxa de atividade no concelho de Lagoa relativa ao ano de 2021 era de 47,4%, encontrando-se apenas a freguesia de Água de Pau (43,4%) abaixo do valor registado para o concelho.

No que respeita à taxa de desemprego, denota-se uma diminuição dos desempregados em todas as freguesias do concelho de Lagoa, com maior destaque para a freguesia de Água de Pau (-9 p.p.), face a 2011.

Tabela 32. Indicadores de trabalho no concelho de Lagoa (2011-2021)

| Local de residência | População empregada | | | População desempregada | | | Taxa de atividade (%) | | | Taxa de desemprego (%) | | |
|------------------------------|---------------------|-------|---------|------------------------|------|---------|-----------------------|------|------------|------------------------|------|------------|
| | 2011 | 2021 | Var (%) | 2011 | 2021 | Var (%) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) |
| Lagoa | 5.758 | 6.219 | 8,0% | 904 | 500 | -44,7% | 46,1 | 47,4 | 1,2 | 13,6 | 7,4 | -6,1 |
| Água de Pau | 1.107 | 1.159 | 4,7% | 234 | 107 | -54,3% | 43,9 | 43,4 | -0,5 | 17,5 | 8,5 | -9,0 |
| Cabouco | 823 | 934 | 13,5% | 95 | 42 | -55,8% | 47,8 | 49,5 | 1,8 | 10,4 | 4,3 | -6,1 |
| N. S ^a do Rosário | 2.238 | 2.406 | 7,5% | 306 | 187 | -38,9% | 47,2 | 48,0 | 0,8 | 12,0 | 7,2 | -4,8 |
| Santa Cruz | 1.445 | 1.554 | 7,5% | 248 | 155 | -37,5% | 46,1 | 48,4 | 2,3 | 14,7 | 9,1 | -5,6 |
| Ribeira Chã | 145 | 166 | 14,5% | 21 | 9 | -57,1% | 41,9 | 48,0 | 6,0 | 12,7 | 5,1 | -7,5 |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011 e Censos 2021)

No concelho de Nordeste, e analisando a população empregada, denota-se uma redução generalizada, cuja maior redução foi registada nas freguesias de Nordeste (-17%) e Santana (-9,4%). Contrariamente, as freguesias de Lomba da Fazenda, Salga e Achada apresentaram um aumento de 6,3%, 3,9% e 1,3%, respetivamente, entre 2011 e 2021.

No que respeita à população desempregada, o concelho do Nordeste apresenta freguesias com valores bastante distintos, nomeadamente em que Algarvia, Achada e Santana apresentaram um crescimento de 600%, 225% e 68,8% respetivamente. Em linha com a variação de todo o concelho (-24,4%), as freguesias de Lomba da Fazenda (-57,6%), Achadinha (-57,1%) e Nordeste (-45%), são as que mais viram a sua população desempregada diminuir.

A taxa de atividade aumentou em todas as freguesias de Nordeste, com exceção das freguesias Nordeste (-3,4 p.p.) e Santo António de Nordestinho (-1,7 p.p.).

A taxa de desemprego do concelho diminuiu no período de análise (-1,9%) salientando-se a diminuição do desemprego em Lomba da Fazenda (-9,5%) e Achadinha (-7,4%), enquanto os aumentos mais significativos forma registados nas freguesias de Santana (6,6%) e da Achada (5,2%).

Tabela 33. Indicadores de trabalho no concelho de Nordeste (2011-2021)

| Local de residência | População empregada | | | População desempregada | | | Taxa de atividade (%) | | | Taxa de desemprego (%) | | |
|---------------------|---------------------|-------|---------|------------------------|------|---------|-----------------------|------|------------|------------------------|------|------------|
| | 2011 | 2021 | Var (%) | 2011 | 2021 | Var (%) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) |
| Nordeste | 1.822 | 1.754 | -5,8% | 225 | 170 | -24,4% | 42,3 | 44,1 | 1,8 | 10,8 | 8,8 | -1,9 |
| Achada | 153 | 155 | 1,3% | 4 | 13 | 225,0% | 36,0 | 43,4 | 7,4 | 2,6 | 7,7 | 5,2 |
| Achadinha | 166 | 159 | -4,2% | 28 | 12 | -57,1% | 36,3 | 36,9 | 0,7 | 14,4 | 7,0 | -7,4 |
| Lomba da Fazenda | 286 | 304 | 6,3% | 59 | 25 | -57,6% | 40,9 | 43,9 | 3,1 | 17,1 | 7,6 | -9,5 |

| Local de residência | População empregada | | | População desempregada | | | Taxa de atividade (%) | | | Taxa de desemprego (%) | | |
|-------------------------|---------------------|------|---------|------------------------|------|---------|-----------------------|------|------------|------------------------|------|------------|
| | 2011 | 2021 | Var (%) | 2011 | 2021 | Var (%) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) |
| Nordeste | 581 | 482 | -17,0% | 60 | 33 | -45,0% | 47,8 | 44,4 | -3,4 | 9,4 | 6,4 | -3,0 |
| Salga | 179 | 186 | 3,9% | 27 | 30 | 11,1% | 42,2 | 44,6 | 2,4 | 13,1 | 13,9 | 0,8 |
| Santana | 160 | 145 | -9,4% | 16 | 27 | 68,8% | 37,1 | 45,3 | 8,2 | 9,1 | 15,7 | 6,6 |
| Algarvia | 123 | 114 | -7,3% | 1 | 7 | 600,0% | 42,8 | 50,4 | 7,7 | 0,8 | 5,8 | 5,0 |
| St. António Nordestinho | 110 | 108 | -1,8% | 11 | 11 | 0,0% | 47,5 | 45,8 | -1,7 | 9,1 | 9,2 | 0,2 |
| S. Pedro Nordestinho | 104 | 101 | -2,9% | 19 | 12 | -36,8% | 45,1 | 46,1 | 1,1 | 15,5 | 10,6 | -4,8 |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011 e Censos 2021)

Quanto ao concelho da Povoação, e entre os anos 2011 e 2021, verifica-se um aumento da população empregada nas freguesias de Faial da Terra (+12,7%), Nossa Senhora dos Remédios (+12,9%) e Furnas (+18,8%). As freguesias de Ribeira Quente (-1,6%), Povoação (-2,5%) e Água Retorta (-3,5%) registaram reduções ao nível da população empregada.

Quanto à população desempregada, denota-se uma redução em todas as freguesias, com exceção da freguesia da Ribeira Quente, que não registou qualquer alteração. A redução mais significativa ocorreu na freguesia das Furnas (-52%), face a 2011.

Verifica-se um aumento da taxa de atividade em todo o concelho, com destaque para a freguesia de Nossa Senhora dos Remédios (+6,7 p.p.), enquanto a freguesia de Povoação foi a que menor aumento registou (+3,7 p.p.).

Tabela 34. Indicadores de trabalho no concelho de Povoação (2011-2021)

| Local de residência | População empregada | | | População desempregada | | | Taxa de atividade (%) | | | Taxa de desemprego (%) | | |
|---------------------|---------------------|-------|---------|------------------------|------|---------|-----------------------|------|------------|------------------------|------|------------|
| | 2011 | 2021 | Var (%) | 2011 | 2021 | Var (%) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) |
| Povoação | 2.276 | 2.411 | 5,9% | 390 | 293 | -24,9% | 42,1 | 46,7 | 4,6 | 14,6 | 10,8 | -3,8 |
| Água Retorta | 171 | 165 | -3,5% | 29 | 28 | -3,4% | 40,9 | 45,0 | 4,1 | 14,5 | 14,5 | 0,0 |
| Faial da Terra | 110 | 124 | 12,7% | 18 | 13 | -27,8% | 35,7 | 40,1 | 4,4 | 14,1 | 9,5 | -4,6 |
| Furnas | 528 | 627 | 18,8% | 100 | 48 | -52,0% | 43,6 | 48,3 | 4,6 | 15,9 | 7,1 | -8,8 |
| N.S. Remédios | 402 | 454 | 12,9% | 43 | 42 | -2,3% | 40,0 | 46,7 | 6,7 | 9,7 | 8,5 | -1,2 |
| Povoação | 809 | 789 | -2,5% | 160 | 122 | -23,8% | 44,8 | 48,5 | 3,7 | 16,5 | 13,4 | -3,1 |
| Ribeira Quente | 256 | 252 | -1,6% | 40 | 40 | 0,0% | 38,6 | 42,8 | 4,2 | 13,5 | 13,7 | 0,2 |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011 e Censos 2021)

No concelho de Ribeira Grande, a população empregada aumentou na larga maioria das freguesias, tendo diminuído em apenas quatro freguesias, nomeadamente Porto Formoso (-23,3%), Fenais da Ajuda (-7%), Lomba de São Pedro (-6,3%) e Lomba da Maia (-2,5%). Destacam-se as freguesias da Ribeirinha (+20,3%) e São Brás (15,1%) com maiores aumentos.

Denota-se uma redução do número de população desempregada em todas as freguesias, com maior destaque para São Brás com a menor redução (-10%) e Santa Barbara com a redução mais significativa (-55,3%).

Em 2021, a taxa de atividade das freguesias aproximou-se da taxa do Concelho (45,3%), tendo as maiores variações sido registadas nas freguesias de São Brás (+10,5 p.p.) e na freguesia Lomba de São Pedro (-10,7 p.p.), face a 2011.

No que concerne à taxa de desemprego, verifica-se uma redução generalizada em todas as freguesias, tendo ocorrido os maiores decréscimos nas freguesias de Matriz (-8,1 p.p.) e Maia (-7,5 p.p.).

Tabela 35. Indicadores de trabalho no concelho de Ribeira Grande (2011-2021)

| Local de residência | População empregada | | | População desempregada | | | Taxa de atividade (%) | | | Taxa de desemprego (%) | | |
|-----------------------|---------------------|--------|---------|------------------------|-------|---------|-----------------------|------|------------|------------------------|------|------------|
| | 2011 | 2021 | Var (%) | 2011 | 2021 | Var (%) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) |
| Ribeira Grande | 12.235 | 12.925 | 5,6% | 2.037 | 1.303 | -36,0% | 44,4 | 45,3 | 0,9 | 14,3 | 9,2 | -5,1 |
| Calhetas | 421 | 423 | 0,5% | 74 | 44 | -40,5% | 50,1 | 51,3 | 1,2 | 15,0 | 9,4 | -5,5 |
| Fenais da Ajuda | 315 | 293 | -7,0% | 81 | 47 | -42,0% | 35,0 | 38,2 | 3,2 | 20,5 | 13,8 | -6,6 |
| Lomba da Maia | 448 | 437 | -2,5% | 55 | 45 | -18,2% | 43,7 | 46,0 | 2,3 | 10,9 | 9,3 | -1,6 |
| Lomba de São Pedro | 96 | 90 | -6,3% | 21 | 16 | -23,8% | 41,2 | 30,5 | -10,7 | 18,0 | 15,1 | -2,9 |
| Maia | 701 | 731 | 4,3% | 120 | 56 | -53,3% | 43,2 | 43,9 | 0,7 | 14,6 | 7,1 | -7,5 |
| Pico da Pedra | 1.340 | 1.524 | 13,7% | 122 | 89 | -27,0% | 50,3 | 52,8 | 2,6 | 8,3 | 5,5 | -2,8 |
| Porto Formoso | 477 | 366 | -23,3% | 45 | 30 | -33,3% | 41,3 | 36,1 | -5,1 | 8,6 | 7,6 | -1,0 |
| Rabo de Peixe | 3.059 | 3.161 | 3,3% | 582 | 382 | -34,4% | 41,1 | 40,3 | -0,8 | 16,0 | 10,8 | -5,2 |
| Conceição | 1.166 | 1.289 | 10,5% | 130 | 99 | -23,8% | 53,4 | 52,7 | -0,7 | 10,0 | 7,1 | -2,9 |
| Matriz | 1.466 | 1.578 | 7,6% | 328 | 178 | -45,7% | 45,2 | 46,6 | 1,4 | 18,3 | 10,1 | -8,1 |
| Ribeira Seca | 1.130 | 1.180 | 4,4% | 215 | 142 | -34,0% | 45,6 | 47,7 | 2,1 | 16,0 | 10,7 | -5,3 |
| Ribeirinha | 844 | 1.015 | 20,3% | 168 | 123 | -26,8% | 43,1 | 45,3 | 2,3 | 16,6 | 10,8 | -5,8 |
| Santa Bárbara | 533 | 563 | 5,6% | 76 | 34 | -55,3% | 47,8 | 50,3 | 2,5 | 12,5 | 5,7 | -6,8 |
| São Brás | 239 | 275 | 15,1% | 20 | 18 | -10,0% | 39,9 | 50,3 | 10,5 | 7,7 | 6,1 | -1,6 |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011 e Censos 2021)

Por fim, e no concelho de Vila Franca do Campo, entre os anos 2011 e 2021, registou-se um aumento da população empregada em todas as freguesias, com destaque para Ribeira das Taíñas (13,7%) e Ponta Garça (13%).

Quanto à população desempregada, esta diminuiu em todas as freguesias, com exceção da Ribeira das Taíñas, cujo número de desempregados aumentou 175%. A freguesia com maior diminuição de população desempregada foi a Ribeira Seca (-52,9%).

Verifica-se um aumento generalizado da taxa de atividade nas freguesias de Vila Franca do Campo, tendo o maior aumento sido registado nas freguesias da Ribeira das Taíñas, (11,2 p.p.) seguido de Ponta Garça (5,9 p.p.), face a 2011.

A taxa de desemprego também diminuiu em todas as freguesias do concelho, com exceção da Ribeira das Taíñas, que registou um aumento de 6,5 p.p. A diminuição mais significativa verificou-se na freguesia da Ponta Garça (-8,3 p.p.).

Tabela 36. Indicadores de trabalho no concelho de Vila Franca do Campo (2011-2021)

| Local de residência | População empregada | | | População desempregada | | | Taxa de atividade (%) | | | Taxa de Desemprego (%) | | |
|----------------------|---------------------|-------|---------|------------------------|------|---------|-----------------------|------|------------|------------------------|------|------------|
| | 2011 | 2021 | Var (%) | 2011 | 2021 | Var (%) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) |
| Vila Franca do Campo | 3.829 | 4.165 | 8,8% | 707 | 456 | -35,5% | 40,4 | 44,8 | 4,4 | 15,6 | 9,9 | -5,7 |
| Água d'Alto | 591 | 657 | 11,2% | 116 | 85 | -26,7% | 39,5 | 44,8 | 5,3 | 16,4 | 11,5 | -5,0 |
| Ponta Garça | 1.121 | 1.267 | 13% | 262 | 151 | -42,4% | 39,0 | 44,9 | 5,9 | 18,9 | 10,7 | -8,3 |
| Ribeira das Tainhas | 219 | 249 | 13,7% | 12 | 33 | 175% | 32,9 | 44,1 | 11,2 | 5,2 | 11,7 | 6,5 |
| São Miguel | 928 | 965 | 4% | 174 | 105 | -39,7% | 41,4 | 43,0 | 1,6 | 15,8 | 9,8 | -6,0 |
| São Pedro | 570 | 600 | 5,3% | 73 | 49 | -32,9% | 45,1 | 47,0 | 1,9 | 11,4 | 7,6 | -3,8 |
| Ribeira Seca | 400 | 427 | 6,8% | 70 | 33 | -52,9% | 42,5 | 45,8 | 3,3 | 14,9 | 7,2 | -7,7 |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011 e Censos 2021)

No que concerne à situação profissional da população da ilha de São Miguel, verifica-se que é representada maioritariamente por trabalhadores por conta de outrem (80,3%), seguido por empregadores (8,9%), trabalhadores por conta própria (7,7%) e, por último, população em Outra situação (3,1%).

Regista-se uma ligeira diminuição no número de empregadores (-0,1 p.p.) a nível de ilha. Esta tendência não se verifica em todos os concelhos, tendo Lagoa e Nordeste apresentado um aumento, enquanto Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo registaram uma redução.

No que concerne a Trabalhadores por conta própria, verifica-se um aumento de 1,8 p.p. na ilha de São Miguel, tendo sido transversal a todos os concelhos, com exceção de Povoação, que decresceu face a 2011 (-0,3 p.p.).

Quanto aos trabalhadores em outra situação, regista-se um aumento 0,8 p.p. na ilha de São Miguel. À exceção do concelho da Lagoa todos os outros apresentaram um aumento do número de trabalhadores.

Tabela 37. População empregada por situação na profissão principal (2011-2021)

| Local de residência | Empregador | | | Trabalhador por conta própria | | | Trabalhador por conta de outrem | | | Outra situação | | |
|---------------------------|------------|------|---------|-------------------------------|-------|---------|---------------------------------|-------|---------|----------------|------|---------|
| | 2011 | 2021 | Var (%) | 2011 | 2021 | Var (%) | 2011 | 2021 | Var (%) | 2011 | 2021 | Var (%) |
| R. A. Açores | 9,2% | 8,9% | -0,3% | 7,6% | 9,3% | 1,8% | 81,0% | 78,7% | -2,3% | 2,2% | 3,0% | 0,8% |
| <u>Ilha de São Miguel</u> | 9,0% | 8,9% | -0,1% | 6,0% | 7,7% | 1,8% | 82,7% | 80,3% | -2,4% | 2,3% | 3,1% | 0,8% |
| Lagoa | 9,1% | 9,3% | 0,2% | 6,0% | 7,6% | 1,7% | 81,0% | 80,4% | -0,7% | 3,9% | 2,8% | -1,2% |
| Nordeste | 6,4% | 9,3% | 3,0% | 7,4% | 8,9% | 1,5% | 85,7% | 74,3% | -11,4% | 0,5% | 7,5% | 7,0% |
| Povoação | 9,7% | 8,8% | -0,9% | 8,7% | 8,4% | -0,3% | 79,3% | 79,7% | 0,4% | 2,4% | 3,2% | 0,8% |
| Ribeira Grande | 8,8% | 8,6% | -0,2% | 6,5% | 8,3% | 1,8% | 82,3% | 80,2% | -2,0% | 2,5% | 3,0% | 0,5% |
| Vila Franca do Campo | 10,2% | 9,1% | -1,1% | 8,7% | 10,7% | 2,0% | 78,7% | 76,5% | -2,2% | 2,4% | 3,7% | 1,3% |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011 e Censos 2021)

Da população empregada em 2021 na ilha de São Miguel, 77,2% laboravam no setor terciário, 16,3% no setor secundário e, com menor representação, 6,5% no setor primário. É notória a crescente aposta na terciarização do mercado de trabalho, sendo este o único setor em que se registou o aumento da sua representatividade (+5,8 p.p.), face a 2011. Os setores primário e secundário registaram uma diminuição de representatividade de população empregue nas mesmas, de 1,4 p.p. e 4,4 p.p., respetivamente.

Tabela 38. População empregada por setor de atividade (2011-2021)

| Local de residência | Setor primário | | | Setor secundário | | | Setor terciário | | |
|---------------------------|----------------|-------|------------|------------------|-------|------------|-----------------|-------|------------|
| | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) | 2011 | 2021 | Var (p.p.) |
| R. A. Açores | 8,5% | 7,0% | -1,4 | 20,6% | 16,0% | -4,6 | 70,9% | 76,9% | 6,0 |
| Ilha de São Miguel | 7,8% | 6,5% | -1,4 | 20,7% | 16,3% | -4,4 | 71,4% | 77,2% | 5,8 |
| Lagoa | 8,2% | 6,1% | -2,1 | 21,0% | 17,0% | -4,0 | 70,8% | 76,8% | 6,1 |
| Nordeste | 17,9% | 13,6% | -4,3 | 22,0% | 15,3% | -6,7 | 60,0% | 71,0% | 11,0 |
| Povoação | 12,6% | 9,2% | -3,4 | 24,1% | 15,1% | -9,0 | 63,3% | 75,7% | 12,4 |
| Ribeira Grande | 11,6% | 9,7% | -2,0 | 26,9% | 20,9% | -6,0 | 61,5% | 69,5% | 8,0 |
| Vila Franca do Campo | 11,3% | 8,7% | -2,6 | 30,8% | 22,6% | -8,3 | 57,9% | 68,7% | 10,9 |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011 e Censos 2021)

Do território de intervenção da ASDEPR, destaca-se o concelho do Nordeste com a maior representatividade registada no setor primário (13,6%), Vila Franca do Campo com maior proporção de população a laborar no setor secundário (22,6%) e Lagoa o concelho onde se verifica a maior proporção da sua população a laborar no setor terciário (76,8%).

2.2.4. Atividade Económica

/// Indicadores Macroeconómicos

No âmbito da atividade económica, torna-se fulcral analisar indicadores económicos regionais, tais como o Produto Interno Bruto (PIB)⁸ e o Valor Acrescentado Bruto (VAB)⁹, dados específicos de diferentes setores de atividade e as relações comerciais com o mercado internacional.

Entre 2011 e 2021, verificou-se um aumento do Produto Interno Bruto a preços correntes na Região Autónoma dos Açores, passando de 3.732 milhões de euros em 2011 para 4.421 milhões de euros em 2021, tendo aumentado 18,5%. O nível de riqueza médio, medido pelo produto interno bruto per capita, correspondeu, em 2011 a 15.071 milhares de euros, enquanto em 2021, este valor correspondeu a 18.263 milhares de euros, verificando-se um aumento de 21,2%.

Tabela 39. Produto Interno Bruto a preços correntes (2011/2021)

| Anos | Produto interno bruto a preços correntes | | | PIB per capita | | |
|---------------------|--|--------------|--------------|----------------|-------------|--------------|
| | 2011 (M€) | 2021 (M€) | Variação (%) | 2011 (m€) | 2021 (m€) | Variação (%) |
| R. A. Açores | 3.732 | 4.421 | 18,5% | 15,1 | 18,3 | 21,2% |

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (Contas económicas regionais)

Em 2020, as atividades que mais contribuíam para o Valor Acrescentado Bruto continuavam a ser “Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação; saúde humana e ação social” com 29,6%, seguido de “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos, automóveis e motocicletas; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração” com 25,8%, “Atividades mobiliárias” com 13,1%, sendo precisamente esta que mais cresceu durante o período em análise (5,3 p.p.). As atividades

⁸ Produto Interno Bruto (PIB) - resultado da atividade de produção das unidades produtivas residentes, calculado segundo a ótica da produção, da despesa e do rendimento.

⁹ Valor Acrescentado Bruto - valor bruto da produção deduzido do custo das matérias-primas e de outros consumos no processo produtivo.

ligadas à “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” representam 8,5% do VAB, menos (-0,1 p.p.) face a 2021. Denota-se o decréscimo do VAB nas atividades pertencentes ao setor primário e secundário.

Constata-se que, em 2010, a produtividade aparente no trabalho na Região Autónoma dos Açores era de cerca de 29,8 milhares de euros, atingindo a atividade “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” o montante de 23,9 milhares de euros. Em 2020, a produtividade aparente no trabalho era de 33,8 milhares de euros, atingindo a atividade “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” o montante de 21,2 milhares de euros (-2,7% face a 2010).

O valor da remuneração média anual do trabalho na Região Autónoma dos Açores, em 2010, era de 19.400 euros tendo, em 2020, passado para 20.999 euros.

Analisando a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)¹⁰ no total do VAB em percentagem, verifica-se que a atividade “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”, em 2010 tinha um peso de 5,4% crescendo até aos 14,1% em 2020, um aumento de 8,7 p.p., sendo o único setor em que ocorreu crescimento nesta métrica.

Tabela 40. Indicadores de contas regionais por atividade económica (2010-2020)

| Atividade económica | VAB em % total região | | Produtividade aparente do trabalho VAB/Emprego (%) | | Remuneração média (m€) | | Remunerações do total VAB (%) | | FBCF no total VAB (%) | |
|---|-----------------------|--------------|--|-------------|------------------------|-------------|-------------------------------|-------------|-----------------------|-------------|
| | 2010 | 2020 | 2010 | 2020 | 2010 | 2020 | 2010 | 2020 | 2010 | 2020 |
| | R. A. Açores | 100,0 | 100,0 | 29,8 | 33,8 | 19,4 | 21,0 | 57,1 | 51,3 | 32,0 |
| Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca | 8,6 | 8,5 | 23,9 | 21,2 | 11,7 | 12,0 | 20,3 | 13,6 | 5,4 | 14,1 |
| Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição | 9,3 | 7,1 | 26,6 | 30,5 | 15,4 | 18,9 | 53,6 | 57,9 | 38,0 | 30,8 |
| Construção | 8,0 | 4,1 | 17,8 | 21,9 | 14,1 | 14,6 | 68,3 | 58,2 | 11,1 | 10,5 |
| Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos, automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração | 24,7 | 25,8 | 29,6 | 34,7 | 16,7 | 18,8 | 52,5 | 49,0 | 44,3 | 15,2 |
| Atividades de informação e comunicação | 2,3 | 1,6 | 77,6 | 62,5 | 3,5 | 30,3 | 41,5 | 43,5 | 62,7 | 57,3 |
| Atividades financeiras de seguros | 4,3 | 2,3 | 87,1 | 83,2 | 4,3 | 36,6 | 44,9 | 43,1 | 19,2 | -2,7 |
| Atividades imobiliárias | 7,8 | 13,1 | 666,7 | 1.369,5 | 15,2 | 23,1 | 1,7 | 1,1 | 60,3 | 32,7 |
| Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; atividades administrativas e dos serviços de apoio | 3,3 | 4,3 | 23,3 | 25,2 | 15,3 | 18,8 | 57,4 | 53,3 | 19,3 | 12,5 |
| Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação; saúde humana e ação social | 28,8 | 29,6 | 32,7 | 32,1 | 28,4 | 26,7 | 85,1 | 81,8 | 27,6 | 11,4 |
| Atividades artísticas e de espetáculos; reparação de bens de uso doméstico e outros serviços | 2,8 | 3,7 | 11,5 | 15,4 | 10,5 | 12,9 | 85,8 | 74,5 | 22,1 | 14,4 |

¹⁰ Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) - engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e determinadas mais valias dos ativos não produzidos obtidas através da atividade produtiva de unidades produtivas ou institucionais.

No que concerne ao Valor Acrescentado Bruto das empresas, registou-se um crescimento de 10,6% na área de intervenção ASDEPR. O setor primário foi o que registou maior aumento, (57,4%) seguido do setor terciário (6,3%). Tal não se verificou no setor secundário, tendo registado uma redução entre 2010 e 2020 (-9,3%). Quanto ao peso, destaca-se o setor secundário, com uma representação de 46,6%, seguido do terciário com 34,6% e, por fim, o setor primário com 11,2%.

Tabela 41. Valor Acrescentado bruto das empresas por setor de atividade (2010-2020)

| Localização Geográfica | Total | | | Primário | | Secundário | | Terciário | |
|---------------------------|------------------|------------------|--------------|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2010 (m€) | 2020 (m€) | Var (%) | 2010 (m€) | 2020 (m€) | 2010 (m€) | 2020 (m€) | 2010 (m€) | 2020 (m€) |
| R. A. Açores | 1.225.302 | 1.180.520 | -3,7% | 70.254 | 107.056 | 467.311 | 387.415 | 687.737 | 686.049 |
| Ilha de São Miguel | 862.729 | 816.037 | -5,4% | 39.609 | 62.556 | 268.144 | 215.548 | 461.476 | 449.979 |
| Território ASDEPR | 258.338 | 285.714 | 10,6% | 20.249 | 31.872 | 146.618 | 133.048 | 92.985 | 98.869 |
| Lagoa | 35.381 | 46.697 | 32,0% | 2.801 | 4.344 | 12.061 | 16.754 | 20.519 | 25.390 |
| Nordeste | 8.173 | 7.600 | -7,0% | 2.001 | 3.475 | 4.390 | 4.891 | 3.297 | 2.335 |
| Povoação | 12.303 | 10.830 | 12,0% | 2.398 | 3.969 | 4.198 | 2.068 | 5.707 | 4.793 |
| Ribeira Grande | 179.706 | 192.255 | 7,0% | 9.698 | 14.446 | 117.896 | 105.663 | 52.112 | 47.330 |
| Vila Franca do Campo | 22.776 | 28.331 | 24,4% | 3.352 | 5.638 | 8.074 | 3.672 | 11.350 | 19.021 |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Anuários Estatísticos da RAA de 2010 e 2020)

Da análise o Valor Acrescentado Bruto das empresas, por setores de atividade e por concelhos do território de intervenção, constata-se que, em termos percentuais, o setor primário é mais expressivo no VAB das empresas do concelho do Nordeste. Contudo, o concelho da Povoação, apresenta um maior aumento entre 2010 e 2020 (65,5%).

Em 2020, no setor secundário, o concelho do Nordeste assume maior expressão quando comparado com outros concelhos (64,4%). No entanto, em 2010, o concelho da Ribeira Grande destaca-se neste setor, representando 65,6% do VAB total das empresas. Por seu turno o concelho da Lagoa e o do Nordeste foram os únicos que não sofreram uma redução neste setor, entre 2010 e 2020.

Quanto ao setor terciário, denota-se a predominância deste setor no concelho da Vila Franca do Campo, representando 67,1% do VAB do total das empresas, em 2020 e o concelho da Lagoa, em 2010, onde representa o maior peso deste setor (58%). Em ambos estes concelhos, entre 2010 e 2020, verifica-se um aumento significativo, enquanto nos restantes concelhos, o setor terciário tende a diminuir.

/// Agricultura e Pecuária

Nos últimos anos, na Região Autónoma dos Açores, tem havido uma reestruturação ao nível das explorações agrícolas, onde se salienta a diminuição do número de explorações agrícolas, embora com o aumento da dimensão média.

As 10.656 explorações existentes em 2019 encontram-se agrupadas segundo as classes de superfície agrícola utilizada, podendo existir explorações sem SAU e outras que utilizam uma superfície agrícola superior ou igual a 50 hectares. Assim, verifica-se que, em todos os concelhos do território de intervenção da ASDEPR, a maioria das explorações utiliza uma superfície inferior a 1 hectare, embora se tenha verificado uma diminuição das

mesmas face a 2009. Com menor representatividade, encontram-se as explorações que utilizam uma superfície agrícola superior ou igual a 50 hectares, embora tenha aumentado no período representado.

Tabela 42. Nº de explorações por classes de superfície agrícola utilizada (2009/2019)

| Localização Geográfica | Total (Nº) | | Sem SAU | | Menos de 1 ha | | Entre 1 e 5 ha | | Entre 5 e 20 ha | | Entre 20 e 50 ha | | 50 ou mais ha | |
|---------------------------|------------|--------|---------|------|---------------|-------|----------------|-------|-----------------|-------|------------------|-------|---------------|------|
| | 2009 | 2019 | 2009 | 2019 | 2009 | 2019 | 2009 | 2019 | 2009 | 2019 | 2009 | 2019 | 2009 | 2019 |
| R. A Açores | 13.541 | 10.656 | 30 | 58 | 5.767 | 3.505 | 3.152 | 2.761 | 2.805 | 2.414 | 1.375 | 1.387 | 412 | 513 |
| <u>Ilha de São Miguel</u> | 5.710 | 4.343 | 17 | 19 | 2.749 | 1.733 | 1.321 | 1.116 | 1.050 | 892 | 464 | 442 | 109 | 141 |
| Território ASDEPR | 3.555 | 2.578 | 8 | 12 | 1.762 | 1.037 | 810 | 668 | 603 | 490 | 298 | 285 | 74 | 89 |
| Lagoa | 428 | 344 | 3 | 3 | 227 | 139 | 108 | 115 | 57 | 54 | 25 | 25 | 8 | 8 |
| Nordeste | 577 | 394 | 0 | 0 | 245 | 145 | 143 | 96 | 133 | 99 | 49 | 45 | 7 | 9 |
| Povoação | 539 | 270 | 2 | 0 | 339 | 108 | 70 | 50 | 65 | 52 | 49 | 44 | 14 | 16 |
| Ribeira Grande | 1.390 | 1.053 | 1 | 5 | 619 | 388 | 365 | 301 | 254 | 202 | 118 | 117 | 33 | 40 |
| Vila Franca do Campo | 621 | 517 | 2 | 4 | 332 | 257 | 124 | 106 | 94 | 83 | 57 | 51 | 12 | 16 |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Anuários Estatísticos da RAA de 2020)

Verifica-se que, na área de intervenção do território ASDEPR, o efetivo animal com maior representação, da percentagem total do território é o grupo das aves, com 66,5% seguido dos bovinos (22,8%) e suínos (9,6%).

Tabela 43. Efetivo animal da exploração agrícola por localização geográfica

| Localização Geográfica | N.º de efetivo animal das explorações agrícolas por espécie | | | | | | | | | | | |
|---------------------------|---|---------|--------|--------|--------|-------|----------|-------|---------|---------|---------|--------|
| | Bovinos | | Suínos | | Ovinos | | Caprinos | | Aves | | *Outros | |
| | 2009 | 2019 | 2009 | 2019 | 2009 | 2019 | 2009 | 2019 | 2009 | 2019 | 2009 | 2019 |
| R. A Açores | 248.763 | 282.820 | 42.276 | 49.230 | 3.850 | 5.680 | 8.018 | 7.696 | 482.820 | 501.732 | 34.273 | 11.542 |
| <u>Ilha de São Miguel</u> | 108.324 | 130.240 | 25.547 | 36.004 | 276 | 422 | 2.760 | 2.578 | 295.504 | 387.705 | 27.055 | 3.719 |
| Território ASDEPR | 63.498 | 77.420 | 16.827 | 32.707 | 330 | 323 | 1.553 | 1.808 | 223.517 | 225.402 | 5.787 | 1.486 |
| Lagoa | 6.274 | 8.373 | 365 | 1.778 | 36 | 29 | 218 | 357 | 174.323 | 221.213 | 3.796 | 193 |
| Nordeste | 9.644 | 10.587 | 186 | 115 | 8 | 8 | 309 | 183 | 1.742 | 1.308 | 375 | 262 |
| Povoação | 8.123 | 9.175 | 182 | 2 | 0 | 0 | 196 | 64 | 2.261 | 41 | 178 | 213 |
| Ribeira Grande | 28.848 | 35.428 | 14.521 | 30.540 | 101 | 101 | 640 | 522 | 42.314 | 2.426 | 1.116 | 576 |
| Vila Franca do Campo | 10.609 | 13.857 | 1.573 | 272 | 185 | 185 | 190 | 682 | 2.877 | 414 | 322 | 242 |

*Outros: incluem equídeos, coelhos, colmeias e cortiços povoados.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (Recenseamentos agrícola de 2009 e 2019)

Quanto à quantidade de leite entregue nas fábricas, verificou-se um aumento de leite entregue neste período, passando de 540.199,2 milhares de litros em 2009 para 634.842,2 milhares de litros em 2019. A ilha de São Miguel foi responsável por 66,8% do total entregue em 2019, registando um crescimento de 24,6%, superior ao da região, 17,5%.

Tabela 44. Leite de vaca entregue nas fábricas em litros (2009/2019)

| Localização Geográfica | 2009 (m litros) | 2019 (m litros) | Varição 2009-2019 (%) |
|---------------------------|-----------------|-----------------|-----------------------|
| R. A Açores | 540.199,2 | 634.842,2 | 17,5% |
| <u>Ilha de São Miguel</u> | 340.416 | 424.282 | 24,6% |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Indústria e Energia - Principais Produtos Lácteos)

/// Estatísticas das Empresas

Da análise da densidade de empresas e de estabelecimentos, tendo em conta território de intervenção da ASDEPR, denota-se que os concelhos de Nordeste e Povoação são os que apresentam a menor densidade de estabelecimentos, ambos com 4,8 empresas/estabelecimentos por km². O concelho de Lagoa, pelo contrário, destaca-se com maior densidade de estabelecimentos (28,8 por km²), valor superior à densidade de estabelecimentos por km² registado na ilha de São Miguel (19,9).

Tabela 45. Densidade de empresas e de estabelecimentos (2020)

| Localização Geográfica | Densidade de empresas (N.º/km ²) | Densidade de estabelecimentos (N.º/km ²) |
|---------------------------|--|--|
| R. A. Açores | 12,4 | 13,2 |
| Ilha de São Miguel | 18,6 | 19,9 |
| Lagoa | 27,2 | 28,8 |
| Nordeste | 4,6 | 4,8 |
| Povoação | 4,6 | 4,8 |
| Ribeira Grande | 15,3 | 16,2 |
| Vila Franca do Campo | 12,7 | 13,4 |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Anuário Estatístico da RAA de 2020)

A nível da Ilha de São Miguel verifica-se que a grande maioria das empresas/estabelecimentos (95,4%) possuem menos de 10 pessoas ao serviço, tendência que também se verifica a nível dos concelhos que fazem parte do território de intervenção da ASDEPR.

Tabela 46. Indicadores de empresas e estabelecimentos (2020)

| Localização Geográfica | Densidade de empresas (N.º/km ²) | Proporção de empresas individuais (%) | Proporção de empresas com menos de 250 pessoas ao serviço (%) | Proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço (%) | Proporção de estabelecimentos com menos de 10 pessoas ao serviço (%) |
|---------------------------|--|---------------------------------------|---|--|--|
| Ilha de São Miguel | 18,6 | 77,3 | 99,9 | 95,8 | 95,4 |
| Lagoa | 27,2 | 78,6 | 100,0 | 95,4 | 95,2 |
| Nordeste | 4,6 | 88,9 | 100,0 | 98,9 | 99,2 |
| Povoação | 4,6 | 81,3 | 100,0 | 96,3 | 95,9 |
| Ribeira Grande | 15,3 | 83,8 | 99,9 | 96,1 | 95,9 |
| Vila Franca do Campo | 12,7 | 85,1 | 99,9 | 97,7 | 97,2 |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Anuário Estatístico da RAA de 2020)

Em 2020, de acordo com os dados do Anuário Estatístico dos Açores, existiam na ilha São Miguel 13.843 empresas, mais 3.372 empresas que em 2010. A maioria das empresas pertencem à categoria “A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”, seguindo-se as categorias “N – Atividades administrativas e serviços de apoio” e “G – Comércio por grosso e a retalho”. Das 13.843 empresas existentes em 2020; 19,9% localizam-se no concelho de Ribeira Grande; 9% em Lagoa; 7,2% em Vila Franca do Campo; 3,5% em Povoação e 3,3% em Nordeste.

Tabela 47. Empresas por concelho segundo CAE (2010-2020)

| CAE | Área de Residência | | | | | | | | | | | | | |
|--|--------------------|---------------|---------------|---------------|------------|--------------|------------|------------|------------|------------|----------------|--------------|----------------------|------------|
| | R. A. Açores | | São Miguel | | Lagoa | | Nordeste | | Povoação | | Ribeira Grande | | Vila Franca do Campo | |
| | 2010 | 2020 | 2010 | 2020 | 2010 | 2020 | 2010 | 2020 | 2010 | 2020 | 2010 | 2020 | 2010 | 2020 |
| Total | 19.803 | 28.746 | 10.471 | 13.843 | 920 | 1.242 | 274 | 463 | 459 | 486 | 1.917 | 2.753 | 840 | 990 |
| A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca | 486 | 7.373 | 171 | 2.540 | 27 | 211 | 2 | 209 | 28 | 126 | 73 | 636 | 10 | 298 |
| B - Indústrias extrativas | 18 | 12 | 6 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 2 | 0 | 0 |
| C - Indústrias transformadoras | 1.131 | 1.107 | 526 | 512 | 54 | 63 | 19 | 20 | 34 | 25 | 120 | 112 | 40 | 24 |
| D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio | 6 | 6 | 4 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| E - Captação, tratamento e dist. de água | 19 | 28 | 9 | 12 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 2 | 3 | 0 | 0 |
| F - Construção | 2.932 | 1.699 | 1.808 | 826 | 186 | 105 | 76 | 18 | 121 | 23 | 430 | 191 | 420 | 142 |
| G - Comércio por grosso e a retalho | 3.923 | 3.519 | 1.874 | 1.744 | 192 | 168 | 57 | 60 | 72 | 56 | 373 | 365 | 106 | 121 |
| H - Transporte e armazenagem | 663 | 622 | 275 | 280 | 21 | 28 | 9 | 6 | 17 | 14 | 47 | 62 | 19 | 17 |
| I - Alojamento, restauração e similares | 1.446 | 2.863 | 718 | 1.540 | 77 | 144 | 29 | 48 | 41 | 81 | 134 | 253 | 40 | 86 |
| J - Atividade de informação e comunicação | 230 | 274 | 119 | 149 | 4 | 13 | 3 | 0 | 4 | 5 | 11 | 23 | 4 | 7 |
| L - Atividades imobiliárias | 267 | 368 | 182 | 246 | 11 | 21 | 1 | 1 | 4 | 5 | 20 | 27 | 8 | 8 |
| M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares | 1.708 | 2.033 | 943 | 1.115 | 63 | 80 | 12 | 13 | 22 | 26 | 111 | 180 | 23 | 37 |
| N - Atividades administrativas e serviços de apoio | 751 | 3.884 | 342 | 2.128 | 35 | 205 | 10 | 33 | 19 | 40 | 42 | 427 | 8 | 132 |
| P - Educação | 1.276 | 1.140 | 773 | 728 | 48 | 52 | 21 | 21 | 23 | 18 | 124 | 145 | 35 | 35 |
| Q - Atividades de saúde humana e apoio social | 1.121 | 1.663 | 669 | 954 | 38 | 61 | 5 | 8 | 17 | 22 | 77 | 128 | 25 | 29 |
| R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas | 681 | 894 | 330 | 454 | 29 | 34 | 10 | 3 | 13 | 21 | 48 | 78 | 10 | 23 |
| S - Outras atividades de serviços | 3.145 | 1.261 | 1.722 | 610 | 134 | 56 | 20 | 22 | 44 | 24 | 301 | 120 | 92 | 31 |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Anuário Estatístico da RAA de 2020)

/// Comércio Internacional (Exportações e Importações)

Em 2020, na ilha de São Miguel, o total de exportações aumentou em 24,6% em relação a 2010. Denota-se o aumento significativo nas exportações entre países membros da União Europeia (70,1%). O mesmo não se verificou nas exportações fora da União Europeia, que decresceram (-25,2%) face a 2010. Na zona de

intervenção da ASDEPR, o total de exportações aumentou (29,7%), com destaque para o comércio extra União Europeia, que registou um aumento (114,8%) face a 2010.

Tabela 48. Comércio internacional declarado de mercadorias por município de sede dos operadores (Exportações)

| Localização Geográfica | Exportações | | | | | | | | |
|---------------------------|---------------|---------------|--------------|------------------------|---------------|--------------|------------------------|---------------|---------------|
| | Total (m€) | | | Comércio Intra-UE (m€) | | | Comércio Extra-UE (m€) | | |
| | 2010 | 2020 | Variação | 2010 | 2020 | Variação | 2010 | 2020 | Variação |
| Ilha de São Miguel | 64.469 | 80.355 | 24,6% | 33.729 | 57.362 | 70,1% | 30.741 | 22.993 | -25,2% |
| Território ASDEPR | 32.443 | 42.070 | 29,7% | 26.007 | 28.243 | 8,6% | 6.436 | 13.827 | 114,8% |
| Lagoa | 1.734 | 11.987 | 591,3% | 1.523 | 10.199 | 569,7% | 211 | 1.788 | 747,4% |
| Nordeste | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% |
| Povoação | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ribeira Grande | 30.691 | 30.058 | -2,1% | 24.484 | 18.044 | -26,3% | 6.207 | 12.014 | 93,6% |
| Vila Franca do Campo | 18 | 25 | 38,9% | 0 | 0 | 0,0% | 18 | 25 | 38,9% |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Anuário Estatístico da RAA de 2020)

Em 2020, na ilha de São Miguel registou-se uma diminuição de 9,9% nas importações. Contudo, as importações provenientes da União Europeia aumentaram em 119,6%. Quanto às importações extra União Europeia as mesmas diminuíram (-57,1%) face a 2010. No que respeita ao território de intervenção da ASDEPR, houve um aumento no total das importações de 99,4%, cujo maior crescimento provém das importações dentro da União Europeia (126,3%).

Tabela 49. Comércio internacional declarado de mercadorias por município de sede dos operadores (Importações)

| Localização Geográfica | Importações | | | | | | | | |
|---------------------------|----------------|----------------|--------------|-------------------|---------------|---------------|-------------------|---------------|---------------|
| | Total (m€) | | | Comércio Intra-EU | | | Comércio Extra-EU | | |
| | 2010 | 2020 | Variação | 2010 | 2020 | Variação | 2010 | 2020 | Variação |
| Ilha de São Miguel | 133.737 | 120.495 | -9,9% | 35.728 | 78.460 | 119,6% | 98.010 | 42.035 | -57,1% |
| Território ASDEPR | 33.157 | 66.103 | 99,4% | 19.571 | 44.293 | 126,3% | 13.586 | 21.810 | 60,5% |
| Lagoa | 624 | 3.750 | 501,0% | 571 | 2.808 | 391,8% | 53 | 943 | 1.679,2% |
| Nordeste | 0 | 9 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 9 | 0,0% |
| Povoação | 10 | 11 | 10,0% | 0 | 0 | 0,0% | 10 | 11 | 10,0% |
| Ribeira Grande | 32.250 | 59.461 | 84,4% | 18.756 | 38.643 | 106,0% | 13.494 | 20.817 | 54,3% |
| Vila Franca do Campo | 273 | 2.872 | 952,0% | 244 | 2.842 | 1.064,8% | 29 | 30 | 3,4% |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Anuário Estatístico da RAA de 2020)

Na Região Autónoma dos Açores, a taxa de cobertura das importações pelas exportações em 2020 foi de 40,3%. Ademais, verifica-se que a nível da Região, tanto no ano de 2010 como de 2020, e tendo em conta as grandes categorias económicas, os produtos alimentares e bebidas têm um peso considerável nas exportações e importações. Denota-se que a maioria das exportações e importações são realizadas em território da União Europeia, com 75,5% e 68,6% respetivamente, do valor total.

Tabela 50. Comércio internacional de mercadorias de operadores com sede na região, por grandes categorias económicas (2020)

| Categoria | Total (m€) | | | | Comércio intra-EU (m€) | | | | Comércio extra-EU (m€) | | | |
|--|------------|---------|---------|---------|------------------------|--------|---------|---------|------------------------|--------|---------|--------|
| | Export. | | Import. | | Export. | | Import. | | Export. | | Import. | |
| | 2010 | 2020 | 2010 | 2020 | 2010 | 2020 | 2010 | 2020 | 2010 | 2020 | 2010 | 2020 |
| R. A. Açores | 75.017 | 104.518 | 150.048 | 146.636 | 43.193 | 78.925 | 47.224 | 100.596 | 31.824 | 25.593 | 102.825 | 46.040 |
| Produtos alimentares e bebidas | 50.207 | 89.823 | 32.515 | 60.769 | 39.835 | 70.967 | 23.923 | 40.832 | 10.372 | 18.856 | 8.592 | 19.937 |
| Fornecimentos industriais não especificados noutras categorias | 150 | 2.235 | 32.700 | 48.967 | 19 | 29 | 12.822 | 33.359 | 130 | 2.206 | 19.787 | 15.608 |
| Combustíveis e lubrificantes | 13.522 | 2.214 | 180 | 200 | 0 | 0 | 174 | 199 | 13.522 | 2.214 | 7 | 1 |
| Máquinas, outros bens de capital (exceto material de transporte e seus acessórios) | 7.554 | 1.951 | 11.957 | 18.465 | 3.333 | 1.485 | 6.175 | 15.006 | 422 | 476 | 5.792 | 3.458 |
| Material de transporte e acessórios | 1.801 | 1.103 | 67.817 | 7.548 | 0 | 0 | 1.240 | 1.476 | 1.801 | 1.103 | 66.577 | 6.072 |
| Bens de consumo não especificados noutras categorias | 247 | 7.028 | 4.869 | 10.685 | 6 | 6.445 | 2.890 | 9.723 | 240 | 583 | 1.979 | 961 |
| Bens não especificados noutras categorias | 1.537 | 155 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | a | 1.537 | 155 | 0 | 3 |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Anuário Estatístico da RAA de 2020)

/// Turismo

Para caracterização da evolução do turismo na área de atuação da ASDEPR, foram analisados os dados dos últimos 5 anos referentes ao número de alojamentos turísticos na região, tais como hotéis, alojamentos turísticos no espaço rural e de habitação, e a sua taxa de ocupação. Estes dados permitirão verificar, no cômputo geral, a afluência de visitantes aos concelhos em estudo e na Região autónoma dos Açores em geral.

O turismo na Região Autónoma dos Açores, nos últimos anos, tem sofrido flutuações, fruto da pandemia que atingiu Portugal em março de 2020 e que obrigou a medidas de restrição em muitos setores de atividade, incluindo restauração e alojamentos turísticos.

Entre 2018 e 2019, verificou-se uma aposta do tecido empresarial, na medida em que o número alojamentos turísticos aumentou, passando de 363 para 404 (+11,3%). Com o período pandémico e as restrições por ele causadas, em 2020 apenas estavam estabelecidos 241 alojamentos turísticos em toda a região, menos 40,3% face a 2019. Com o levantamento das restrições, entre 2020 e 2022, o número de alojamentos aumentou gradualmente e, em 2022, apresentou o seu maior valor, com 444 alojamentos turísticos na Região.

Entre 2018 e 2019, o aumento de alojamentos turísticos foi transversal ao território da ASDEPR, excetuando-se o concelho de Vila Franca do Campo com uma redução ligeira e pouco significativa e Povoação que manteve o número de alojamentos. Entre 2018 e 2022, verifica-se um aumento do número de estabelecimentos de

alojamentos nos concelhos de Lagoa e Ribeira Grande. Nos concelhos de Povoação e Vila Franca do Campo o número de estabelecimentos de alojamento manteve-se e, no concelho de Nordeste, este número diminuiu.

Tabela 51. Estabelecimentos de alojamento turístico por concelho (2018-2022)

| Estabelecimentos de alojamento turístico por concelho (N.º) | | | | | |
|---|------|------|------|------|------|
| Localização geográfica | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
| R. A. Açores | 363 | 404 | 241 | 367 | 444 |
| <u>Ilha de São Miguel</u> | 158 | 177 | 90 | 162 | 209 |
| Território ASDEPR | 65 | 73 | 39 | 60 | 78 |
| Lagoa | 10 | 11 | 9 | 11 | 15 |
| Nordeste | 12 | 13 | 4 | 9 | 11 |
| Povoação | 17 | 17 | 5 | 14 | 17 |
| Ribeira Grande | 16 | 23 | 18 | 19 | 25 |
| Vila Franca do Campo | 10 | 9 | 3 | 7 | 10 |

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos)

Ainda de salientar a crescente aposta de alojamentos locais na região que visam, para além da satisfação da necessidade de habitação dos visitantes, contribui em alguns casos, para a reabilitação e preservação do património edificado urbano ou rural. Na Região Autónoma dos Açores, os mesmos encontram-se definidos e regulamentados pela Portaria n.º 83/2016, de 4 de agosto.

No território de intervenção da ASDEPR existem 82 quartos, 509 moradias, 197 apartamentos, 32 estabelecimentos de hospedagem e 3 *hostels*, totalizando, em agosto de 2023, 823 unidades de alojamento local.

Tabela 52. N.º de unidades de Alojamento Local (AL) e estabelecimentos AL

| Localização geográfica | Unidades de Alojamento Local | | | | | | Estabelecimentos |
|---------------------------|------------------------------|---------|-------------|------------|--------|-------|------------------|
| | Quartos Resid. Locador | Moradia | Apartamento | Hospedagem | Hostel | Total | |
| R. A. Açores | 316 | 1.881 | 1.321 | 208 | 47 | 3.773 | 3.533 |
| <u>Ilha de São Miguel</u> | 217 | 979 | 736 | 125 | 24 | 2.081 | 2.062 |
| Território ASDEPR | 82 | 509 | 197 | 32 | 3 | 823 | 815 |
| Lagoa | 20 | 87 | 39 | 3 | 1 | 150 | 149 |
| Nordeste | 3 | 106 | 8 | 2 | 0 | 119 | 119 |
| Povoação | 17 | 127 | 28 | 5 | 0 | 177 | 174 |
| Ribeira Grande | 27 | 113 | 71 | 13 | 2 | 226 | 226 |
| Vila Franca do Campo | 15 | 76 | 51 | 9 | 0 | 151 | 147 |

Fonte: Direção Regional do Turismo (agosto de 2023)

A taxa de ocupação nos alojamentos turísticos da Região Autónoma dos Açores registou um ligeiro aumento em 2019, (+0,7 p.p.) face a 2018. Contudo, em 2020, ocorreu uma diminuição de (-24p.p) face ao ano transato, atingindo os alojamentos turísticos uma taxa de ocupação de 19,5%. Entre 2020 e 2022, voltaram a registar-se aumentos na taxa de ocupação dos alojamentos turísticos, sendo que, em 2022, o seu valor foi superior ao período pré pandemia, atingindo os 44,9%.

Entre 2018 e 2019, a maioria dos concelhos em estudo apresentou um aumento, com a exceção dos concelhos de Lagoa (-3,1 p.p.) e Nordeste (-9,3 p.p.) que registaram reduções na taxa de ocupação nos alojamentos turísticos.

Tabela 53. Taxa líquida de ocupação cama (%) nos estabelecimentos de alojamento turístico por concelho

| Taxa líquida de ocupação cama (%) nos estabelecimentos de alojamento turístico por concelho | | | | | |
|---|--------------|--------------|--------------|-------|-------|
| Localização geográfica | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
| R. A. Açores | 42,8% | 43,5% | 19,5% | 34,5% | 44,9% |
| Ilha de São Miguel | 53,3% | 53,9% | 22,7% | - | - |
| Lagoa | 47,1% | 44,0% | 21,8% | 36,4% | 46,4% |
| Nordeste | 47,3% | 38,0% | 22,8% | 37,6% | 36,1% |
| Povoação | 55,4% | 60,4% | 29,3% | 44,4% | 58,4% |
| Ribeira Grande | 33,8% | 40,3% | 19,0% | 48,8% | 53,5% |
| Vila Franca do Campo | 46,7% | 47,6% | 24,9% | 51,5% | 55,7% |

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos)

Ainda de salientar que o concelho de Nordeste, apesar de ter aumentado a sua taxa de ocupação em alojamentos turísticos entre 2020 e 2021 (14,8 p.p.), foi o único concelho em estudo a apresentar uma diminuição da taxa de ocupação entre 2021 e 2022 (-1,5 p.p.).

2.2.5. Indicadores de Ação Social

Em 2021, na ilha de São Miguel, existiam 13.488 habitantes beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI)¹¹, menos 2.803 que o registado em 2011 (-17,2%). O concelho da Ribeira Grande foi o que maior número de beneficiários registou com uma representação de 35,3%, do total seguido por Lagoa com 9,8%. Verifica-se que o número de beneficiários do RSI decresceu em todos os concelhos de intervenção da ASDEPR com destaque para Vila Franca do Campo (-41,6%) e Povoação (-38,5%), sendo Ribeira Grande o concelho que menos decresceu (-11,1%).

No que concerne a pensionistas da segurança social, Ribeira Grande é o concelho com maior percentagem de população pensionista (20,4%), seguido de Lagoa (10,3%). Os concelhos de Nordeste, Povoação e Vila Franca do Campo registaram reduções no número de pensionistas da Segurança Social, enquanto a Lagoa e Ribeira Grande registaram um aumento de 7,3% e 1,2%, respetivamente.

A respeito do número de beneficiários de subsídio de desemprego, o concelho de Ribeira Grande detém 24,4% dos 5.287 habitantes nesta situação na ilha de São Miguel, seguido por Lagoa com uma representação de 10,8%. Verifica-se um aumento deste número em todos os concelhos da intervenção ASDEPR, com maior representatividade no concelho de Povoação (40,2%) e Nordeste (18,6%).

Os concelhos de Ribeira Grande e Lagoa são os concelhos com maior número de beneficiários de abono de família. Registando-se uma redução do número de beneficiários em todos os concelhos em análise.

¹¹ Rendimento Social de Inserção (RSI) - Apoio destinado a proteger as pessoas que se encontrem em situação de pobreza extrema, sendo constituído por uma prestação em dinheiro para assegurar a satisfação das suas necessidades mínimas e um programa de inserção.

Tabela 54. Indicadores de ação social, beneficiários de RSI e pensionistas (2011-2021)

| Local | Beneficiários do RSI | | | Pensionistas da segurança Social | | | Beneficiários de subsídios de desemprego | | | Beneficiários de abono de família para crianças e jovens | | |
|---------------------------|----------------------|---------------|---------------|----------------------------------|---------------|--------------|--|--------------|--------------|--|---------------|--------------|
| | 2011 | 2021 | Var (%) | 2011 | 2021 | Var (%) | 2011 | 2021 | Var (%) | 2011 | 2021 | Var (%) |
| Ilha de São Miguel | 16.291 | 13.488 | -17,2% | 23.767 | 24.336 | 2,4% | 5.501 | 5.287 | -3,9% | 15.116 | 14.291 | -5,5% |
| Território ASDEPR | 9.754 | 7.721 | -20,8% | 11.470 | 11.346 | -1,1% | 2.882 | 3.142 | 9,0% | 8.706 | 8.123 | -6,7% |
| Lagoa (R.A.A.) | 1.851 | 1.324 | -28,5% | 2.336 | 2.507 | 7,3% | 513 | 573 | 11,7% | 1.816 | 1.664 | -8,4% |
| Nordeste | 466 | 392 | -15,9% | 1.137 | 1.002 | -11,9% | 279 | 331 | 18,6% | 504 | 454 | -9,9% |
| Povoação | 899 | 553 | -38,5% | 1.278 | 1.152 | -9,9% | 321 | 450 | 40,2% | 706 | 645 | -8,6% |
| Ribeira Grande | 5.366 | 4.768 | -11,1% | 4.913 | 4.970 | 1,2% | 1.281 | 1.291 | 0,8% | 4.288 | 4.195 | -2,2% |
| Vila Franca do Campo | 1.172 | 684 | -41,6% | 1.806 | 1.715 | -5,0% | 488 | 497 | 1,8% | 1.392 | 1.165 | -16,3% |

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011 e 2021)

Tendo por base o “Boletim Estatístico de 2019” da Secretaria Regional da Solidariedade Social, constata-se que, a nível da Região Autónoma dos Açores, em 2019, existiam 233 Instituições Particulares de Solidariedade Social com acordos de cooperação, mais 2 que em 2013, sendo que 108 se localizavam na ilha de São Miguel. Do total, 43 IPSS’s situavam-se na zona de intervenção ASDEPR.

Tabela 55. IPSS com Acordo de Cooperação (2019)

| Localização Geográfica | 2019 |
|--------------------------|------------|
| R. A. Açores | 233 |
| Ilha São Miguel | 108 |
| Território ASDEPR | 43 |
| Lagoa | 8 |
| Nordeste | 4 |
| Povoação | 11 |
| Ribeira Grande | 16 |
| Vila Franca do Campo | 4 |

Fonte: Secretaria Regional da Solidariedade Social (Boletim estatístico de 2013 e 2019)

O Coeficiente de substituição¹² considera o número de novas pensões de velhice do sistema contributivo, salário médio e relação entre população envelhecida e jovem. Os resultados das projeções publicadas no Ageing Report de 2021 mostram que, em Portugal, o número de novas pensões crescerá mais rápido do que o salário médio e população jovem, de uma forma muito mais acentuada do que a média da União Europeia.

Tabela 56. Projeções do coeficiente de substituição de 2019 a 2070

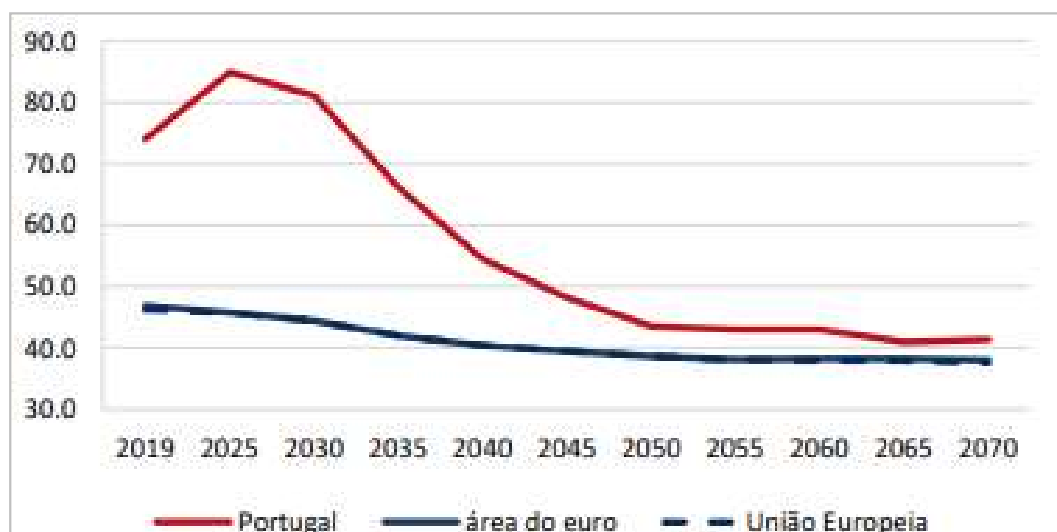
| Localização Geográfica | Coeficiente de Substituição | | |
|------------------------|-----------------------------|------|----------------|
| | 2019 | 2070 | Varição (p.p.) |
| União Europeia | 46,2 | 37,5 | -8,7 |
| Portugal | 74 | 41,4 | -32,6 |

Fonte: The 2021 Ageing Report, Institutional paper 148, May 2021

¹² Coeficiente de substituição - quociente entre o valor médio das novas pensões e o salário médio bruto à data da reforma. Em Portugal, o denominador apresenta-se como a média do salário médio bruto.

Em 2019, na união Europeia, o Coeficiente de Substituição era de 46,2, prevendo-se que, em 2070, esse coeficiente passe para 37,5. Em Portugal, o Coeficiente de substituição, em 2019, era de 74, prevendo-se que em 2070 o mesmo passe para 41,4.

Figura 2. Projeções do coeficiente substituição de 2019 a 2070



Fonte: The 2021 Ageing Report, Institutional paper 148, May 2021

2.2.6. Infraestruturas e Serviços Básicos

Segundo a Carta Social 2020, na área de intervenção da ASDEPR, verifica-se um maior número de respostas sociais na área da infância e juventude, nomeadamente a resposta a crianças e jovens através de amas, creches, estabelecimentos de educação pré-escolar e CATL, com 96 respostas. Não obstante, os concelhos em estudo também apresentam uma aposta de intervenção para crianças e jovens em situação de risco através de equipas de rua, casa de acolhimento residencial ou Centros de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (CDIJ). De salientar a aposta do concelho da Ribeira Grande, concelho mais jovem dos apresentados nesta área de intervenção, que, per si, apresenta 45% do total de respostas.

Tabela 57. N.º de respostas sociais e capacidade por área de intervenção (infância e juventude)

| Localização Geográfica | Infância e Juventude | | | | | |
|---------------------------|----------------------|------------|-----------------------------------|------------|---|------------|
| | Crianças e Jovens | | Crianças e Jovens com Deficiência | | Crianças e Jovens em Situação de Perigo | |
| | Nº de Respostas | Capacidade | Nº de Respostas | Capacidade | Nº de Respostas | Capacidade |
| Ilha de São Miguel | 162 | 7.135 | 0 | 0 | 32 | 1.364 |
| Território ASDEPR | 96 | 3.995 | 0 | 0 | 13 | 540 |
| Lagoa | 15 | 586 | 0 | 0 | 4 | 128 |
| Nordeste | 11 | 233 | 0 | 0 | 1 | 12 |
| Povoação | 14 | 448 | 0 | 0 | 1 | 11 |
| Ribeira Grande | 44 | 2.064 | 0 | 0 | 5 | 229 |
| Vila Franca do Campo | 12 | 664 | 0 | 0 | 2 | 160 |

Fonte: Carta Social 2020 - Rede de Serviços e equipamentos Sociais dos Açores

Ao nível das infraestruturas e serviços de apoio à população idosa, o serviço é prestado através de serviços de apoio domiciliário, Centros de Dia e de Convívio e estruturas residenciais para idosos. Para satisfazer as necessidades da população adulta com deficiência, verifica-se que todos os concelhos auferem pelo menos um Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), excetuando o concelho de Lagoa que dispõe de um Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade.

Tabela 58. N.º de respostas sociais e capacidade por área de intervenção (população adulta)

| Localização Geográfica | População Adulta | | | | | | | |
|---------------------------|------------------|--------------|---------------------------------|--------------|---|------------|--------------------|------------|
| | Pessoas idosas | | Pessoas adultas com deficiência | | Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico | | Pessoas sem abrigo | |
| | Nº de Respostas | Capacidade | Nº de Respostas | Capacidade | Nº de Respostas | Capacidade | Nº de Respostas | Capacidade |
| Ilha de São Miguel | 86 | 3.167 | 31 | 1.161 | 3 | 76 | 2 | 198 |
| Território ASDEPR | 52 | 1.871 | 12 | 366 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Lagoa | 9 | 267 | 1 | 30 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Nordeste | 12 | 361 | 3 | 53 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Povoação | 6 | 201 | 2 | 34 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Ribeira Grande | 18 | 806 | 4 | 131 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Vila Franca do Campo | 7 | 236 | 2 | 118 | 0 | 0 | 0 | 0 |

Fonte: Carta Social 2020 - Rede de Serviços e equipamentos Sociais dos Açores

Dispõem igualmente de atendimento/accompanhamento social, excetuando Nordeste e Povoação, centros comunitários e centros de alojamento temporário nos concelhos Nordeste, Povoação e Ribeira Grande, traduzindo nas respostas sociais direcionadas a famílias e comunidade em geral. Na resposta a indivíduos toxicodependentes, o concelho da Lagoa apresenta um apartamento de reinserção social com capacidade para 16 pessoas.

Tabela 59. N.º de respostas sociais e capacidade por área de intervenção (família e comunidade)

| Localização Geográfica | Família e Comunidade | | | | | |
|---------------------------|-------------------------------|--------------|--------------------------|------------|--|------------|
| | Família e Comunidade em Geral | | Pessoas toxicodependente | | Pessoas vítimas de violência doméstica | |
| | Nº de Respostas | Capacidade | Nº de Respostas | Capacidade | Nº de Respostas | Capacidade |
| Ilha de São Miguel | 58 | 5.716 | 5 | 322 | 4 | 200 |
| Território ASDEPR | 19 | 1.521 | 1 | 16 | 0 | 0 |
| Lagoa | 4 | 320 | 1 | 16 | 0 | 0 |
| Nordeste | 3 | 170 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Povoação | 3 | 168 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Ribeira Grande | 7 | 733 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Vila Franca do Campo | 2 | 130 | 0 | 0 | 0 | 0 |

Fonte: Carta Social 2020 - Rede de Serviços e equipamentos Sociais dos Açores

Ao nível da resposta a pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico, sem abrigo e vítimas de violência doméstica na ilha de São Miguel, as respostas sociais localizam-se no Concelho de Ponta Delgada.

Para além da oferta de âmbito social, torna-se fulcral analisar outros serviços e equipamentos de apoio à população nas mais variadas valências, como nas áreas de ensino, saúde, cultura, desporto e lazer, entre outras.

O edificado religioso como igrejas, ermidas, conventos e outros apresentam-se sumariamente no capítulo do património cultural.

Na tabela que se segue é apresentada a rede de respostas educativas, destacando-se os concelhos de Lagoa e Ribeira Grande, que aglomeram 60,1% da resposta educativa total do território de intervenção da ASDEPR, e Nordeste com o menor número total de respostas (9,1% das respostas do território em análise).

Tabela 60. N.º de respostas por tipo de ensino

| Equipamentos | | Lagoa | Nordeste | Povoação | Ribeira Grande | Vila Franca do Campo | Total ASDEPR | |
|--------------|--|---|-----------|-----------|----------------|----------------------|--------------|----|
| Rede Pública | Pré-Escolar | 7 | 4 | 7 | 15 | 4 | 37 | |
| | Ensino Básico Regular | 1º Ciclo | 7 | 3 | 7 | 15 | 4 | 36 |
| | | 2º Ciclo | 2 | 1 | 2 | 3 | 2 | 10 |
| | | 3º Ciclo | 2 | 1 | 2 | 3 | 2 | 10 |
| | Ensino Secundário Regular | Científico-Humanístico | | 1 | 1 | 1 | 1 | 5 |
| | Ensino Desportivo Especializado | | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| | Programa Formativo de Inserção de Jovens - PROFIJ | Ensino Básico | | 0 | 0 | 1 | 2 | 3 |
| | | Ensino Secundário | | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 |
| | Ensino Profissional | | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 3 |
| | Programa Oportunidade | | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| | Curso Formação Vocacional | | 2 | 1 | 0 | 1 | 1 | 5 |
| | PEREE - Programas Específicos do Regime Educativo Especial | Socioeducativo - Pré-escolar | | 5 | 0 | 2 | 2 | 11 |
| | | 1º Ciclo Sociocultural | | 5 | 1 | 4 | 4 | 17 |
| | | 1º Ciclo Despiste e Orientação Vocacional | | 3 | 1 | 1 | 3 | 10 |
| | | 2.º Ciclo Pré-Profissionalização | | 2 | 1 | 1 | 3 | 9 |
| | | 3.º Ciclo Formação Profissionalizante | | 2 | 1 | 1 | 1 | 6 |
| | | Ocupacional | | 3 | 1 | 1 | 6 | 13 |
| | Projeto Curricular Adaptado | 1º ciclo | | 1 | 1 | 0 | 2 | 5 |
| | | 2º Ciclo | | 1 | 1 | 0 | 2 | 5 |
| | | 3º Ciclo | | 1 | 0 | 0 | 1 | 4 |
| Reativar | 2º Ciclo | | 2 | 0 | 0 | 0 | 2 | |
| | 3º Ciclo | | 2 | 0 | 1 | 2 | 5 | |
| Rede Privada | Ensino Regular | Pré-Escolar | 2 | 0 | 1 | 7 | 12 | |
| | | 1º, 2º e 3º Ciclos e Secundário | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Ensino Profissional | | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 5 |
| Total | | 54 | 20 | 33 | 77 | 34 | 218 | |

Fonte: Secretaria Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Estatísticas da educação 2021/2022)

Na área da saúde, a ilha de São Miguel, apresenta, à semelhança das restantes ilhas, uma Unidade de Saúde de ilha e 5 centros de saúde, dos quais 4 na área de intervenção da ASDEPR.

Pese embora o concelho de Lagoa não detenha um Centro de Saúde, conta com o único Hospital Privado dos Açores, o Hospital Internacional dos Açores (HIA). Na tabela que se segue são apresentadas as infraestruturas públicas da ilha de São Miguel (Hospital do Divino Espírito Santo no concelho Ponta Delgada).

Tabela 61. Rede oficial do Serviço Regional de Saúde (2021)

| | Unidade de Saúde de Ilha | Centros de Saúde | Extensões dos Centros de Saúde | Núcleos de Saúde Familiar | Hospitais | Centros de Oncologia |
|--------------------|--------------------------|------------------|--------------------------------|---------------------------|-----------|----------------------|
| R. A. Açores | 9 | 17 | 100 | 91 | 3 | 1 |
| Ilha de São Miguel | 1 | 5 | 29 | 34 | 1 | - |

Fonte: Indicadores de Saúde 2016-2021 da Direção Regional da Saúde

O território de intervenção da ASDEPR apresenta ainda núcleos de saúde familiar, entenda-se equipas transdisciplinares, constituídas por médicos, enfermeiros e pessoal administrativo que visam a prestação de cuidados de saúde.

A nível da área de lazer, no território de intervenção da ASDEPR, para além de diversos parques de merendas, miradouros e parques infantis, dispõe de uma reserva florestal de recreio nos concelhos de Lagoa e Povoação e de três no concelho de Nordeste.

Na tabela que se segue é apresentada a rede desportiva, por concelho.

Tabela 62. Rede de instalações desportivas artificiais

| Tipologia de equipamento desportivo | | Lagoa | Nordeste | Povoação | Ribeira Grande | Vila Franca do Campo | Total ASDEPR |
|-------------------------------------|------------|-------|----------|----------|----------------|----------------------|--------------|
| Campos | Pequeno | 13 | 11 | 14 | 25 | 10 | 73 |
| | Grande | 2 | 5 | 4 | 3 | 1 | 15 |
| Pavilhão | | 3 | 2 | 3 | 9 | 3 | 20 |
| Sala de desporto | | 8 | 0 | 2 | 7 | 2 | 19 |
| Pista de atletismo | | 1 | 0 | 0 | 3 | 2 | 6 |
| Piscinas | Coberta | 2 | 0 | 1 | 3 | 2 | 8 |
| | Descoberta | 5 | 4 | 1 | 4 | 0 | 14 |
| Outros | | 2 | 1 | 1 | 14 | 2 | 20 |

Outros: campos de golf, padel e tiro, picadeiros, kartódromos, skateparks, etc.

Fonte: Direção Regional do Desporto (Carta das Instalações Desportivas Artificiais da Região Autónoma dos Açores)

Para além das respostas supramencionadas nas diferentes valências, os equipamentos de apoio disponíveis à população são os que abaixo se apresentam.

Tabela 63. Outras Infraestruturas e Serviços Básicos

| Tipologia de equipamento | Lagoa | Nordeste | Povoação | Ribeira Grande | Vila Franca do Campo | Total ASDEPR |
|--------------------------|-------|----------|----------|----------------|----------------------|--------------|
| Juntas de Freguesia | 5 | 9 | 6 | 14 | 5 | 39 |
| Polícia | 1 | 1 | 2 | 3 | 1 | 8 |
| Bombeiros | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 4 |
| Farmácias | 3 | 1 | 1 | 6 | 2 | 13 |
| Postos RIAC | 2 | 2 | 2 | 3 | 2 | 11 |
| Posto de Correio | 2 | 1 | 4 | 4 | 2 | 13 |

2.3. Caracterização Cultural e Ambiental do Território

Reconhecendo a importância da preservação do património natural, ambiental e cultural da Região, têm sido implementadas diversas políticas com vista à sustentabilidade do território, nomeadamente ao nível da produção e gestão de energia, da qualidade do ar, dos resíduos, do ruído, do ordenamento do território e da paisagem, da promoção da educação e sensibilização ambiental, da valorização dos produtos endógenos, do património e da cultura da Região.

2.3.1. Património Cultural

Considerando o património cultural existente no território de intervenção, podem-se salientar, nos vários concelhos, a existência de património edificado a recuperar e a preservar, bem como culturas e tradições variadas em todos os concelhos.

Relativamente ao artesanato, verifica-se a utilização de diversas matérias-primas locais, nomeadamente as flores de escamas de peixe, o marfim, ossos e similares, as miniaturas, a olaria, a pintura, a talha e a tecelagem, bem como os trabalhos em folha de milho.

Importa, ainda, referir os museus e a relevância na preservação das artes de pesca e todo o espólio do setor das pescas, característico de cada localidade.

A gastronomia também assume particular importância, com a realização de eventos anuais nos vários concelhos, para além de outras atividades culturais, como é o exemplo do “Caldo de Peixe” em Rabo de Peixe, “Festival do Marisco” em Vila Franca do Campo, “Festa do Chicharro” na freguesia da Ribeira Quente, entre outras.

No que respeita a eventos culturais, destacam-se as festas religiosas, nomeadamente a festa em honra de São Pedro Gonçalves Telmo, padroeiro dos pescadores, Festa do Senhor Bom Jesus da Pedra, Festa do Corpo de Deus, Festas do Divino Espírito Santo, entre outras.

/// Lagoa

A Biblioteca Municipal Tomaz Borba Vieira, no concelho de Lagoa, assume uma posição de destaque na cultura da cidade de Lagoa. Este concelho possui um valioso património arquitetónico, como a Igreja Matriz (Convento dos Franciscanos), Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Misericórdia, Igreja de Santa Cruz, Igreja de Nossa Senhora dos Anjos, Igreja do Cabouco, Igreja de Ribeira Chã, Igreja de Atalhada, Ermida de Nossa Senhora do Cabo, Ermida de Nossa Senhora dos Remédios, Ermida de Nossa Senhora do Monte Santo, Ermida de São Tiago, Edifício dos Paços do Concelho, Convento da Caloura, os fontenários públicos e diversos museus.

Ao nível do artesanato, no concelho de Lagoa, destacam-se os artesãos de flores de escamas de peixe, os artesãos de folha de milho, os bonecreiros, os bordados, a capacharia, a cestaria, as papinhas, a marcenaria, o marfim, ossos e similares, as miniaturas, a olaria, a pintura, a talha e a tecelagem.

No que respeita a eventos, salientam-se a festa em honra de Santo António, festa em honra de São Pedro Gonçalves Telmo, Império de São Pedro, festival Lagoa Com Vida, festa em honra de Nossa Senhora dos Remédios, festival da Baixa D’ Areia, festa em honra de São José, festa em honra do Coração de Jesus, Noite de Fados na Praça de Nossa Senhora do Rosário, festa em honra de Nossa Senhora dos Anjos, Festa Branca do

Convento, Corrida Mais Louca do Mundo da Caloura, festa em honra da Nossa Senhora da Misericórdia, festa em honra de Nossa Senhora do Rosário e Mercadinho de Natal.

/// Nordeste

A Igreja Matriz de S. Jorge, o Edifício dos Paços do Concelho, o Museu na Vila do Nordeste e o Museu Etnográfico da Achada assumem relevância no património do concelho do Nordeste.

As festas do feriado municipal, as Festas do Nordeste, a Feira de Gastronomia e Artesanato e as festas religiosas de cada freguesia são os eventos de destaque do concelho do Nordeste.

O artesanato é representado através de colchas e mantas regionais tecidas em lã e linho em teares manuais, através de trabalhos em folha de milho, miolo de figueira e escamas de peixe e chapéus em palha de junco.

/// Povoação

Faz parte do património arquitetónico do concelho da Povoação a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, a Igreja de Nossa Senhora de Fátima (Lomba do Botão), a Igreja de São José (Lomba do Pomar), a Igreja de Nossa Senhora da Mãe de Deus, a Ermida de Santa Bárbara (Lomba do Carro), as Alminhas, os Fontanários, os Farolins, o Padrão dos Descobrimentos, as Portas do Povoamento, as Ruínas do Forte de Nossa Senhora da Mãe de Deus e o Antigo edifício dos Paços do Concelho.

O fabrico de bonecas de milho, flores de papel, mantas de trapos, rendas, bordados, trabalhos em escama de peixe e cantaria destacam-se artesanalmente neste concelho.

Gastronomicamente, o cozido das Furnas, os Bolos Lêvedos e as Fofas da Povoação são produtos típicos e característicos do concelho.

As festividades religiosas, em honra da padroeira, Nossa Senhora Mãe de Deus, atraem ao concelho emigrantes e pessoas dos restantes concelhos da ilha. Ademais, o festival da Povoação é um evento com notoriedade no concelho, que ocorre anualmente e que atrai residentes e muitos visitantes.

/// Ribeira Grande

O concelho da Ribeira Grande possui um diverso leque de museus como o Museu Municipal, o Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas, a Casa da Cultura, a Casa do Arcano, o Museu da Emigração Açoriana, o Museu do Tabaco da Maia e o Museu Local do Pico da Pedra. De destacar, ainda, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Estrela, Igreja da Misericórdia, Ermida de Nossa Senhora da Conceição das Vinhas, Paços do Concelho da Ribeira Grande, Igreja e claustro do Convento de São Francisco da Ribeira Grande e o Teatro Ribeiragrاندense.

O artesanato, na cidade da Ribeira Grande, é caracterizado pela realização de sertãs, capachos de corda, peneiras, bandeirinhas do Espírito Santo, picotado em papel de seda e brinquedos em madeira.

A produção de vinhos, licores e chá são, ainda, aspetos importantes de realçar relacionados com o concelho da Ribeira Grande, bem como a gastronomia e doçaria típica, nomeadamente as queijadas de feijão.

Os Cortejos dos Reis, os Cantares às Estrelas, as Festas da cidade, as Cavalhadas de São Pedro, as Festas dos Padroeiros, a Feira Quinhentista e o Festival Monte Verde são festividades marcantes neste concelho.

/// Vila Franca do Campo

No concelho de Vila Franca do Campo, salienta-se a sua rede museológica bem como a Igreja de São Pedro, Ermida de Santa Catarina, Ermida Nossa Senhora da Paz, Convento de São Francisco e as olarias existentes no concelho, que caracterizam o seu artesanato.

Ao nível do artesanato, e para além da olaria, referem-se as rendas e bordados, os trabalhos em vime, as bonecas em pano ou folha de milho, as mantas de retalhos tecidas no tear e as miniaturas em madeira e flores artificiais em penas ou escamas de peixe.

Gastronomicamente, as Queijadas da Vila assumem-se como o doce típico deste concelho, sendo a produção do ananás e da banana também relevantes ao nível da produção de produtos agrícolas.

As festividades com maior importância são as festas do São João da Vila, a festa de São Miguel e a festa do Bom Jesus da Pedra.

2.3.2. Património Natural

A Região Autónoma dos Açores apresenta um vasto património natural, contemplando uma diversidade biológica e geológica, existindo inúmeras espécies de flora e fauna, associadas a ecossistemas, paisagens e habitats naturais. É caracterizada como destino de natureza, sendo que, alinhado com o ambiente, desempenha um papel fulcral para a preservação dos recursos naturais e ambientais, para a promoção de atividades ao ar livre e bem-estar da população, para além da componente produtiva.

Rodeadas de mar, estas ilhas representam uma área de 2.324 km², sendo que o território marítimo se estende por 960.432 km², contemplando desde a linha de costa até ao limite exterior da subárea dos Açores da Zona Económica Exclusiva nacional. Cerca de 15% da área territorial dos Açores integra a Rede Natura 2000, que é uma rede de áreas designadas para conservar os habitats e as espécies selvagens raras, ameaçadas ou vulneráveis na União Europeia.

A paisagem da ilha de São Miguel é caracterizada pelos extensos prados e grandes manchas florestais, cuja espécie mais destacada desta floresta é a criptoméria. Não obstante, ainda resiste a flora original, em que as espécies nativas e endémicas, como seja a urze, a faia-da-terra, o azevinho e o loureiro, são abrigo do priolo. Caracterizada por grandes lagoas, caldeiras vulcânicas, praias e miradouros naturais, a ilha de São Miguel possui um Parque Natural, criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/2008/A, de 8 de julho, onde se identificam todas as áreas protegidas classificadas da ilha, contemplando reservas e monumentos naturais e paisagens protegidas, inseridos, igualmente, na Rede Regional de Áreas Protegidas da Região Autónoma dos Açores, criada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2007/A, de 25 de junho.

/// Lagoa

O concelho de Lagoa dispõe de diversas belezas naturais, como seja a Reserva Florestal do Recreio da Chã da Macela, instalada na vertente sul do maciço do Fogo, cuja reserva ocupa uma área com 28 hectares, sendo que, no ponto mais alto, localiza-se o miradouro da Macela.

Lagoa dispõe de diversas zonas balneares, como seja o complexo municipal das piscinas, a zona balnear do Porto da Caloura, as Poças da Atalhada, a zona balnear da Baixa d'Areia, da Baía de Santa Cruz e das Poças da Caloura (cerco). Adicionalmente, dispõe de zonas de merendas, como seja a Baixa d'Areia, Fonte Velha – Cabouco, Pisão de Baixo, Pisão de Cima, Remédios e *Mare Nostrum*.



Possui diversos miradouros, designadamente o da Ponta da Galera, Zona de Especial Conservação pela Rede Natura 2000, da Ribeira Chã, do Castelo, do Monte Santo, do Pisão, dos Remédios, assim como o miradouro e a zona de lazer de Água de Pau.

No concelho de Lagoa poderão ainda ser realizados diversos trilhos pedestres, existindo o trilho Entre Túneis e Conduas (Rota de Água), Janela do Inferno (Rota de Água), Pedras Brancas (Rota de Água) e ainda o trilho Urbano da Cidade de Lagoa.

/// Nordeste

Nordeste é um concelho com um património natural diversificado, dispondo da Reserva Florestal de Recreio do Viveiro do Nordeste, sendo composto por uma área de quatro hectares e que é uma das primeiras estações dos serviços florestais em território açoriano. Adicionalmente, referem-se a Reserva Florestal de Recreio da Fajã do Rodrigo, a Reserva Florestal de Recreio da Cancela do Cinzeiro, vulgarmente conhecida por parque florestal da Pedreira, encontrando-se na área poente da serra da Tronqueira.

Integrado num projeto de valorização paisagística e de aproveitamento turístico, o Parque da Ribeira dos Caldeirões também dispõe de um conjunto de moinhos de água e toda a estrutura de caminhos, que promovem a musealização *in loco* do concelho.

Nordeste possui, ainda, o Jardim da Ribeira do Guilherme, o Parque dos Liberais, o Parque Endémico do Pelado, o Parque da Morgada, a Foz da Ribeira das Coelhas, o Jardim do Município e o Jardim do Viaduto.



O Miradouro da Ponta do Sossego é um dos muitos miradouros visitados, sendo o seu jardim o mais emblemático, pela sua distribuição em socacos desnivelados numa área ajardinada que envolve cerca de 1.300 m². Possui uma diversidade de flores e canteiros, fazendo deste local o maior jardim do concelho. Ademais, o Miradouro da Ponta da Madrugada, situado na Lomba da Pedreira, é o melhor local para ver o nascer do sol, encontrando-se situado numa das extremidades da ilha.

Ainda ao nível de Miradouros, Nordeste dispõe do Miradouro do Pico do Bartolomeu que, na sua envolvente, é composto por vegetação nativa de altitude, encontrando-se dentro da área de ZPE Pico da Vara da Ribeira do Guilherme. Ademais, pode ser visitada a Serra da Tronqueira, a Vista dos Barcos, a Ponta do Arnel, a Borda

da Ladeira, a Boca da Ribeira, a Vigia das Baleias, a Despe-te-que-suas, o Pesqueiro (Santana), Adro da Igreja da Achada, o Salto da Farinha e da Pedra dos Estorninhos.

Como áreas protegidas, refere-se a Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Tronqueira e Planalto dos Graminhais, a Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Ponta do Arnel, a Área Protegida de Gestão de Recursos da Costa Este e o Centro Ambiental do Priolo.

É no concelho de Nordeste que se localiza a Zona Balnear da Foz da Ribeira e a praia do Lombo Gordo, disponibilizando, igualmente, diversos trilhos pedestres, como seja, o trilho da Lomba da Fazenda, trilho Padrão das Alminhas – Salto da Farinha e o trilho do Pico da Vara.

/// Povoação

No concelho da Povoação realça-se a existência da Lagoa das Furnas, localizada numa antiga cratera vulcânica, conhecida pela sua natureza e extensão, que ocupa uma parte considerável da caldeira do Vulcão das Furnas.



O Vale das Furnas resulta de manifestações de vulcanismo ativo patente nas fumarolas e nos *géisers* sendo, portanto, único na Região Autónoma dos Açores. Este vale detém uma diversidade de águas minero-medicinais já classificadas.

As piscinas naturais de água quente são outra das características do concelho, das quais se destacam as águas férreas do Parque Terra Nostra, que se encontram inseridas num dos mais bonitos jardins botânicos da Europa, com mais de duas mil espécies de árvores e a Poça da Beija, caracterizada pelas suas lamas tonificantes. Ainda ao nível de jardins, menciona-se o parque D. Beatriz do Canto, também conhecido por Parque das Murtas, que contém uma enorme área ajardinada.

Povoação é um concelho constituído por reserva florestal, destacando-se a Reserva Florestal de Recreio do Viveiro das Furnas (3 hectares) e a Reserva de Recreio de Água Retorta (15 hectares). Podem ser visitados diversos locais para contemplar a sua natureza, como sejam a Fajã do Calhau, o Sanguinho, o Jardim Municipal e o Campo de Golfe da Achada das Furnas.

Ao nível dos Miradouros, destaca-se o Miradouro da Lomba do Cavaleiro, do Pôr-do-sol, do Pico Longo, do Pico dos Bodes, do Salto do Cavalo e do Pico Bartolomeu. Dispõe de trilhos, nomeadamente o trilho do Agrião, de Água Retorta, da Lagoa das Furnas, do Sanguinho e da Vigia da Baleia.

A Praia do Fogo, uma das três praias galardoadas da Povoação, localiza-se na freguesia da Ribeira Quente e tem diversas nascentes hidrotermais submarinas, tornando a água do mar tépida. A Povoação dispõe, ainda, do Portinho do Faial da Terra e das praias do Morro e da Ribeira dos Pelames.

/// Ribeira Grande

Ribeira Grande é um concelho com uma grande diversidade paisagística, sendo a Lagoa do Fogo a maior beleza natural do concelho. Eleita uma das sete maravilhas de Portugal na categoria de praia selvagem, trata-se de uma Reserva Natural de elevado valor ambiental paisagístico e turístico.

Integrada no maciço vulcânico da serra de Água de Pau, faz parte da Rede Natura 2000 por ter sido classificada como zona especial de conservação. Existem, ainda, outras lagoas e cascatas dispersas pelo concelho, como seja a lagoa de São Brás, a cascata do Salto do Cabrito e a cascata da Praia da Viola.



É neste concelho que se localiza a Caldeira Velha, uma das cinco termas da ilha, sendo classificada como parte da reserva da biosfera em 2008. Com o intuito de promover o património natural da área classificada como Monumento Natural da Caldeira Velha, foi criado o Centro de Interpretação Ambiental da Caldeira Velha.

Por seu turno, as Caldeiras da Ribeira Grande situam-se no flanco norte do Vulcão do Fogo, um dos três ativos da ilha, encontrando-se envolvidas por vegetação povoada por espécies típicas das florestas da Laurissilva.

Considerando que tem costa com o oceano atlântico, este concelho possui diversas zonas balneares, nomeadamente o Areal de Santa Bárbara, Calhetas, Praia dos Moinhos, Calhetas da Maia, Praia do Monte Verde e Zona Balnear das Poças da Ribeira Grande. Dada a sua localização a norte, Ribeira Grande é conhecida como a capital do surf, oferecendo zonas propensas à prática de atividades náuticas, como *surf* e *bodyboard*. Outro desporto praticado neste concelho é o parapente, tendo em consideração os spots de descolagem e aterragem.

O concelho oferece boas condições para realização de trilhos pedestres, existindo no concelho o trilho das Caldeiras da Ribeira Grande – Salto do Cabrito, do Chá da Gorreana, dos Moinhos da Ribeira Funda, da Praia da Viola e da Praia – Lagoa do Fogo.

É, também, nesta costa norte que se encontram as únicas plantações de chá da Europa para fins industriais, nomeadamente as plantações de Chá da Gorreana e do Porto Formoso.

/// Vila Franca do Campo

Primeira capital da ilha de São Miguel, Vila Franca do Campo conta com inúmeras patrimónios naturais. O Ilhéu de Vila Franca do Campo é, pois, uma Reserva Natural muito atrativa para o concelho, sendo o resultado da cratera de um antigo vulcão submerso que formou uma piscina natural.

Vila Franca do Campo dispõe de diversas zonas de lazer e miradouros, designadamente o miradouro de Nossa Senhora da Paz, o Miradouro do Calhau da Areia, o Merendário do Redondo de São João, o Merendário e o Miradouro da Marcelina, o Farol da Ponta Garça, o Parque de Merendas da Amora e a Reserva Florestal do Cerrado dos Bezerros.



Possui diversas lagoas, como seja a Lagoa do Congro e Nenúfares, classificada como área protegida para a Gestão de Espécies e Habitats, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/2008/A, de 8 de julho e a Lagoa do Areeiro que se encontra numa cratera de explosão no Pico da Dona Guiomar, próxima do Monte Escuro.

A sua delimitação com o oceano atlântico possibilita a existência de diversas zonas balneares, nomeadamente a praia de Água d'Alto, Prainha de Água d'Alto, praia da Vinha da Areia, praia do Corpo Santo, ilhéu de Vila Franca do Campo, praia da pedreira, praia do Degredo, praia da Ribeira das Taíñas, praia Baixa d'Areia e praia da Amora.

Ao nível de reserva Florestal, menciona-se a Reserva Florestal de Recreio do Cerrado dos Bezerros, na freguesia de Ponta Garça, que ocupa uma área de 10 hectares.

2.3.3. Ambiente

A perceção da qualidade ambiental na Região Autónoma dos Açores em muito se poderá associar à estrutura de gestão e produção de Resíduos Sólidos.

Em 2021, a produção de resíduos sólidos na Região foi de 150.143 toneladas, mais 8.345 toneladas face ao ano anterior (141.798 toneladas), representando um aumento de 5,9%. Segundo o Sistema Regional de Informação sobre Resíduos (SRIR), o aumento poderá ter ocorrido devido à retoma das atividades do setor da restauração e da hotelaria pós período pandémico, bem como ao aumento da população flutuante decorrente da atividade turística.

Da análise da produção de resíduos no território de intervenção da ASDEPR, destacam-se os concelhos de Ribeira Grande e Lagoa como os maiores produtores de resíduos em 2021, com 19 687 e 11 289 toneladas de resíduos recolhidos, respetivamente.

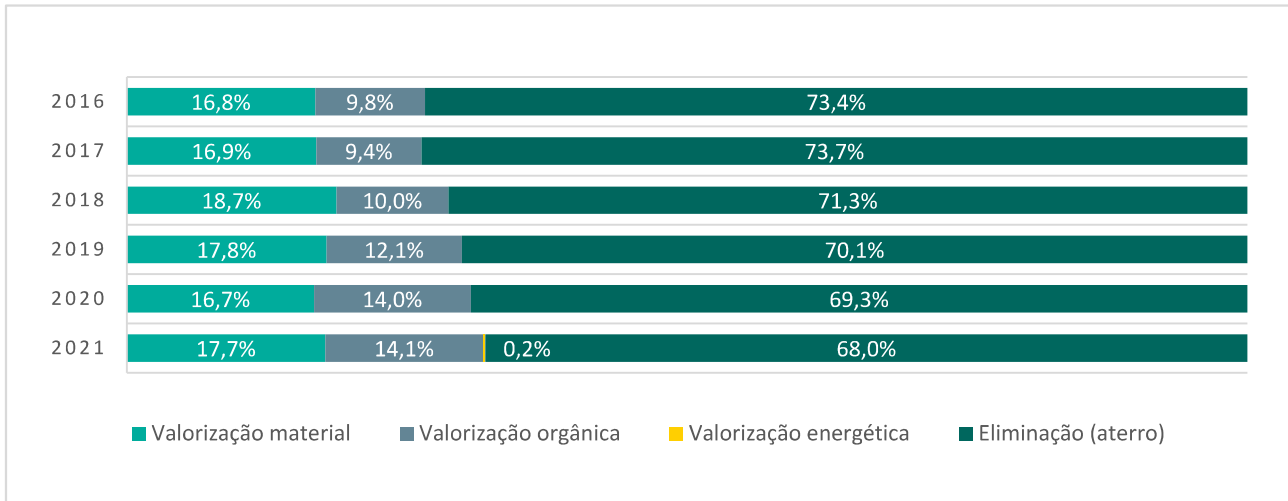
Tabela 64. Resíduos urbanos recolhidos em toneladas (2020-2021)

| Localização geográfica | 2020 | | | 2021 | | | Variação 2020-2021 (%) |
|----------------------------------|------------------------|------------------|----------------|------------------------|------------------|----------------|------------------------|
| | Recolha indiferenciada | Recolha seletiva | Total | Recolha indiferenciada | Recolha seletiva | Total | |
| R. A. Açores | 103.269 | 38.529 | 141.798 | 107.692 | 42.451 | 150.143 | 5,9% |
| <u>Ilha de São Miguel</u> | 61.022 | 25.823 | 86.845 | 64.020 | 28.578 | 92.600 | 6,6% |
| Lagoa | 5.939 | 4.230 | 10.169 | 6.278 | 5.011 | 11.289 | 11,0% |
| Nordeste | 1.420 | 473 | 1.892 | 1.464 | 524 | 1.988 | 5,1% |
| Povoação | 3.017 | 249 | 3.266 | 3.388 | 313 | 3.702 | 13,3% |
| Ribeira Grande | 12.708 | 6.160 | 18.869 | 13.015 | 6.672 | 19.687 | 4,3% |
| Vila Franca do Campo | 5.257 | 2.958 | 8.215 | 6.201 | 3.033 | 9.234 | 12,4% |

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (Estatísticas dos resíduos urbanos)

Não obstante a crescente produção dos resíduos urbanos, a Região tem apostado no seu tratamento, tendo-se valorizado em 2021, na ilha de São Miguel, 32% dos resíduos sólidos produzidos, com destaque para a valorização material (reciclagem) que atingiu 17,7% do total de resíduos e para a valorização orgânica que se fixou em 14,1%.

Figura 3. Evolução do tratamento dos resíduos urbanos em São Miguel (2016-2021)



Fonte: Relatório SRIR (2021)

2.4. Caracterização da transição energética e digital

A utilização insustentável dos recursos naturais levou à sua escassez e ao impacto ambiental significativo, através da degradação de ecossistemas, do aumento da poluição com a contínua emissão de Gases Efeito de Estufa e, no seu culminar, das alterações climáticas. Face às consequências do modelo tradicional de produção e consumo de recursos naturais e à crescente consciencialização da preservação dos recursos naturais, tornou-se essencial uma mudança de paradigma, alicerçado num modelo de desenvolvimento sustentável, através da gestão da utilização de recursos finitos e da transição para recursos renováveis.

É reiterado no Programa do XIII Governo Regional dos Açores a consciencialização e sensibilização, fazendo cumprir o previsto no Acordo de Paris e no Pacto Ecológico Europeu. Estes Acordos consistem na redução dos níveis de emissão de Gases Efeito de Estufa com vista a alcançar a neutralidade carbónica até 2050, bem como no fomento da produção de energias renováveis e na transição para a mobilidade elétrica, entre outras medidas em prol de uma economia verde e sustentável.

Em 2022, na Região Autónoma dos Açores, a produção de energia fixou-se em 823,1 GWh, 1,8% superior à produção de 2021 que era de (808,5 GWh). Salienta-se a emissão de fuelóleo (57,6% do valor total) e de energia geotérmica (21% do valor total). Denota-se que, 33,9% do total de energia produzida na região derivou de fontes renováveis (279 GWh). Segundo dados da EDA até agosto de 2021, as energias renováveis atingiram 40% da energia produzida nesse ano.

Verificou-se uma redução de produção de energia com origem eólica, de 13,6 p.p. face a 2021, que representou 8,3% do total de energia produzida em 2022. Na origem desta redução estão as condições climáticas pouco favoráveis registadas ao longo do ano.

Não obstante, denota-se um aumento gradual de produção de energia fotovoltaica, desde 2018, pese embora ainda não seja muito representativa do total de energia produzida.

Tabela 65. Emissão e Aquisição de Energia nos Açores, por tecnologia, de 2018 a 2022 (GWh)

| | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | Varição 2021-2022 (%) |
|----------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-----------------------------|
| Térmica (Emissão própria) | 483,4 | 489,5 | 458,5 | 520,3 | 534,0 | 2,6% |
| Fuel | 418,5 | 429,9 | 403,5 | 466,3 | 474,0 | 1,6% |
| Gasóleo | 64,9 | 59,5 | 55,0 | 54,0 | 60,1 | 11,3% |
| Aquisição | 311,3 | 304,0 | 310,7 | 288,2 | 289,1 | 0,3% |
| Hídrica | 26,5 | 29,6 | 30,2 | 34,8 | 34,6 | -0,6% |
| Geotérmica | 204,2 | 191,5 | 193,2 | 158,8 | 172,9 | 8,9% |
| Eólica | 66,6 | 69,8 | 71,5 | 78,9 | 68,1 | -13,6% |
| Fotovoltaica | 0,6 | 0,8 | 1,4 | 2,0 | 2,6 | 34,4% |
| Outras* | 13,4 | 12,3 | 14,4 | 13,8 | 10,8 | -21,6% |
| Total | 794,7 | 793,5 | 769,2 | 808,5 | 823,1 | 1,8% |

Outras*: Biogás, Central das Ondas, até 2018, e RSU

Fonte: Relatório e Contas EDA (2021 e 2022)

Torna-se premente avaliar os resultados em prol da transição para a mobilidade elétrica na região. A 4 de outubro de 2019, é aprovado e publicado pela Resolução do Conselho do Governo n.º 106/2019 o Plano para a Mobilidade Elétrica nos Açores (PMEA), que concretiza uma aposta estratégica da Região Autónoma dos Açores na eletrificação do parque automóvel, tendo em consideração o seu importante papel na conquista dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, bem como para a descarbonização da economia, a mitigação dos efeitos das alterações climáticas, a melhoria da eficiência energética e a redução da poluição atmosférica e do ruído.

O número de automóveis ligeiros vendidos na Região Autónoma dos Açores, tem diminuído nos últimos 5 anos, com a exceção de 2022 onde se registou um aumento de 15,3% de vendas em relação a 2021, devendo-se a um aumento considerável na compra de automóveis ligeiros alimentados a gasolina em 2022.

Da análise da tabela que se segue, é possível verificar que o número de automóveis ligeiros elétricos na Região Autónoma dos Açores tem vindo a aumentar substancialmente entres os anos em estudo.

Tabela 66. Automóveis ligeiros novos vendidos nos Açores, por tipo de combustível/elétricos (2018-2023)

| | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023* |
|-----------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Gasolina | 3 036 | 3 125 | 2 370 | 2 237 | 2 804 | 1 436 |
| Diesel | 1 379 | 1 180 | 848 | 747 | 605 | 217 |
| GPL | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Híbrido | 139 | 188 | 156 | 218 | 323 | 167 |
| Elétrico | 53 | 85 | 144 | 265 | 265 | 295 |
| Total | 4.607 | 4.578 | 3.518 | 3.467 | 3.998 | 2.115 |
| % Venda de elétricos | 1,2% | 1,9% | 4,1% | 7,6% | 6,6% | 13,9% |

2023*: primeiro semestre do ano (até junho, inclusive)

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Indústria e Energia - Energia)

Para acompanhar a crescente aquisição de automóveis elétricos, também se tem verificado a aposta no aumento do número dos pontos de carregamento. Denota-se que, atualmente, todas as ilhas possuem, pelo menos, um ponto de carregamento. Sendo que na ilha São Miguel existem 23 postos de carregamento de veículos elétricos, sendo dos quais 7 de carregamento rápido e 15 de carregamento normal.

Para além da aposta na energia verde, no incentivo à aquisição de veículos elétricos e disponibilização de pontos de carregamento, o Governo Regional tem apostado em valências que permitirão que a Região Autónoma dos Açores seja mais inteligente e capaz de se coadunar com a evolução progressiva das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

A aposta em literacia digital é outra das intenções, como forma de fomentar a educação da população residente. A formação à distância mostrou-se possível dada a necessidade verificada durante a situação pandémica.

Aliada às TIC, deverá apostar-se na transformação e digitalização de diversos setores de atividade, nomeadamente ao nível da agricultura, pecuária e serviços públicos, assim como das PME's, incentivando a utilização da Inteligência Artificial, marketing digital, entre outros, de modo a aumentar a competitividade, reduzir a burocracia e, em última análise, melhorar a eficiência do serviço prestado.

3. Análise SWOT – Constrangimentos e Oportunidades

Com base na análise SWOT podemos identificar características que se consideram fulcrais para o desenvolvimento económico e social do território de intervenção da ASDEPR.

Pretende-se, assim, analisar as principais potencialidades e constrangimentos do território, que servirão de base para a identificação e priorização das necessidades específicas do território, a serem consideradas na elaboração da Estratégia de Desenvolvimento Local. Pretende-se que as oportunidades e potencialidades possam ser aproveitadas e valorizadas, ultrapassando-se os obstáculos e constrangimentos que dificultam o desenvolvimento do território. Visa-se que a Estratégia de Desenvolvimento Local seja definida em resposta às necessidades das populações e promova o seu desenvolvimento e crescimento sustentável, inclusivo e inteligente.

3.1. Pontos Fortes, Pontos Fracos, Oportunidades e Ameaças

Para a elaboração da Estratégia de Desenvolvimento Local foram auscultados diversos associados e *stakeholders* fundamentais da identificação da caracterização do território, quanto aos pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças, refletindo as verdadeiras necessidades específicas da população local.

Foram, também, auscultados diversos *players*, representantes do tecido empresarial, económico e institucional de cada um dos concelhos que compõem o território de intervenção da ASDEPR, essenciais na identificação de constrangimentos e potencialidades de cada concelho, tendo em vista a promoção da competitividade da economia e a melhoria das condições de vida da população residente.

Considerando que o território da ASDEPR é constituído por cinco concelhos, cada um dos quais apresenta características específicas, existindo potencialidades e constrangimentos que poderão ser considerados específicos de cada concelho e outros que poderão ser transversais a todo o território.

Assim, esta estratégia visa promover o desenvolvimento do território de forma integrada e através da aposta num crescimento sustentável, bem como na transição energética e digital.

Um dos principais constrangimentos identificados, comum a todos os concelhos, foi a falta de oferta de emprego (falta de mão de obra disponível). Assiste-se a uma falta de mão-de-obra ao nível operacional, em várias profissões que não carecem de licenciatura, em diversas áreas de atividade.

Os *stakeholders* consideram que os setores primários e secundários deveriam ser retomados e promovidos dada a sua importância para o desenvolvimento económico, aliado à inovação e mecanização, como forma de gerar riqueza e emprego.

Consideram ainda que, no que respeita ao setor terciário, este ainda não se encontra muito desenvolvido nos concelhos de intervenção da ASDEPR, com exceção do concelho da Ribeira Grande, pelo que existe necessidade na aposta do empreendedorismo como forma de criação de microempresas e de geração de emprego. Alia-se a aposta no turismo como vetor chave para a sustentabilidade do território, através da sua promoção e dinamização, pese embora com o devido planeamento para que se possa manter toda a ruralidade e natureza característica destes concelhos.

É outro dos constrangimentos detetados, a falta de habitação e de transportes/acessibilidade, que dificultam a fixação de população nas zonas rurais em detrimento da maior concentração nas zonas mais urbanas. Para

que esta tendência passe a ser contrariada, deverão ser criadas condições de habitabilidade para a fixação de população nos diversos concelhos que têm perdido população ao longo dos últimos anos. Os transportes assumem um papel relevante na fixação da população, denotando-se, nos concelhos de Vila Franca do Campo, Povoação e Nordeste, uma maior dificuldade de mobilidade dados os circuitos e horários atualmente disponibilizados ao nível do transporte público, possibilitando a deslocação para os grandes centros urbanos. Ainda com o intuito de promover a fixação de população nos concelhos, deverão existir respostas sociais adequadas às necessidades e expectativas da população. Atualmente, as respostas sociais existentes nos concelhos de intervenção da ASDEPR revelam-se insuficientes, destacando-se a falta de creches, CATL's, centros de dia, centros de convívio e lares de idosos.

/// Lagoa

O concelho de Lagoa tem sido orientado para a inovação, novas tecnologias e ciência, com a instalação de infraestruturas como o OVGA, o Expolab e o Parque Tecnológico da Ilha de São Miguel. É um dos concelhos mais jovens da ilha e o que perdeu menos população na última década.

Tem-se verificado uma crescente aposta em novas construções, nomeadamente na zona norte do núcleo urbano e na zona da Atalhada, que atestam a expansão da malha urbana, fomentando o desenvolvimento socioeconómico do concelho. Esta zona poderá ainda ser potenciada, estando já localizado o Hospital Internacional dos Açores e prevista a instalação de infraestruturas habitacionais, podendo apostar-se na atração de investimento privado direcionado para o setor terciário.

Os *stakeholders* auscultados consideram que os recursos endógenos, o património natural, cultural e edificado do concelho assumem-se como ativos relevantes, com potencialidades transversais a diversos setores de atividade, podendo alavancar a competitividade e economia deste território. Paralelamente, referem que o potencial endógeno poderá ser aproveitado para a dinamização da atividade económica local, que atualmente apresenta algumas lacunas, nomeadamente ao nível do comércio tradicional. A aposta deverá passar pelo fomento do empreendedorismo, da inovação e da criação de emprego, pese embora considerem que existe falta de mão-de-obra no concelho.

A proximidade ao concelho de Ponta Delgada assume-se como um constrangimento tendo em conta que, dadas as acessibilidades, Lagoa seja considerado um concelho dormitório, na qual a população desloca-se a outro concelho para a realização de atividades de comércio e lazer. Os *stakeholders* consideram que as boas acessibilidades ao concelho deverão ser aproveitadas, quer por um lado, pela sua centralidade, quer por outro, através da aposta na criação de condições no concelho que fomentem a visita e usufruto de todo o seu património natural, cultural e edificado, comércio e serviços e outras atividades conexas.

Lagoa dispõe de um parque industrial Chã do Rego D'Água e de uma zona Industrial Portões Vermelhos que aglomeram diversas empresas, principalmente direcionadas para o setor secundário, designadamente de atividades relacionadas com a construção e indústrias transformadoras que poderiam ser potenciadas. Nestas zonas industriais localizam-se ainda diversas empresas com alguma dimensão na área do comércio por grosso de produtos alimentares e outras atividades.

Ainda no âmbito da atividade económica, pese embora não possua grande atividade e diversidade económica, possui alguma atividade industrial, como é o caso da fábrica de cerâmica e da fábrica de rações e moagem de cereais que contribuem, em parte relevante, para a dinamização socioeconómica do concelho, aliada a algumas empresas de panificação. Localizam-se, igualmente, empresas de fabricação de diversos materiais e

estruturas relacionadas com a construção, como sejam fabricações metalúrgicas e metálicas. A vocação industrial mantém-se ainda hoje nas vivências e cultura do concelho, sendo a fábrica da cerâmica um ponto de visita obrigatório.

Os auscultados consideram que deverá ser fomentado o empreendedorismo, potenciando a produção local, a criação de atividades de promoção cultural, das tradições e costumes, assim como de atividades direcionadas para o setor primário, nomeadamente no referente à produção agrícola.

Ao nível de respostas sociais, foi demonstrada grande preocupação para com as crianças e idosos na medida em que as respostas atualmente existentes não são suficientes para a devida resposta à população. Consideram que deverá apostar-se na criação de condições para a fixação de jovens no concelho, que passa pelo aumento de respostas sociais direcionadas para os mesmos, através da criação de creches, CATL's e zonas de lazer, fomentando a permanência e integração de população no concelho. Direcionada para os idosos, detetam-se carências ao nível de centros de dia e de convívio, com vista a promover o envelhecimento ativo e a melhoria da qualidade de vida da população.

Em suma, e ao nível da dinamização do concelho, consideram que o concelho de Lagoa poderá ser potenciado, através do fomento do empreendedorismo, nomeadamente com o desenvolvimento de atividades na área da I&D, náutica, cultura, na área do comércio local e outras atividades conexas.

/// Nordeste

Nordeste é um concelho localizado na ponta oriental da ilha, que conjuga paisagens naturais com tranquilidade. É caracterizada pela grande abundância de recursos hídricos, pela densidade de povoamentos florestais, pela sua reduzida densidade populacional, pela sua ruralidade e pelas tradições.

A sua relação geográfica no contexto da ilha, agravada pelas condições geomorfológicas que dificultavam o acesso a este concelho, tanto via terrestre como marítima, e às quais se associavam os condicionalismos territoriais e naturais, determinaram um distanciamento histórico do concelho de Nordeste relativamente aos restantes concelhos. Esta situação condicionou o seu desenvolvimento económico, o qual foi amenizado com a construção da SCUT, que permitiu reduzir substancialmente a distância aos concelhos de Ribeira Grande e Ponta Delgada. Não obstante os investimentos realizados para melhorar a acessibilidade aos restantes concelhos, ainda hoje se detetam constrangimentos ao nível dos transportes públicos, quer ao nível de circuitos, quer ao nível de horários.

As suas características específicas condicionaram o desenvolvimento do concelho, predominando solos rurais de grande fertilidade que determinaram a sua orientação para a agropecuária, assumindo-se como um dos pilares da economia do concelho, principalmente na fileira do leite e nas culturas. No entanto, considera-se que a agropecuária poderia ser potenciada, gerando riqueza para o concelho.

Na opinião dos *stakeholders*, Nordeste é um concelho com muito potencial, pese embora se verifique uma redução significativa do número de residentes no concelho e um elevado índice de envelhecimento da população. O concelho tem potencial, mas necessita que sejam criadas condições para a fixação de população jovem, quer através da dinamização da atividade económica, quer através da criação de condições de habitabilidade para os jovens e, ainda, da promoção do autoemprego. Acrescentam que a dimensão urbana do núcleo populacional sempre foi condicionada pela acessibilidade, com consequências ao nível do desenvolvimento socioeconómico, configurando-se, tanto a nível territorial como a nível económico, como

marcadamente rural, apresentando algumas discrepâncias económicas e sociais comparativamente com os demais concelhos, fruto também do isolamento.

As dificuldades de geração de riqueza e de emprego resultam da parca atividade económica atualmente existente, da falta de mão-de-obra e da menor orientação dos jovens para o empreendedorismo, tornando-se um desafio alavancar a economia no concelho, incentivando o investimento privado com recurso à incubadora já existente.

As atividades do comércio e serviços encontram-se com pouca dinâmica empresarial, essencialmente no referente ao comércio tradicional que, dado o reduzido mercado local e a existência do comércio eletrónico, tornam as atividades locais menos atrativas para o investimento e para a criação de novas empresas no concelho de Nordeste.

Ainda no setor terciário foram detetadas algumas lacunas ao nível da restauração e serviços, podendo ser uma potencialidade de desenvolvimento do tecido empresarial concelhio, com oferta de novos serviços que possam dar resposta às necessidades e ao crescimento do mercado, como sejam atividades conexas e de apoio ao turismo.

Foi mencionado pelos auscultados que os valores ecológicos e naturais propiciados pelas características específicas da estrutura morfológica do concelho traduzem-se num vasto património natural e ambiental, com evidente expressão territorial das áreas de conservação e proteção da natureza, um dos vetores fulcrais para o desenvolvimento estratégico do concelho. O turismo de natureza configura-se como um dos principais pontos fortes do concelho, *per si*, aliando-se o potencial de geração de riqueza e emprego provenientes do desenvolvimento de outras atividades económicas conexas. A esse património natural associa-se, ainda, um vasto património cultural e edificado que se quer valorizado e promovido, tornando-se elementos-chave para a dinamização do concelho de Nordeste.

De um modo global, a aposta na diversificação das atividades económicas, nomeadamente no turismo, tem-se assumido como um vetor estratégico para a geração de riqueza e emprego, havendo agora necessidade de apostar na atração e fixação da população no concelho, na criação de condições habitacionais atrativas para os jovens, na promoção do empreendedorismo e na captação de investimento privado, assim como de respostas sociais direcionadas para crianças, como sejam CATL's e creches, com vista ao desenvolvimento social e económico do concelho de Nordeste.

Consideram, ainda, que a qualificação do espaço público urbano e a valorização do património assumem-se como essenciais na promoção de uma vivência urbana qualificada e da atratividade turística, detetando-se atualmente lacunas ao nível de infraestruturas direcionadas para crianças, orientadas para a promoção de produtos locais e que incentivem o empreendedorismo. O parque industrial foi mencionado na medida em que teria potencial para gerar riqueza e emprego, combatendo o fenómeno de desertificação e de desemprego e contribuiria para a atração e fixação de população jovem.

/// Povoação

O concelho da Povoação é caracterizado por diversos espaços naturais e ambientais que assumem especial relevância, associado à biodiversidade e aos ecossistemas naturais, dos quais fazem parte as zonas protegidas e reservas ecológicas.

Constituído por seis freguesias, Povoação é um concelho com alguma dimensão e com disparidade ao nível de desenvolvimento. As freguesias de Furnas e Ribeira Quente configuram-se como as mais turísticas e visitadas do concelho. Verifica-se uma grande segregação geográfica e económica nas restantes freguesias rurais, sendo evidente os traços de ruralidade que criam constrangimentos à fixação de população e ao crescimento económico, pese embora possuam características peculiares de especial interesse para quem lá reside e visita.

De acordo com os *stakeholders*, o concelho de Povoação não possui uma grande diversidade de atividade económica, não obstante ser muito frequentado para realização de atividades direcionadas para o turismo, mas que poderá ser potenciado o tecido empresarial se houver incentivo à criação de micro e pequenas empresas.

Um dos fatores destacados que dificultam o desenvolvimento económico do concelho relaciona-se com a distância e acessibilidades aos restantes concelhos da ilha, aliando-se o facto das condições de acesso através das vias de circulação existentes não estimularem o desenvolvimento económico, promovendo a fixação de mais empresas e a criação de mais postos de trabalho no concelho. Alia-se, ainda, o facto de ser um dos concelhos com maior índice de envelhecimento, o que acarreta diversos desafios, nomeadamente ao nível de respostas sociais direcionadas para a população mais idosa.

Consideram que existem diversas infraestruturas de utilização coletiva com potencialidades de aproveitamento e que poderão ser fomentadas outras atividades direcionadas para o setor primário, secundário e terciário, que levarão ao desenvolvimento sustentável do território. Foi, ainda, referido que deverá ser promovido o empreendedorismo, mas que a burocracia se torna um entrave para a criação de novas atividades por parte dos jovens. Consideram que o desenvolvimento de uma incubadora de base local poderia apoiar os empreendedores na criação de autoemprego.

Adicionalmente, os trilhos pedestres, as belezas naturais e as zonas balneares poderão ser uma atração para a população, no entanto os mesmos carecem da devida preservação e conservação.

De um modo global, o concelho, com exceção da freguesia de Furnas, depara-se com alguns constrangimentos ao nível de desenvolvimento do tecido empresarial, onde se verifica uma diminuição das atividades económicas, com maior enfoque no comércio tradicional, restauração e atividades de animação turística. No entanto, considera-se que o desenvolvimento económico e da competitividade local passam pelo aproveitamento de recursos naturais e do património cultural, pela produção de produtos locais através da dinamização de iniciativas públicas e privadas como forma de potenciar a geração de riqueza e emprego para o concelho.

/// Ribeira Grande

Ribeira Grande é o concelho da área de intervenção da ASDEPR que registou um maior desenvolvimento ao longo dos últimos anos, sendo o terceiro mais populoso da Região Autónoma dos Açores e o que apresenta uma população mais jovem.

É um concelho com uma diversidade paisagística única e virada para o mar, o que se traduz num enorme potencial de desenvolvimento. Possui um tecido económico empresarial já consolidado, apresentando uma diversificação das atividades económicas através da aposta em todos os setores de atividade, nomeadamente na agricultura, na construção civil e nas atividades de comércio e serviços.

É dotado de diversas zonas balneares muito atrativas para os residentes e visitantes, dada a localização na região central e norte costeira, sendo considerada a capital do Surf dos Açores.

Os *stakeholders* consideram que o concelho tem evoluído positivamente, tendo criado uma dinâmica interessante e atrativa, com uma identidade diferenciada e com potencialidades ainda por explorar. Na opinião dos auscultados, deverá apostar-se no empreendedorismo, encontrando-se já em fase de desenvolvimento a Incubadora de Base Local da Ribeira Grande, que terá a função de acolher e promover projetos socialmente inclusivos, albergando pequenas empresas emergentes de iniciativa individual e associações ou cooperativas do concelho. O apoio à incubação de novas empresas permitirá potenciar o desenvolvimento de projetos inovadores, de valor acrescentado e diferenciadores, apoiando o fortalecimento do tecido económico, com vista à valorização urbanística da cidade.

Os *stakeholders* consideram que o turismo poderá, igualmente, ser um pilar fundamental para o desenvolvimento da cidade, virando a atividade para o mar, através da criação de novas modalidades, como seja a vela ou outras atividades conexas, criando-se emprego e ocupando os tempos livres de crianças e jovens. A agricultura biológica foi outra das áreas consideradas passíveis de crescimento, com a aposta na modernização dos equipamentos e na inovação, por forma a desenvolver novos produtos.

O concelho dispõe de uma atividade cultural e de lazer muito especial, havendo necessidade de preservar e dinamizar a vida cultural do concelho através da sua história e tradições, com a realização de eventos, feiras e outras iniciativas conjuntas com outras entidades, não descurando das filarmónicas, grupos folclóricos e outras manifestações culturais que caracterizam o concelho da Ribeira Grande.

Sendo considerado o concelho com mais jovens da ilha, dever-se-á dar respostas sociais adequadas, que atualmente se consideram insuficientes para satisfazer as necessidades da população. Poder-se-á apostar na criação de parques infantis e outros para realização de atividades recreativas, como forma de promover atividades de lazer junto da população, combatendo a tendência para a adoção de comportamentos desviantes. Ademais, a criação de CATL's, creches, centros de convívio, centros de dia e lares de idosos torna-se premente para dar a resposta às necessidades da população, assim como a criação de espaços TIC acompanhada de formação adequada ao nível de literacia digital.

Pese embora o concelho da Ribeira Grande se localize na região central, tendo em conta a dispersão geográfica e a sua fragmentação em 14 freguesias, denotam-se alguns constrangimentos associados ao transporte, com horários que não se coadunam com as necessidades da população residente nas freguesias mais distantes e rurais.

De um modo global, consideram que o concelho tem sido alvo de diversas intervenções no sentido da sua dinamização e desenvolvimento, com aposta nas suas tradições e acervos culturais, assim como nas atividades económicas. Teve capacidade de criar uma identidade própria e de atrair população e visitantes com vista ao crescimento e desenvolvimento do território de forma sustentável.

Embora Ribeira Grande se caracterize pela sua potencialidade relacionada com a proximidade ao mar, com a diversidade de atividades económicas atualmente existentes e todo o seu património natural, cultural e edificado e eficiência energética, torna-se impreterível suprir alguns constrangimentos relacionados com a limitada resposta social existente, direcionada para as crianças e idosos, bem como com a promoção e divulgação das atividades turísticas.

/// Vila Franca do Campo

Vila Franca do Campo é um concelho com potencial de crescimento, tendo em conta a sua dimensão e características peculiares. A presença do ilhéu, os produtos endógenos, a rede museológica e a olaria poderão ser potenciadores de uma diversificação e especialização da economia do concelho. É, pois, um concelho com diversos produtos endógenos de qualidade, como seja a banana e o ananás, no entanto, verificam-se constrangimentos generalizados associados à falta de mão-de-obra e ao facto destas produções não permitirem criar economias de escala.

Na opinião dos *stakeholders*, Vila Franca do Campo possui um tecido económico frágil e pouco diversificado, mas que poderá ser potenciado com a criação de microempresas ou de cooperativas direcionadas para o setor primário e terciário.

Por sua vez, as indústrias transformadoras existentes no concelho assentam na indústria agroalimentar, destacando-se a unidade da Sociedade Corretora, a produção de bebidas licorosas e a construção/fabrico de produtos em madeira.

Ao nível do setor terciário, de comércio e serviços, pese embora o tecido económico seja frágil, verifica-se uma crescente aposta na captação de fluxos turísticos enquanto alavanca para a geração de maior rentabilidade.

Na opinião dos *stakeholders*, poderá apostar-se na dinamização económica e turística do concelho, para a geração de riqueza e emprego e, por conseguinte, para a fixação de população e melhoria das condições de vida dos seus residentes. No entanto, são detetadas lacunas relacionadas com a pouca oferta de respostas sociais, como sejam as direcionadas para as crianças, jovens e idosos. Ainda ao nível de zonas de lazer, foram detetadas algumas lacunas, havendo necessidade de serem criadas zonas de lazer e parques infantis.

Consideram necessário apostar no turismo como veículo promotor do desenvolvimento socioeconómico do concelho, quer através da valorização e promoção do património (natural, cultural e arquitetónico), quer através da criação e manutenção de condições que potenciem o aproveitamento dos recursos endógenos e o desenvolvimento de atividades conexas, através da criação de novos produtos locais ou serviços.

Destacam que os transportes públicos são, efetivamente, um entrave ao desenvolvimento do concelho, na medida em que a mobilidade dos residentes e visitantes se encontra muitas vezes condicionada por não existirem circuitos mais regulares e alargados.

No cômputo geral, consideram que há uma crescente preocupação em alcançar um crescimento económico sustentável através de uma oferta alargada de bens e serviços de valor acrescentado, sustentados nos recursos endógenos e nas potencialidades do concelho. No entanto, são mencionados diversos constrangimentos relacionados com os transportes, com a habitação, com as atuais respostas sociais, com o apoio ao empreendedorismo para aproveitamento das oportunidades de mercado e para a modernização dos negócios atualmente existentes, com o intuito de impulsionar a economia do concelho. Consideram que deverão ser criadas condições para o desenvolvimento de microempresas ou cooperativas no concelho, podendo as mesmas ser instaladas no parque industrial.

A tabela que se segue sintetiza os pontos fortes e fracos de cada um dos concelhos que compõem o território de intervenção da ASDEPR.

Tabela 67. Pontos Fortes e Pontos Fracos do território de intervenção da ASDEPR, por concelho

| Pontos Fortes | Pontos Fracos |
|--|---|
| Lagoa | Lagoa |
| Tecnoparque Acessibilidades Localização estratégia e centralidade na ilha | Interligação entre os diversos setores de atividade Capacitação de ativos Atividade económica |
| Nordeste | Nordeste |
| Recursos naturais Artesanato Incubadora | Restauração Alojamento Reduzido tecido empresarial |
| Povoação | Povoação |
| Resiliência Diversidade Património natural Oferta turística | Problemas sociais Programas de emprego Falta de mão-de-obra |
| Ribeira Grande | Ribeira Grande |
| Localização geográfica Concelho com mais jovens Zonas balneares Património cultural e edificado | Problemas sociais (desemprego, toxicodependência, pobreza) Baixas habilitações da população |
| Vila Franca do Campo | Vila Franca do Campo |
| Proximidade ao Ilhéu Turismo Clima Localização geográfica Cultura | Habitação Respostas Sociais Tecido empresarial frágil Falta de mão-de-obra |

De seguida, apresentam-se as principais oportunidades e ameaças de cada um dos concelhos de forma individualizada

Tabela 68. Oportunidades e Ameaças do território de intervenção da ASDEPR, por concelho

| Oportunidades | Ameaças |
|--|--|
| Lagoa | Lagoa |
| Trabalho em rede Proximidade ao mar Diversificação da oferta económica e turística Serviços de saúde e bem-estar e turismo de saúde Smart City | Concorrência territorial dada a proximidade a centros urbanos Sazonalidade da atividade turística |
| Nordeste | Nordeste |
| Património natural e cultural Desenvolvimento de novos produtos Turismo | Desertificação Reduzida dimensão do mercado Custos de contexto |
| Povoação | Povoação |
| Património cultural Investimento privado Incubadora de base local | Instabilidade e saturação dos solos Acessibilidades Envelhecimento da população |
| Ribeira Grande | Ribeira Grande |
| Eficiência energética Atividades direcionadas para a agropecuária e para o mar Turismo | Ordenação do turismo Emigração dos jovens |
| Vila Franca do Campo | Vila Franca do Campo |
| Hotelaria Restauração Trilhos pedestres Formação de ativos Criação de gabinete de apoio ao jovem empreendedor | Transportes Burocracia associada aos processos de licenciamento Emigração dos jovens |

O paradigma atual do desenvolvimento local posta na valorização dos recursos endógenos do território, determinantes do crescimento económico sustentado, enquanto pilares para a criação de valor onde o tecido empresarial local desempenha um papel determinante na identificação e desenvolvimento de novas e/ou melhoradas formas de aproveitar todas estas potencialidades.

Na matriz que se segue são apresentadas as principais potencialidades endógenas, os recursos de suporte existentes ou com potencial de desenvolvimento no território de intervenção da ASDEPR.



O património, a história, as tradições e as atividades desenvolvidas ao longo dos tempos nos diversos concelhos refletem-se num património cultural e edificado único, havendo necessidade de preservar, promover e valorizar como forma de atingir o desenvolvimento sustentável do território. O edificado e os acervos culturais afiguram-se como pontos de atração turística, devendo ser desenvolvidas condições que os valorizem económica e turisticamente. Aliam-se, ainda, os recursos naturais e paisagísticos, que são a principal atração dos concelhos, sendo a monitorização e gestão destes recursos, bem como as ações de conservação e valorização fundamentais para assegurar a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento socioeconómico, através do fomento de atividades económicas e de fluxos turísticos e da melhoria da qualidade de vida da população.

3.2. Identificação e Priorização de Necessidades

Como referido anteriormente, a Estratégia de Desenvolvimento Local tem por base a caracterização socioeconómica, cultural, ambiental, transição energética e digital, tendo como aposta o desenvolvimento do território, de forma integrada e sustentável.

Com base no levantamento das necessidades do tecido empresarial, económico e institucional de cada um dos concelhos que compõem o território de intervenção ASDEPR, cada um dos cinco concelhos apresentam necessidades comuns e específicas do território.

Um dos principais constrangimentos detetados e comum a todos os concelhos foi a falta de oferta de emprego. Assiste-se a uma falta de mão-de-obra operacional de profissões que não carecem de licenciatura, em diversas áreas de atividade.

O empreendedorismo é uma forma de responder às necessidades de criação de microempresas e de geração de emprego, com diversificação para atividades de serviços. Alia-se a aposta no turismo como vetor chave

para a sustentabilidade do território, através da sua promoção e dinamização, pese embora com o devido planeamento para que se possa manter toda a ruralidade e natureza característica destes concelhos.

A falta de habitação e de transportes/acessibilidade, bem como de infraestruturas de base, são constrangimentos detetados, que dificultam a fixação de população nas zonas rurais em detrimento da maior concentração nas zonas mais urbanas. Para que esta tendência passe a ser contrariada, deverão ser criadas condições de habitabilidade para a fixação de população nos diversos concelhos, que têm perdido população ao longo dos últimos anos.

Os transportes assumem um papel relevante na fixação da população, denotando-se nos concelhos de Vila Franca do Campo, Povoação e Nordeste uma maior dificuldade de mobilidade, dados os circuitos e horários atualmente disponibilizados ao nível do transporte público, possibilitando a deslocação para os grandes centros urbanos. O desenvolvimento dos transportes deverá ser de forma integrada e sustentável, com preocupação pela preservação do ambiente.

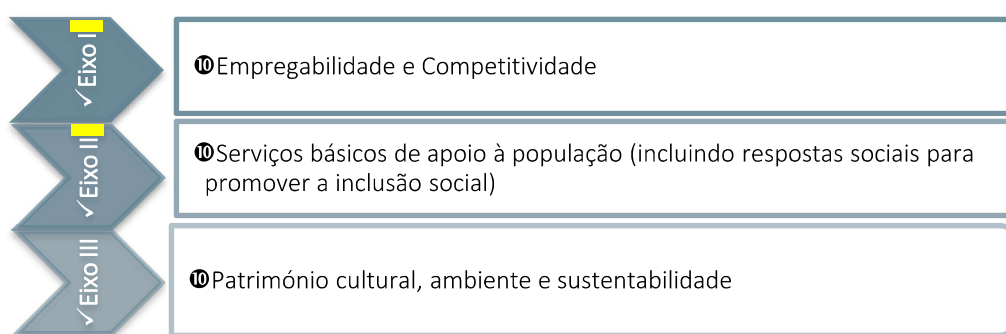
Ainda com o intuito de promover a fixação de população nos concelhos, deverão existir respostas sociais adequadas às necessidades e expectativas da população. Atualmente as respostas sociais existentes nos concelhos de intervenção da ASDEPR revelam-se insuficientes, destacando-se a falta de creches, CATL's, centros de dia, centros de convívio e lares de idosos.

4. Estratégia de Desenvolvimento Local e Objetivos

4.1. Descrição da Estratégia

A Estratégia de Desenvolvimento Local visa a maximização das potencialidades locais e supressão das necessidades, abrangendo a totalidade da população rural da área de intervenção da ASDEPR.

Centra-se na melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais, assente em três eixos estratégicos, nomeadamente a empregabilidade e competitividade, serviços básicos de apoio à população e património cultural, ambiente e sustentabilidade conforme esquema abaixo apresentado.



Relativamente ao Eixo I, deverão apoiar-se ações empreendedoras, com criação de emprego e de novas empresas sobretudo através da capitalização de recursos endógenos, naturais e culturais, como vetores de geração de emprego e riqueza. Dever-se-á apostar nas novas tecnologias e na digitalização das empresas rurais, bioeconomia e economia circular, bem como no aproveitamento de energias renováveis como forma de promover o empreendedorismo jovem. O apoio ao empreendedorismo permitirá combater a

desertificação das zonas rurais, criando condições de atração e fixação dos jovens, com criação de empresas sustentáveis no meio rural.

Há que promover o crescimento económico e o emprego nas zonas rurais, com criação de riqueza, combatendo a pobreza e a exclusão social, sem descurar a igualdade de género com uma maior participação das mulheres na economia rural.

A promoção da atividade empresarial é fundamental para o desenvolvimento económico e sustentável das zonas rurais, com a criação de emprego e riqueza, podendo ser desenvolvidas novas atividades.

Tendo em conta o contributo das novas tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento das zonas rurais, considera-se fundamental recorrer à utilização de novas tecnologias nas empresas rurais, nomeadamente no apoio à gestão, comercialização e promoção dos produtos locais. Para tal, poderá apostar-se no Comércio Eletrónico, Marketing Digital, entre outras ferramentas. Poderá, igualmente, promover-se os setores conexos ao setor agrícola e silvícola, tais como o turismo e as indústrias culturais e criativas, de forma a contribuírem para o desenvolvimento económico, social e ambiental e a transição inteligente do meio rural.

Uma vez que o turismo é um setor em exploração, considera-se que o mesmo poderá ser potenciado através da aposta no Turismo Rural e de Natureza, associados à promoção e valorização do património natural e cultural e à diversificação das atividades não agrícolas.

Alia-se, igualmente, o vasto património natural e cultural das zonas rurais, que lhes confere uma identidade única, refletindo-se nas paisagens naturais e culturais únicas, no património arquitetónico e nas suas tradições e manifestações culturais, que deverão ser mantidas e diversificadas, atraindo mais residente e visitantes às zonas rurais. Não obstante, dever-se-á apostar na sua preservação e valorização.

Todo o potencial das zonas rurais deverá ser aproveitado através de investimentos necessários ao desenvolvimento empresarial e diversificação das atividades não agrícolas das zonas rurais, com um foco na criação de novas empresas orientadas para o aproveitamento dos recursos endógenos. Referem-se, assim, a bioeconomia e economia circular, as energias renováveis, a transição digital e novos produtos e serviços.

Estes eixos impactam diretamente o desenvolvimento económico das zonas rurais, permitindo gerar riqueza, criar uma sociedade mais coesa e inclusiva e combater a pobreza e a exclusão social.

Foi identificada a necessidade do reforço da rede de equipamentos e serviços de proximidade, especialmente de carácter social, com vista a promover uma sociedade coesa e inclusiva, a criação de melhores condições para a fixação da população e melhorar a qualidade de vida de crianças, jovens e idosos. Há, pois, a necessidade de se adequar a oferta de respostas sociais existentes às necessidades específicas do território, com incentivo ao investimento em equipamentos e serviços de apoio à comunidade local.

Por seu turno, os serviços de animação cultural e recreativa de base local desempenham um papel fundamental na dinamização das comunidades rurais, na medida em que promovem a melhoria da qualidade de vida e bem-estar social. Para tal, deverá garantir-se o apoio público para o desenvolvimento das atividades por parte das Instituições Particulares de Solidariedade Social, das Autarquias Locais, de associações e outras entidades.

A promoção e valorização dos territórios rurais passa, igualmente, pela cooperação interterritorial e transnacional com territórios rurais no espaço europeu e países terceiros. Esta cooperação visa promover

estratégias e projetos conjuntos de desenvolvimento local, impulsionando a execução de planos em diferentes áreas e criando sinergias entre as suas complementaridades e heterogeneidades para a criação de novas oportunidades de desenvolvimento. Como áreas temáticas a privilegiar foram definidas a valorização e promoção dos produtos locais, o turismo ativo de qualidade e a sensibilização ambiental. Na cooperação transnacional foi definido Cabo Verde como país terceiro a privilegiar.

4.2. Objetivos Estratégicos e Objetivos Específicos em Coerência com as Necessidades

Para cada um dos três eixos definiram-se objetivos estratégicos e específicos, com vista à melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais, através da promoção de um crescimento socioeconómico de forma integrada e sustentável.

No âmbito do **Eixo I (Empregabilidade e Competitividade)**, com vista a promover o empreendedorismo jovem e a fixação de jovens nas zonas rurais através da criação de empresas por parte dos jovens com idade igual ou inferior a 40 anos, com escolaridade mínima obrigatória e desempregados de longa duração (período superior a 12 meses). É proposta a atribuição de prémio no montante de 18.000 €, sujeito à apresentação de um plano de negócios de 3 anos, cujo pagamento seria efetuado em 3 frações anuais, sendo o valor do primeiro ano de 10.000 €, o do segundo ano de 5.000 € e do terceiro ano de 3.000 €.

Adicionalmente, e neste Eixo, visa-se a dinamização do tecido empresarial, através do apoio à criação de novas empresas e ao desenvolvimento de PME existentes, com ou sem criação de emprego (excluindo o próprio emprego), bem como de entidades coletivas sem fins lucrativos com exploração de atividades produtivas.

Relativamente ao **Eixo II (Serviços Básicos de Apoio à População)**, para gestão de infraestruturas e serviços de base, abranger-se-á infraestruturas e serviços de base da iniciativa de freguesias, municípios, empresas municipais e pessoas coletivas sem fins lucrativos, bem como prestar apoio a Instituições Particulares de Solidariedade Social e Municípios na criação ou modernização de respostas para a inclusão social.

No **Eixo III (Património Cultural, Ambiente e Sustentabilidade)** apoiar-se-ão iniciativas no âmbito da promoção, preservação e valorização do património cultural por parte das Autarquias Locais, empresas municipais e pessoas coletivas sem fins lucrativos.

Ademais, e neste Eixo, visa-se, ainda, apoiar ações de sustentabilidade ambiental promovidas pelas Autarquias Locais, empresas municipais, pessoas coletivas sem fins lucrativos, bem como entidades com fins lucrativos (pessoas individuais e coletivas) no âmbito da preservação do património natural, promoção do crescimento verde e desenvolvimento económico e social das zonas rurais de forma sustentável.

Pretende-se promover da economia circular, a redução de desperdícios alimentares, a reciclagem e a produção de energias limpas, apostando na realização de ações de sensibilização ambiental, numa perspetiva da transição para uma sociedade verde (energia verde, transporte verde e agricultura sustentável), com redução de emissão de gases de efeito estufa.

Para além dos objetivos vigentes nos eixos supramencionados, a ASDEPR ainda tenciona desenvolver atividades de cooperação de ação local através da Cooperação Transnacional nas áreas do ambiente, agricultura, turismo, cultura e património e associativismo, salientando-se a cooperação com países terceiros, nomeadamente com Cabo Verde, por ser um País arquipelágico e com o objetivo de fazer desenvolver uma

agricultura sustentável, rentável e criadora de emprego. Ao mesmo tempo, potenciar Cabo Verde como país importador de produtos dos Açores.

Por outro lado, pretende-se desenvolver a **Cooperação Interterritorial** nas áreas atrás mencionadas, bem como nas áreas de empreendedorismo e transição digital.

Na tabela que se segue, são apresentados os eixos, objetivos estratégicos e específicos e as respetivas tipologias PEPAC Açores.

Tabela 69. Eixos, Objetivos Estratégicos e Específicos e as respetivas Tipologias PEPAC Açores

| Eixos | Objetivos Estratégicos | Objetivos Específicos | Tipologia PEPAC Açores |
|---|---|--|---|
| Eixo I - Empregabilidade e Competitividade | 1 -Fomentar o empreendedorismo dos jovens | 1.1 Instalação de empresas por jovens | E.16.1.1 Prémio à Instalação de empresas rurais |
| | 2 -Dinamizar a criação de novas empresas e qualificar as existentes | 2.1 Criação e/ou desenvolvimento de micro e pequenas empresas | E.16.1.2 Apoio à criação e/ou desenvolvimento de empresas em meio rural |
| EIXO II – Serviços Básicos de Apoio à População | 3 - Gerir de Forma sustentável as infraestruturas e serviços de base | 3.1 - Adequação das infraestruturas e serviços de base às necessidades específicas do território | E.16.1.3 Gestão sustentável de infraestruturas e serviços de base |
| | 4-Apoiar a criação ou modernização de respostas sociais para a inclusão social | 4.1 - Criação ou modernização de respostas sociais para a inclusão social | E.16.1.4 Apoio à criação ou modernização de respostas sociais para a inclusão social |
| EIXO III – Património Cultural, Ambiente e Sustentabilidade | 5- Preservar, valorizar e/ou dinamizar o património cultural, ambiente e sustentabilidade | 5.1 - Promover a preservação e valorização do património cultural nas zonas rurais | E.16.1.5 Preservação, valorização e/ou dinamização do património |
| | | 5.2 - Preservar e valorizar o património natural e a sustentabilidade ambiental – Transição para uma Sociedade Verde | E.16.1.6 Transição para uma sociedade verde |
| | 6 - Desenvolver e implementar atividades de cooperação da ação local | 6.1 Cooperação Interterritorial 6.2 Cooperação Transnacional | |

4.3. Relação entre os Objetivos da Estratégia com as Prioridades de Desenvolvimento Rural indicadas no PEPAC de Portugal 2023-2027, na parte referente à RAA

A Região Autónoma dos Açores pretende proporcionar oportunidades de investimento no setor agro-florestal, no âmbito do PEPAC, focados no desenvolvimento tecnológico, na digitalização e na I&D, por formarem e contribuírem para a valorização do produto e respetiva diferenciação.

Deverá apostar-se no desenvolvimento de serviços de gestão e aconselhamento, com vista a promover a qualificação dos intervenientes do setor agroflorestal. A qualificação de recursos humanos e a criação/consolidação de serviços de gestão e aconselhamento revelam-se fulcrais para a melhoria da gestão técnica e económica das explorações.

Ao nível do objetivo 2 - Dinamizar a criação de novas empresas e qualificar as existentes, pretende-se a digitalização das empresas rurais, incentivando a utilização de novas tecnologias no apoio à gestão e melhoria no desenvolvimento de novos produtos e serviços.

4.4. Relação dos Objetivos da Estratégia com os Desafios do LEADER

Os objetivos estratégicos previamente definidos corroboram os desafios do LEADER na medida em que contribuem para a diversificação de atividades e valorização dos recursos endógenos por parte dos jovens (objetivo 1.1) e da criação e/ou desenvolvimento de micro e pequenas empresas (objetivo 2.1), através da digitalização das empresas rurais e da produção de novos produtos e serviços.

Contribuem, igualmente, para a criação de emprego e geração de riqueza nas zonas rurais, potenciando o crescimento socioeconómico destas zonas. Ademais, os investimentos na adequação da oferta de respostas sociais às necessidades específicas do território contribuem para o desenvolvimento e integração social. Incluem-se crianças, jovens, idosos e pessoas desfavorecidas, de forma a serem criadas condições para a fixação de população em zonas rurais e melhoria da qualidade de vida

A bioeconomia e a economia circular poderão ser fulcrais para o desenvolvimento económico sustentável.

O aproveitamento e valorização do património cultural e natural e de recursos endógenos permitirá diversificar produtos e serviços no meio rural, promovendo setores conexos ao setor agrícola e silvícola, como sejam as indústrias culturais e criativas e o turismo.

Constata-se, assim, que todos os objetivos contribuem para o desenvolvimento económico, social e ambiental das zonas rurais do território de intervenção da ASDEPR.

4.5. Coerência e Compatibilidade com as Políticas Locais, Nacionais e Europeias (PEPAC e LEADER)

A EDL foi elaborada em coerência com as políticas locais, nacionais e europeias (PEPAC e LEADER), no que se refere à Estratégia Portugal 2030, bem como com os programas regionais no âmbito das medidas coincidentes com o programa Leader/PEPAC, existindo numa perspetiva de complementaridade e coerência entre as políticas.

✓ Estratégia Portugal 2030

O **Acordo de Parceria Portugal 2030** está alinhado com os objetivos estratégicos e específicos da União Europeia e estrutura-se em torno dos seguintes domínios temáticos.

Portugal + Inteligente apoia o investimento em investigação e inovação, a digitalização (incluindo conectividade digital), a competitividade e internacionalização das empresas, as competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo.

Portugal + Conectado, que planeia redes de transportes estratégicas, baseada numa forte aposta na ferrovia, potenciando a mobilidade de pessoas e bens, bem como a qualificação dos territórios, garantindo a sua atratividade, competitividade e inserção nos mercados nacional e internacional.

Portugal + Próximo, onde é importante a proximidade com os cidadãos, apoiando estratégias de desenvolvimento a nível local, promotoras de coesão social e territorial, e apoiando o desenvolvimento urbano sustentável, baseado no conceito de interligação de redes, centrada nas necessidades das pessoas.

Portugal + Verde orienta para a transição verde, acompanhando a emergência climática e incorporando as metas da descarbonização, da eficiência energética e reforço das energias renováveis, e apoiando a inovação, a economia circular e a mobilidade sustentável.

Portugal + Social promove a melhoria das qualificações da população, a igualdade de acesso aos cuidados de saúde, promovendo o emprego de qualidade, a inclusão social, seguindo as prioridades estabelecidas no Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Finalmente, **Portugal + Transição justa**, onde deseja assegurar que a transição para uma economia sustentável e neutra em carbono se processa de forma justa.

✓ Estratégia Açores 2030

A Estratégia Açores 2030 conta com três estratégias, a Convergência Económica, a Convergência e Desenvolvimento social e a Sustentabilidade Demográfica, e cinco áreas prioritárias, Agricultura e Agroindústria, Mar e Crescimento Azul, Turismo e Património, Espaço e Ciência dos dados e a Saúde. Consequentemente, invoca a seguinte lista de 11 prioridades com os seus subseqüentes objetivos e assistência técnica:

Prioridade: 1A. Competitividade, Investigação, Desenvolvimento e Inovação (FEDER)

RSO1.1. Desenvolver e reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas. Tendo em conta as áreas prioritárias da Agricultura e Agroindústria, Mar e Crescimento Azul, Turismo e Património, Espaço e Ciência dos dados e a Saúde e dos domínios prioritários do Território, recursos e economia circular, do Ambiente e ação climática, da Transformação Digital Economia 4.0 (tecnológica), da Qualidade de vida e desenvolvimento social e de Dinâmicas atlânticas e geoestratégicas.

RSO1.2. Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas, os organismos de investigação e as autoridades públicas

RSO1.3. Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME, bem como a criação de emprego nas PME, inclusive através de investimentos produtivos

Prioridade: 1B. Conetividade Digital (FEDER)

RSO1.5. Reforçar a conectividade digital

Prioridade: 2A. Energia, Ação Climática e Sustentabilidade (FEDER)

RSO2.1. Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa

RSO2.2. Promover as energias renováveis, em conformidade com a Diretiva (UE) 2018/2001 [1], incluindo os critérios de sustentabilidade nela estabelecidos

RSO2.3. Desenvolver sistemas, redes e formas de armazenamento energéticos inteligentes fora da RTE-E

RSO2.4. Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas

RSO2.5. Promover o acesso à água e a gestão sustentável da água

RSO2.6. Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos

RSO2.7. Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição

Prioridade: 2B. Mobilidade Urbana Sustentável (FEDER)

RSO2.8. Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono

Prioridade: 3A. Acessibilidades (FEDER)

RSO3.2. Desenvolver e reforçar uma mobilidade nacional, regional e local sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente e intermodal, inclusive melhorando o acesso à RTE-T e a mobilidade transfronteiriça.

Prioridade: 3R. Alocação específica Regiões Ultraperiféricas

RSO3.2. Desenvolver e reforçar uma mobilidade nacional, regional e local sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente e intermodal, inclusive melhorando o acesso à RTE-T e a mobilidade transfronteiriça.

Prioridade: 4A. Qualificação e Emprego (FEDER e FSE+)

RSO4.1. Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação de todos os candidatos a emprego, em especial os jovens sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, dos desempregados de longa duração e grupos desfavorecidos no mercado de trabalho, e das pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social.

RSO4.2. Melhorar o acesso equitativo a serviços inclusivos e de qualidade na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento de infraestruturas acessíveis, nomeadamente através da promoção da resiliência no que diz respeito à educação e formação à distância e em linha.

ESO4.6. Promover a igualdade de acesso e a conclusão, em especial por parte dos grupos desfavorecidos, de um percurso de educação e formação inclusivo e de qualidade, desde a educação e acolhimento na primeira infância até ao ensino superior, passando pelo ensino e formação gerais e vocacionais, bem como a educação e aprendizagem de adultos, facilitando, nomeadamente, a mobilidade para fins de aprendizagem para todos e a acessibilidade para as pessoas com deficiência.

ESO4.7. Promover a aprendizagem ao longo da vida, em especial através de oportunidades flexíveis de melhoria de competências e de requalificação para todos, tendo em conta as competências nos domínios do empreendedorismo e do digital, antecipar melhor a mudança e as novas exigências em matéria de competências com base nas necessidades do mercado de trabalho, facilitar as transições de carreira e fomentar a mobilidade profissional.

Prioridade: 4B. Saúde e Inclusão Social (FEDER e FSE)

RSO4.3. Promover a inclusão socioeconómica das comunidades marginalizadas, dos agregados familiares com baixos rendimentos e dos grupos desfavorecidos, incluindo as pessoas com necessidades especiais, através de ações integradas, incluindo habitação e serviços sociais

RSO4.5. Garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde, fomentar a resiliência dos sistemas de saúde, inclusive dos cuidados de saúde primários, e promover a transição dos cuidados institucionais para os cuidados centrados na família e de proximidade

RSO4.6. Reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social e na inovação social

ESO4.8. Favorecer a inclusão ativa, com vista a promover a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa, e melhorar a empregabilidade, em particular dos grupos desfavorecidos

ESO4.11. Reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis, incluindo serviços que promovam o acesso a habitação e a cuidados centrados na pessoa, incluindo cuidados de saúde; Modernizar os sistemas de proteção social, inclusive promovendo o acesso à proteção social, com especial ênfase nas crianças e nos grupos desfavorecidos; Melhorar a acessibilidade, inclusive para as pessoas com deficiência, a eficácia e a resiliência dos sistemas de saúde e dos serviços de cuidados continuados

Prioridade: 4C. Combate à privação material (FSE+)

ESO4.13. Combater a privação material

Prioridade: 4D. Apoio ao Jovens (FSE+)

ESO4.1. Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação de todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, dos desempregados de longa duração e grupos desfavorecidos no mercado de trabalho, e das pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social

Prioridade: 5A. Valorização económica e social no território (FEDER)

RSO5.1. Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas

RSO5.2. Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas não urbanas

Tabela 70. Distribuição dos fundos por objetivos estratégicos

| Programas | FEDER Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional | FSE+ Fundo Social Europeu | FC Fundo de Coesão | FTJ Fundo de Transição Justa | FEAMPA Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aqüicultura | TOTAL (M€) | Peso (%) |
|------------------------------|---|---------------------------------|-----------------------|------------------------------------|---|---------------|-------------|
| Portugal + Inteligente (OP1) | 5.261 | | | | | 5.261 | 23% |
| Portugal + Verde (OP2) | 3.492 | | 1.633 | | 341 | 5.466 | 24% |
| Portugal + Conectado (OP3) | 433 | | 1.394 | | | 1.827 | 8% |
| Portugal + Social (OP4) | 493 | 7.502 | | | | 7.995 | 35% |
| Portugal + Próximo (OP5) | 1.526 | | | | 34 | 1.560 | 7% |
| FTJ | | | | 224 | | 224 | 1% |
| Assistência Técnica | 291 | 275 | 78 | | 18 | 662 | 3% |
| Total (M€) | 11.497 | 7.777 | 3.105 | 224 | 393 | 22.995 | 100% |
| (%) | 50% | 33,8% | 13,5% | 1% | 1,7% | 100% | |

Tabela 71. Distribuição dos fundos por programas

| Programas | FEDER Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional | FSE+ Fundo Social Europeu | FC Fundo de Coesão | FTJ Fundo de Transição Justa | FEAMPA Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aqüicultura | TOTAL (M€) | Peso (%) |
|--|---|---------------------------------|-----------------------|------------------------------------|---|---------------|--------------|
| Programas Temáticos | 3.505 | 6.091 | 3.105 | | 393 | 13.094 | 56,9% |
| COMPETE 2030 | 3.505 | 400 | | | | 3.905 | |
| Sustentável 2030 | | | 3.105 | | | 3.105 | |
| Pessoas 2030 | | 5.691 | | | | 5.691 | |
| Mar 2030. | | | | | 393 | 393 | |
| Programas Regionais do Continente | 6.702 | 907 | | 224 | | 7.833 | 34,1% |
| Norte 2030 | 2.973 | 362 | | 60 | | 3.395 | |
| Centro 2030 | 1.867 | 240 | | 65 | | 2.172 | |
| Alentejo 2030 | 876 | 130 | | 99 | | 1.104 | |
| Lisboa 2030 | 318 | 63 | | | | 381 | |
| Algarve 2030 | 668 | 112 | | | | 780 | |
| Programas Regionais das Regiões Autónomas | 1.121 | 779 | | | | 1.900 | 8,3% |
| Açores 2030 | 680 | 460 | | | | 1.140 | 5,0% |
| Madeira 2030 | 441 | 319 | | | | 760 | |
| Assistência Técnica 2030 | 168 | | | | | 168 | 0,7% |
| Total (M€) | 11.497 | 7.777 | 3.105 | 224 | 393 | 22.995 | 100% |
| (%) | 50,0% | 33,8% | 13,5% | 1,0% | 1,7% | 100% | |

Tabela 72. Distribuição dos montantes do Portugal 2030 por programas e objetivos estratégicos

| Programas | OP1 | OP2 | OP3 | OP4 | OP5 | FTJ – Fundo de Transição Justa | AT – Assistência Técnica | TOTAL (M€) | Peso (%) |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------------------------|--------------------------|---------------|--------------|
| Programas Temáticos | 2.567 | 2.789 | 1.394 | 6.001 | 34 | | 308 | 13.094 | 56,9% |
| COMPETE 2030 | 2.567 | 815 | | 400 | | | 123 | 3.905 | |
| Sustentável 2030 | | 1.633 | 1.394 | | | | 78 | 3.105 | |
| Pessoas 2030 | | | | 5.601 | | | 90 | 5.691 | |
| Mar 2030. | | 341 | | | 34 | | 18 | 393 | |
| Programas Regionais do Continente | 2.259 | 2.354 | 280 | 1.080 | 1.479 | 224 | 156 | 7.833 | 34,1% |
| Norte 2030 | 1.000 | 913 | 95 | 501 | 765 | 60 | 61 | 3.395 | |
| Centro 2030 | 629 | 663 | 105 | 266 | 400 | 65 | 44 | 2.172 | |
| Alentejo 2030 | 234 | 315 | 81 | 144 | 213 | 99 | 19 | 1.104 | |
| Lisboa 2030 | 170 | 95 | | 56 | 47 | | 12 | 381 | |
| Algarve 2030 | 225 | 368 | | 114 | 72 | | 35 | 780 | |
| Programas Regionais das Regiões Autónomas | 468 | 316 | 191 | 848 | 36 | | 41 | 1.899 | 8,3% |
| Açores 2030 | 249 | 194 | 127 | 530 | 16 | | 23 | 1.140 | 5% |
| Madeira 2030 | 219 | 121 | 64 | 317 | 20 | | 18 | 760 | |
| Assistência Técnica 2030 | | | | | | | 169 | 169 | 0,7% |
| Total M€ | 5.305 | 5.378 | 1.944 | 7.883 | 1.567 | 224 | 691 | 22.995 | 100% |

Tabela 73. Outros financiamentos europeus relevantes

| Acordo de Parceria 2021-2027 | InvestEU | CEF | Horizonte Europa | Digital Europe | Programa Especial da UE | PARE/IAT | Single Market Program | Erasmus + | Programa Saúde | FAMI | Programa LIFE | PEPAC | IPCEI |
|---------------------------------|----------|-----|------------------|----------------|-------------------------|----------|-----------------------|-----------|----------------|------|---------------|-------|-------|
| Um Portugal + inteligente (OP1) | | | | | | | | | | | | | |
| Um Portugal + verde (OP2) | | | | | | | | | | | | | |
| Um Portugal + conectado (OP3) | | | | | | | | | | | | | |
| Um Portugal + social (OP4) | | | | | | | | | | | | | |
| Um Portugal + próximo (OP5) | | | | | | | | | | | | | |

✓ PO Açores 2030

Complementaridade entre o Programa PEPAC (Medida E.16) e o PO AÇORES 2030

As estratégias nacional e regional enfatizam o Princípio da Subsidiariedade, segundo o qual as decisões em concreto deverão ser tomadas pelo nível de Poder mais indicado para garantir a máxima eficácia em concreto dessa mesma decisão, existindo competências que, por proximidade, podem ser mais eficazes ao nível dos municípios e organismos locais, designadamente a área social que, por proximidade e pelo conhecimento da realidade local, poderá ser mais eficaz.

Considerando as ações elegíveis para financiamento através da Abordagem LEADER (PEPAC - Medida E.16) e outras ações a ser implementadas pelos GAL no âmbito das estratégias de desenvolvimento local, procedeu-se à análise dos objetivos temáticos (OT) e prioridades de investimento do AÇORES 2030 relevantes no âmbito da promoção do desenvolvimento local e apoio à população local, numa ótica de complementaridade (e não duplicação de fundos).

No âmbito do AÇORES 2030 existem medidas de apoio à criação de novas empresas e desenvolvimento de existentes, tal como se sobrepõe na abordagem Leader (PEPAC – Medida E.16), pelo que há que ter em conta a complementaridade com as medidas de apoio “Jovem Investidor”, “Pequenos Negócios” e “Base Económica Local”.

Complementaridade do Programa PEPAC (Medida E.16) e os Apoios ao Artesanato

Os artesãos podem recorrer aos apoios no âmbito do SIDART – Sistema de Incentivos ao Desenvolvimento do Artesanato dos Açores, o qual tem como objetivos promover o desenvolvimento sustentável da atividade artesanal no âmbito da economia regional, dignificar a carreira profissional do artesão e valorizar o património cultural da Região. São suscetíveis de apoio os projetos nos seguintes domínios: formação; projetos de dinamização do setor artesanal, tais como participação em Feiras ou exposições; projetos de investimento em unidades produtivas artesanais; e projetos de qualificação e inovação do produto artesanal.

O PEPAC apoia o desenvolvimento do artesanato, como atividade económica não agrícola, bem como tendo em conta o interesse na preservação das culturas e tradições locais, deste modo, poderão ser apoiados os artesãos devidamente reconhecidos pelo Centro Regional de Apoio ao Artesanato.

Complementaridade do programa PEPAC (Medida E.16) e o Código da Ação Social dos Açores

O sistema de ação social na Região Autónoma dos Açores rege-se pela proximidade aos indivíduos, famílias e grupos, pela sua qualificação e integração na comunidade, pela contratualização e responsabilização, pela modelação não cumulativa das ações de intervenção social, pela desburocratização e eficiência, pela valorização de parcerias e pelo estímulo ao voluntariado social.

O Decreto Legislativo Regional n.º 16/2012/A, de 4 de abril aprova o Código da Ação Social dos Açores (CASA), incluindo a definição de critérios de elaboração de contratos de cooperação com as IPSS e outras instituições sem fins lucrativos.

Os contratos de cooperação podem ser de três tipologias, conforme o seu objeto:

- /// **Contrato de Cooperação - valor cliente:** apoios à prestação de serviços no âmbito de uma determinada resposta social, assegurada pelas instituições a um conjunto de clientes, através de um serviço ou equipamento de apoio social;
- /// **Contrato de Cooperação - valor investimento:** apoio à construção, aquisição, adaptação, melhoramento, remodelação ou apetrechamento de bens móveis e imóveis, com a finalidade última da instituição prestar, por si ou em parceria com outra instituição ou entidade pública ou privada, serviços a clientes no âmbito de uma determinada resposta social;
- /// **Contrato de Cooperação - valor eventual:** apoio a necessidades específicas das instituições, conexas com a respetiva resposta social, que revistam caráter excecional, imprevisível e urgente, não suscetíveis de enquadramento noutros contratos de cooperação.

Poderá existir uma sobreposição de apoios no âmbito do desenvolvimento de projetos por entidades de caráter social, pelo que o Programa LEADER PEPAC-Açores deve seguir uma estratégia de complementaridade, apoiando pequenos projetos de caráter social para crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência e público desfavorecido, tendo em conta as necessidades que forem devidamente identificadas pelas entidades competentes. Deste modo, poderão ser apoiados projetos que envolvam aquisição de equipamentos, viaturas e obras de remodelação / beneficiação de edifícios, sempre de acordo com a estratégia de desenvolvimento local do território de intervenção.

Complementaridade do programa PEPAC (Medida E.16) e os Apoios às Atividades Culturais

O Regime Jurídico de Apoios a Atividades Culturais (RJAAC), foi criado pelo Decreto Legislativo Regional nº 29/2006/A, de 8 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional nº 9/2014/A, de 3 de julho. Os apoios destinam-se aos agentes, individuais ou coletivos, regionais, nacionais ou estrangeiros, que desenvolvam atividades culturais consideradas de relevante interesse para a Região, nomeadamente:

- /// Projetos culturais, assentes em programas ou iniciativas anuais ou bianuais, com interesse relevante para a preservação, valorização, promoção e divulgação cultural da Região, nas áreas artísticas de:
 - ✓ Audiovisual e multimédia: produção nas áreas de cinema, vídeo e multimédia;
 - ✓ Artes performativas: música, dança, teatro, expressões artísticas tradicionais;
 - ✓ Artes visuais: pintura, escultura, desenho, gravura, ilustração, fotografia;
 - ✓ Património cultural: estudos, divulgação, promoção;
 - ✓ Outros eventos: realização de colóquios, seminários, feiras, festivais, *workshops*;
 - ✓ Programas interdisciplinares.
- /// Aquisição, remodelação, beneficiação, ampliação ou construção de infraestruturas destinadas a atividades culturais;
- /// Aquisição de instrumentos musicais e respetivo material consumível, conservação, manutenção e reparação de instrumentos musicais, aquisição de fardamento, aquisição e recuperação de trajes e de repertório por coletividades, destinados à realização de projetos culturais;

/// Custos de edição de obras culturais.

As modalidades de apoio são contratos de cooperação técnica e financeira, contratos de financiamento, Protocolos, subsídios e bolsas de estudo, de formação e de criação.

Por outro lado, o Programa Regional de Apoio às Sociedades Recreativas e Filarmónicas da Região Autónoma dos Açores (SOREFIL), criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 3/2014/A de 14 de fevereiro de 2014, visa apoiar a atividade das bandas musicais das sociedades recreativas e filarmónicas, regulamentado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 22/2014/A de 12 de dezembro de 2014.

Os apoios são concedidos através de contratos de financiamento para a aquisição de instrumentos musicais, fardamento utilizado, aquisição de repertório e apoio à conservação, manutenção e reparação de instrumentos musicais.

Deste modo, considerando a política de apoio às atividades culturais nos Açores, o PEPAC poderá ser um complemento no apoio a projetos de preservação e recuperação de práticas e tradições culturais (ex: recuperação de património edificado; preservação do património cultural; aquisição de vestuário e instrumentos musicais por filarmónicas, grupos folclóricos e/ou de cantares tradicionais).

Complementaridade do Programa PEPAC (Medida E.16) e o PROENERGIA e SOLENERGE

Considerando a preocupação pela eficiência energética e aproveitamento dos recursos naturais e endógenos, nos Açores existe o programa PROENERGIA, criado pelo Decreto Legislativo Regional nº 27/2012/A, de 22 de junho, que estabelece o sistema de incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis da Região Autónoma dos Açores. Apoia projetos que envolvam investimentos na exploração de recursos energéticos renováveis, para microprodução de energia elétrica ou calorífica, utilizando recursos endógenos; e investimentos na utilização do recurso solar térmico e bombas de calor para produção de águas quentes. Os promotores devem ser PME, cooperativas, IPSS, associações sem fins lucrativos, pessoas singulares e condomínios.

O investimento mínimo tem de ser de 1.000 euros, sendo consideradas despesas elegíveis a aquisição e montagem dos equipamentos essenciais à realização do projeto e a adaptação de instalações, incluindo a adaptação ao cumprimento de normas ambientais e de segurança, até um limite de 10 % do investimento elegível. Quando exista sistema de certificação aplicável, apenas são elegíveis despesas incorridas com a aquisição e montagem de equipamentos certificados e instalados por técnico qualificado.

O incentivo não reembolsável mínimo é de 25% e, conforme o projeto, o máximo do incentivo varia entre 1.500 e 4.000 euros por fogo ou estabelecimento.

Por outro lado, o incentivo SOLENERGE no âmbito do PRR, em vigor até 2026, abrange apoios a famílias e empresas no âmbito da instalação de unidades de produção de eletricidade a partir do fotovoltaico, de pequena dimensão.

Assim o Leader/ PEPAC, deverá ser um programa complementar ao PROENERGIA e SOLENERGE, no apoio a pequenos projetos de eficiência energética, em sistema de aquecimento de águas quentes e sistema de microprodução energética.

4.6. Impacto Esperado da Estratégia, Metas e Indicadores

A EDL visa um conjunto de objetivos no âmbito desenvolvimento socioeconómico sustentável, com criação de riqueza, criação de emprego e da integração social. Deste modo, apresenta-se um conjunto de indicadores de resultado e de realização:

Tabela 74. Metas e indicadores de resultado dos OE

| Objetivos Estratégicos | Tipologia Ações | Indicadores | | Meta 2027 | LEADER - PEPAC |
|--|--|-------------|---|--|--|
| | | Tipologia | Descrição | | |
| 1 - Fomentar o empreendedorismo dos jovens | 1.1 Instalação de empresas por jovens | Realização | Nº projetos | 5 | E.16.1.1.1 Prémio à Instalação de empresas rurais |
| | | Resultado | Novas atividades (diversificação) | 5 | |
| | | Resultado | Nº de empregos criados | 5 | |
| | | Resultado | Por género | F-3; M-2 | |
| | | Resultado | 1º emprego | 3 | |
| | | Resultado | Novas empresas criadas por desempregados | 2 | |
| | | Realização | Volume de Investimento | 90.000,00 € | |
| 2 - Dinamizar a criação de novas empresas e qualificar as existentes | 2.1 Criação e/ou desenvolvimento de micro e pequenas empresas | Realização | Nº iniciativas empresariais | 15 | E.16.1.2 Apoio à criação e/ou desenvolvimento de empresas em meio rural |
| | | Realização | Novas Empresas /empresas existentes | Novas - 8 Existentes - 7 | |
| | | Resultado | Atividades existentes / Produtos Inovadores | Novos produtos - 8 Produtos/atividades existentes - 7 | |
| | | Resultado | Nº de empregos criados | 13 | |
| | | Realização | Volume de Investimento | 1.500.000,00 € | |
| | | Realização | Nº projetos apoiados | 15 | |
| | | Resultado | Projetos que incluem eficiência energética | 3 | |
| 3 - Gerir de Forma sustentável as infraestruturas e serviços de base | 3.1 - Adequação das infraestruturas e serviços de base às necessidades específicas do território | Resultado | Projetos que incluem TIC | 1 | E.16.1.3 Gestão sustentável de infraestruturas e serviços de base |
| | | Resultado | Infraestruturas de lazer | 6 | |
| | | Resultado | Infraestruturas apoio pessoas/ empresas | 5 | |
| | | Resultado | Nº de empregos criados | 2 | |
| | | Resultado | População beneficiada do TI | 90% | |
| | | Realização | Volume de Investimento | 851.670,44 € | |

| Objetivos Estratégicos | Tipologia Ações | Indicadores | | Meta 2027 | LEADER - PEPAC | |
|--|---|--|---|---|---|---|
| | | Tipologia | Descrição | | | |
| 4-Apoiar a criação ou modernização de respostas sociais para a inclusão social | 4.1 - Criação ou modernização de respostas sociais para a inclusão social | Realização | Nº projetos apoiados | 15 | E.16.1.4 Apoio à criação ou modernização de respostas sociais para a inclusão social | |
| | | Resultado | Nº de empregos criados | 1 | | |
| | | Resultado | Projetos destinado a Crianças e Jovens | 10 | | |
| | | Resultado | Projetos destinado a Idosos | 5 | | |
| | | Resultado | População abrangida | 90% | | |
| | | Realização | Volume de Investimento | 620.000,00 € | | |
| | 5- Preservar, valorizar e/ou dinamizar o património cultural, ambiente e sustentabilidade | 5.1 - Promover a preservação e valorização do património cultural nas zonas rurais | Realização | Nº projetos apoiados | 8 | E.16.1.5 Preservação, valorização e/ou dinamização do património |
| | | | Resultado | Recuperação Património Arquitetónico Tradicional | 2 | |
| | | | Resultado | Projetos de Recuperação e preservação de práticas e tradições culturais | 6 | |
| | | | Resultado | Nº de empregos criados | 0 | |
| Resultado | | | por género | F-0 M-0 | | |
| | | Realização | Volume de Investimento | 150.000,00 € | | |
| 5.2 - Preservar e valorizar o património natural e a sustentabilidade ambiental – Transição para uma Sociedade Verde | | Realização | Nº projetos apoiados | 2 | E.16.1.6 Transição para uma sociedade verde | |
| | | Resultado | Projetos de Sensibilização Ambiental | 1 | | |
| | | Resultado | Projetos de Economia Circular | 1 | | |
| | | Resultado | Projetos de Desenvolvimento eficiência energética | 1 | | |
| | Resultado | Nº de empregos criados | 0 | | | |
| 6 - Desenvolver e implementar atividades de cooperação da ação local | 6.1 Cooperação Interterritorial | Realização | Volume de Investimento | 150.000,00 € | Cooperação | |
| | | Realização | Nº projetos apoiados | 2 | | |
| | | Resultado | Projetos fora do Território de Intervenção | 2 | | |
| | | Realização | Nº projetos apoiados | 1 | | |
| | | Resultado | Nº de países de cooperação | 2 | | |
| | | Realização | Volume de Investimento | 189.524,22 € | | |

4.7. Impacto dos Objetivos da Estratégia

A EDL tem impacto ao nível do desenvolvimento socioeconómico sustentável, com criação de riqueza, criação de emprego e de integração social, no âmbito do território de intervenção.

Deste modo, pretende-se um crescimento económico, considerando os seguintes indicadores:

- /// Emprego Criado
- /// Número de novas empresas
- /// Diversificação das atividades
- /// Novas infraestruturas de apoio básico à população
- /// Criação de novos espaços verdes e zonas de lazer
- /// Valorização do património cultural
- /// Preservação do meio ambiente
- /// Incremento da utilização de energias renováveis
- /// Atividades de economia circular

Desta forma, a EDL encontra-se estruturada em três eixos estratégicos:

Eixo I - Empregabilidade e Competitividade

Eixo II - Serviços básicos de apoio à população (incluindo respostas sociais para a inclusão social)

Eixo III - Património cultural, ambiente e sustentabilidade

Os três eixos estratégicos de forma integrada têm impactos no desenvolvimento económico das zonas rurais, com geração de riqueza, tornando a sociedade mais coesa e inclusiva, combatendo a pobreza e a exclusão social. No âmbito da promoção de uma sociedade coesa e inclusiva, pretende-se um reforço da rede de equipamentos e serviços de proximidade, especialmente de carácter social, com criação de melhores condições para a fixação da população, nomeadamente de casais jovens, bem como de serviços de apoio à população, nomeadamente de crianças, jovens e idosos.

Neste âmbito, há que adequar a oferta de respostas sociais existentes às necessidades específicas do território. O incentivo ao investimento em equipamentos e serviços de apoio à comunidade local torna-se essencial para a promoção da integração social dos principais grupos vulneráveis, como sejam crianças, jovens, deficientes e idosos.

Assim, os serviços de animação cultural e recreativa de base local desempenham um papel fundamental na dinamização das comunidades rurais, como promotores da melhoria da qualidade de vida e bem-estar social, pelo que se torna fundamental o apoio público para o desenvolvimento das atividades das Instituições Particulares de Solidariedade Social e das Autarquias Locais, através da promoção do acesso da população rural aos serviços e infraestruturas de apoio.

No âmbito da empregabilidade e competitividade das empresas locais, o impacto no âmbito da economia rural, de fomento do empreendedorismo jovem e a criação de novas empresas e diversificação da atividade

empresarial, com criação de emprego e de novas empresas, sobretudo através da capitalização de recursos endógenos, naturais e culturais, como vetores de geração de emprego e riqueza, nomeadamente no que se refere às novas tecnologias e digitalização das empresas rurais, bioeconomia e economia circular, bem como o aproveitamento de energias renováveis.

Criação de condições de atração e fixação dos jovens casais nas zonas rurais, com criação de empresas sustentáveis no meio rural, com criação de riqueza e combate à exclusão social, sem descuidar a igualdade de género com uma maior participação das mulheres na economia rural.

Por outro lado, a aposta na diversificação da atividade empresarial e criação de novas atividades e serviços de apoio à população.

Aumento da utilização e recurso às novas tecnologias da informação e comunicação, aliado à transição digital no desenvolvimento das zonas rurais; promover os setores conexos ao setor agrícola e silvícola, tais como o turismo e as indústrias culturais e criativas, de forma a contribuírem para o desenvolvimento económico, social e ambiental e a transição inteligente do meio rural.

Preservação e valorização do património natural e cultural, refletindo-se nas paisagens naturais e culturais únicas, no património arquitetónico e nas suas tradições e manifestações culturais, com potencialidades de iniciativas inovadoras.

Criação de novas empresas orientadas para o aproveitamento dos recursos endógenos, como seja a bioeconomia e a economia circular, a produção de energias renováveis, aliada à transição energética, com a diversificação de atividades para o desenvolvimento de novos produtos e serviços, contribuindo para um desenvolvimento económico sustentável.

5. Processo de Participação e Dinamização na Conceção e Elaboração da EDL

Na elaboração da presente Estratégia de Desenvolvimento Local procedeu-se à recolha de informação qualitativa, auscultando-se os associados da ASDEPR, bem como diversos *stakeholders*, tais como Municípios, Freguesias, associações e ainda outros agentes locais, de modo a caracterizar-se os constrangimentos e potencialidades dos diferentes concelhos que constituem o território de intervenção da ASDEPR.

5.1. Envolvimento de Entidades Parceiras

Aquando da elaboração da Estratégia de Desenvolvimento Local, foram auscultadas as diversas entidades parceiras da ASDEPR. Assim, foram realizadas entrevistas direcionadas com as Câmaras Municipais e envolvidos os restantes parceiros em *focus group* promovidos em todos os concelhos

A ASDEPR conta atualmente com 27 entidades parceiras associadas, das quais 5 entidades públicas (19%) e 22 privadas (81%), abrangendo todos os cinco concelhos do seu território de intervenção, na ilha de São Miguel.

No período 2007-2013, a ASDEPR contou com 19 parceiros e 22 parceiros no período 2014-2020. Nestes períodos, a ASDEPR contou com parceiros de diversos setores de atividade, desde a Administração Pública; Agricultura; Saúde e Apoio Social; Comércio e Indústria; Administrativa e Serviços. Atualmente abrange, ainda, os setores da Pesca; Formação; Turismo; Atividades Recreativas e Desporto, como se pode verificar na tabela seguinte:

Tabela 75. Entidades Parceiras da ASDEPR

| Nº Atual | Entidade Parceira | Sede Social (concelho) | Setor de Atividade | | Período de Programação LEADER | | | |
|----------|---|------------------------|--|---------|-------------------------------|-----------|-----------|-----------|
| | | | Atividade | Público | Privado | 2007-2013 | 2014-2020 | 2023-2027 |
| 1 | Município de Lagoa | Lagoa | Administração Pública | x | | x | x | x |
| 2 | Município de Vila Franca do Campo | Vila Franca do Campo | Administração Pública | x | | x | x | x |
| 3 | Município de Povoação | Povoação | Administração Pública | x | | x | x | x |
| 4 | Município de Nordeste | Nordeste | Administração Pública | x | | x | x | x |
| 5 | Município de Ribeira Grande | Ribeira Grande | Administração Pública | x | | x | x | x |
| 6 | Associação Agrícola de São Miguel | Ribeira Grande | Agricultura; Administrativa e Serviços | | x | | x | x |
| 7 | Centro Social e Cultural da Atalhada | Lagoa | Apoio Social e Cultura | | x | | x | x |
| 8 | Santa Casa da Misericórdia de Santo António de Lagoa - Açores | Lagoa | Saúde e Apoio Social | | x | | x | x |
| 9 | Casa do Povo de Vila Franca do Campo | Vila Franca do Campo | Saúde e Apoio Social | | x | | x | x |
| 10 | Casa do Povo de Ponta Garça | Vila Franca do Campo | Saúde e Apoio Social | | x | | x | x |
| 11 | Casa do Povo de Furnas | Povoação | Saúde e Apoio Social | | x | | x | x |
| 12 | Casa do Povo de Lomba da Fazenda | Nordeste | Saúde, Apoio Social e Cultura (Grupo Folclórico Imaculada Conceição) | | x | | x | x |
| 13 | Casa do Povo de Achada/Santana | Nordeste | Saúde e Apoio Social | | x | | x | x |
| 14 | Casa do Povo de Pico da Pedra | Ribeira Grande | Saúde e Apoio Social | | x | | x | x |
| 15 | C.A.S.A. - Centro de Apoio e Acolhimento | Ribeira Grande | Apoio Social | | x | | x | x |
| 16 | Cooperativa Celeiro da Terra | Povoação | Comércio e Indústria | | x | | x | x |
| 17 | Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo | Vila Franca do Campo | Saúde e apoio social | | x | | x | x |
| ... | Associação de Jovens de Nordeste "Ser Diferente" | Nordeste | Apoio Social e Cultura | | x | | x | |
| ... | Centro Socio-Cultural Padre Francisco Jacinto Amaral | Nordeste | Apoio Social e Cultura | | x | | x | |
| 18 | A Ponte Norte - Cooperativa de Ensino e Desenvolvimento da Ribeira Grande | Ribeira Grande | Formação (Escola Profissional da Ribeira Grande) | | x | | x | x |
| 19 | Irmandade de São Pedro Gonçalves - Padroeiro dos Homens do Mar | Vila Franca do Campo | Pescas e Cultura | | x | | x | x |
| - | NELAG – Núcleo de Empresários de Lagoa | Lagoa | Outras Atividades de Serviços | | x | | x | |
| 20 | Cooperativa de Economia Solidária de Pescadores de Ribeira Quente | Povoação | Artesanato, Pesca, Comércio, Atividades Recreativas | | x | | | x |
| 21 | Clube Naval de Vila Franca do Campo | Vila Franca do Campo | Desporto, Turismo | | x | | | x |

| Nº Atual | Entidade Parceira | Sede Social (concelho) | Setor de Atividade | | Período de Programação LEADER | | | | |
|--------------|--|------------------------|---|---------|-------------------------------|------------|-----------|-----------|-----------|
| | | | Atividade | Público | Privado | 2007-2013 | 2014-2020 | 2023-2027 | |
| 22 | Clube Pesca Desportiva de Lagoa | Lagoa | Pesca, Turismo e Desporto | | x | | | x | |
| 23 | Associação de Pescadores de Lagoa Açores - Bom Porto | Lagoa | Pesca e Atividades Administrativas e Serviços | | x | | | x | |
| 24 | Clube Naval de Rabo de Peixe | Ribeira Grande | Desporto, Formação, Apoio Administrativo e Serviços | | x | | | x | |
| 25 | Clube Naval da Povoação | Povoação | Desporto, Formação | | x | | | x | |
| 26 | APRAP - Associação de Pescas de Rabo de Peixe | Ribeira Grande | Pesca, Turismo e Apoio Administrativo e Serviços | | x | | | x | |
| 27 | Santa Casa da Misericórdia de Nordeste | Nordeste | Saúde e Apoio Social | | x | | | x | |
| Total | | | | | 5 | 22 | 19 | 22 | 27 |
| | | | | | 19% | 81% | | | |

“...” - Associados desistentes

Como se pode verificar, a ASDEPR dispõe de uma parceria alargada em termos de cobertura do território de intervenção, dispondo de parceiros diversificados, contando com todos os cinco municípios do território de intervenção (sócios fundadores), bem como de entidades privadas de diferentes setores de atividade de todos os concelhos.

Relativamente ao setor privado, os associados da ASDEPR cobrem a grande maioria dos setores de atividade constantes da Orientação n.º 1/2023, nomeadamente artesanato, turismo, pescas, agricultura, saúde e apoio social, educação e formação, indústria, desporto, espetáculos artístico e recreativo, cultura, tendo vindo a alargar o seu âmbito de atividades da parceria, bem como aumentado o número de associados.

Com este envolvimento dos parceiros, pretendeu-se conhecer as potencialidades e constrangimentos de cada um dos concelhos, assim como as possíveis linhas de atuação para o próximo quadro comunitário de apoio, com vista a dar uma resposta adequada às diferentes necessidades do território de intervenção. Esta contribuição dos parceiros, ao longo de todo o processo de conceção da EDL, permitiu definir uma estratégia alinhada com as reais pretensões dos Municípios para os seus territórios e população.

5.2. Participação dos Cidadãos e Outros Agentes Locais

No que se refere à participação dos cidadãos e outros agentes locais no território de intervenção da ASDEPR, foram realizados *focus group* em cada um dos concelhos, nomeadamente Lagoa, Nordeste, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo, sendo que, ao todo, foram auscultadas 49 entidades, das quais 43% correspondem a entidades públicas, 55% a entidades privadas e 2% à população em geral.

A realização dos *focus group* teve por base um guião previamente estruturado, com questões que visaram conhecer a opinião dos *stakeholders* relativamente ao concelho, nomeadamente a sua caracterização no que concerne à atividade económica e possibilidades de investimento, respostas sociais, informação turística e turismo, património (edificado, natural e cultural), sensibilização ambiental e potencialidades e constrangimentos de cada um dos territórios envolvidos.

5.3. Plano de Divulgação

Para uma melhor aplicação e adesão ao programa Leader do PEPAC-AÇORES 2023-2027, por parte de todo o território de intervenção, prevê-se a realização de diversas ações de animação e promoção, nomeadamente:

- /// Realização de sessões de informação e divulgação em todos os concelhos, por forma a dinamizar as potencialidades de cada localidade;
- /// Manutenção de técnicos nos concelhos mais distantes da sede, nomeadamente Povoação e Nordeste, que permita uma maior proximidade com as populações destes concelhos no apoio à apresentação de candidaturas, execução e acompanhamento dos projetos;
- /// Adequada publicitação dos avisos à apresentação das candidaturas, garantido a sua informação a todos os potenciais promotores;
- /// Utilização de material informativo (cartazes, brochuras e desdobráveis) que serão disponibilizados em estabelecimentos públicos, bem como em sessões de esclarecimento e outras ações de divulgação;

/// Publicação no website da ASDEPR de toda a informação disponível do território: potencialidades, produtos e serviços locais, informações à população, etc.

Tal como referido anteriormente, serão realizadas ações de promoção e divulgação da EDL no território de intervenção devidamente publicitadas através dos meios de comunicação social, bem como no website da ASDEPR.

Os avisos de abertura de candidaturas serão publicitados nos meios de comunicação oficiais, nomeadamente no website da ASDEPR e do PEPAC.

Por sua vez, os resultados da execução da EDL deverão ser publicitados nos meios de comunicação social e no Website da ASDEPR, podendo ainda ser realizadas feiras e exposições, para promoção dos projetos, dos produtos e culturas locais.

5.4. Modelo de Avaliação da EDL

A ASDEPR assegurará a realização da avaliação da execução da EDL, no decorrer da execução do Leader PEPAC Açores 2023-2027. Pretende-se envolver os promotores dos projetos na avaliação, através da recolha de informações relacionados com o cumprimento dos objetivos do pedido de apoio (ex: taxas de execução financeira, número de postos de trabalho criados, etc.).

Poderá ser desenvolvido um modelo de avaliação, que contemple a autoavaliação e a avaliação externa, dada a importância de avaliar o grau de correção e eficácia com que o GAL desenvolve a sua atividade, bem como o desempenho dos promotores na execução dos seus projetos.

No que se refere à autoavaliação, serão consideradas as seguintes vertentes:

- /// Cumprimento dos objetivos: verificação do nível de execução financeira e física, criação de postos de trabalho, etc.
- /// Enquadramento dos projetos na EDL;
- /// Adequação do acompanhamento aos promotores e projetos;
- /// Qualidade da divulgação do Programa no território de intervenção.

Para a avaliação externa recorrer-se-á a uma entidade externa que efetuará um estudo de avaliação sobre a atividade da ASDEPR, o cumprimento e a adequação da execução do programa e do seu impacto no território de intervenção.

Por outro lado, poderão ainda ser realizados inquéritos à população e entidades locais a nível do contributo do programa para o desenvolvimento local e para a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

A ASDEPR estará também disponível para colaborar em estudos de avaliação a levar a cabo pela Autoridade de Gestão.

6. Execução e Acompanhamento da EDL

6.1. Plano de Ação

6.1.1. Linhas de Atuação e Relação com os Desafios LEADER

As ações a desenvolver vêm de encontro aos desafios do LEADER, contribuindo para a diversificação de atividades e valorização dos recursos endógenos, através da instalação de jovens e da criação e/ou desenvolvimento de micro e pequenas empresas, com investimentos na produção de novos produtos e serviços, bem como na digitalização das empresas rurais.

Por outro lado, os objetivos estratégicos contribuem para a criação de emprego e geração de riqueza, contribuindo para o crescimento socioeconómico das zonas rurais da RAA.

O apoio a investimentos na adequação da oferta de respostas sociais existentes às necessidades específicas do território, vem contribuir para o desenvolvimento e integração social, como apoio a crianças, jovens, idosos e pessoas desfavorecidas, criando condições para a melhoria da qualidade de vida, bem como a fixação de população em zonas rurais, nomeadamente de casais jovens.

Pretende-se um desenvolvimento económico de forma sustentável, incluindo a bioeconomia e a economia circular.

O aproveitamento e valorização dos recursos endógenos, bem como do património cultural e natural, vem permitir a diversificação de produtos e serviços no meio rural, com a promoção dos setores conexos ao setor agrícola e silvícola, tais como o turismo e as indústrias culturais e criativas.

Desta forma, os objetivos contribuem para o desenvolvimento económico, social e ambiental das zonas rurais do território de intervenção.

6.1.2. Sinergias e Complementaridade com Outros Planos Setoriais Regionais

Como já referido anteriormente, nos programas e políticas regionais existem medidas coincidentes com o programa Leader/PEPAC, pelo que se entende existir numa perspetiva de complementaridade e coerência entre as políticas, nomeadamente complementaridade entre o programa Leader PEPAC (Medida E.16) e os programas:

- /// AÇORES 2030
- /// Apoios ao Artesanato
- /// Ação Social dos Açores
- /// Apoios às Atividades Culturais
- /// PROENERGIA e SOLENERGE

6.1.3. Tipologias de Projetos e Potenciais Beneficiários

Eixo I - Empregabilidade e Competitividade

1- Fomentar o empreendedorismo dos jovens

1.1 - Instalação de empresas por jovens

Atribuição de prémio no montante de 18.000 €, sujeito à apresentação de um plano de negócios de 3 anos, cujo pagamento seria efetuado em 3 frações anuais (1º ano - 10.000 €; 2º ano – 5.000 € e 3º ano – 3.000 €)

Beneficiários:

- /// Jovens com idade igual ou inferior a 40 anos (com escolaridade mínima obrigatória)
- /// Desempregados de longa duração (período superior a 12 meses)
- /// Pessoas coletivas, cujo(s) sócio (s) cumpram os requisitos supramencionados

2 - Dinamizar a criação de novas empresas e qualificar as existentes

2.1 - Criação e/ou desenvolvimento de micro e pequenas empresas

Criação de novas empresas e desenvolvimento de empresas existentes, com intuito da diversificação das atividades não agrícolas, aproveitamento de recursos endógenos e a transição digital nas empresas rurais. Com ou sem criação de emprego (excluindo o próprio emprego).

Beneficiários:

- /// PME a criar ou empresas existentes, com e sem criação de postos de trabalho (excluindo o próprio emprego)
- /// Entidades coletivas sem fins lucrativos com exploração de atividades produtivas

Eixo II - Serviços Básicos de Apoio à População

3 - Gerir de Forma sustentável as infraestruturas e serviços de base

3.1 - Adequação das infraestruturas e serviços de base às necessidades específicas do território

Abrange infraestruturas e serviços de base à população, nomeadamente rede de abastecimento de água; resíduos urbanos; mobilidade sustentável de pessoas e bens; transição energética (energias renováveis, eficiência energética); pontos públicos de carregamento/abastecimento de combustíveis alternativos aos fósseis; reforço das cadeias de abastecimento curtas nos mercados locais; parques infantis/desportivos; espaços de lazer; padarias/cozinhas comunitárias; bancos de ajudas técnicas ou outros serviços à população que não sejam respostas sociais na Carta Social da RAA, entre outros investimentos de serviços de base considerados deficitários ou inexistentes em cada localidade.

Beneficiários:

/// Freguesias, municípios, Empresas Municipais e Pessoas Coletivas sem fins lucrativos.

4 - Apoiar a criação ou modernização de respostas sociais para a inclusão social

4.1 - Criação ou modernização de respostas sociais para a inclusão social

Criação ou desenvolvimento de respostas sociais para a inclusão social, no âmbito do previsto na Carta Social da RAA, devidamente fundamentadas com demonstração da sua viabilidade e sustentabilidade.

Há que evitar o apoio a projetos de equipamentos sociais que possam tornar-se excessivos e estimular as economias de escala, em cooperação e articulação entre as infraestruturas, numa perspetiva de complementaridade.

Beneficiários:

/// Instituições Particulares de Solidariedade Social

/// Municípios

EIXO III – Património Cultural, Ambiente e Sustentabilidade

5 – Preservar, valorizar e/ou dinamizar o património cultural, o ambiente e a sustentabilidade

5.1 – Promover a preservação e valorização do património cultural nas zonas rurais

Esta tipologia abrange iniciativas no âmbito da promoção, preservação e valorização do património cultural (edificado, registos, trajes/fardamentos/instrumentos, gastronomia, artesanato, tradições):

- Criação de museus e centros interpretativos; Recuperação, melhoramento e apetrechamento de zonas sociais para a realização de atividades culturais (cozinha, palco, salas de espetáculo) nas instalações das instituições com papel relevante na manutenção de práticas e tradições locais (Casas do Povo, Filarmónicas, Grupos Folclóricos, Impérios/Irmandades religiosas); Registos videográficos, fonográficos e literários (formato papel e /ou digital) associados ao património cultural; Aquisição de fardamento/trajes/instrumentos destinados a grupos musicais e/ou etnográficos; Requalificação e refuncionalização de património cultural edificado.

Beneficiários:

/// Autarquias Locais

/// Empresas municipais

/// Pessoas coletivas sem fins lucrativos

5.2 - Preservar e valorizar o património natural e a sustentabilidade ambiental - Transição para uma Sociedade Verde

Apoio a ações de sustentabilidade ambiental, no âmbito da preservação do património natural e na promoção do crescimento verde e desenvolvimento económico e social das zonas rurais de forma sustentável.

Construção e renovação de espaços verdes e zonas lúdicas/lazer (parques de campismo, zonas naturais de convívio, de repouso e ocupação tempos livres, parques desportivos, zonas balneares, trilhos pedestres,

passadiços, parques de arborismo), entre outros investimentos de preservação e valorização dos recursos endógenos naturais, com recurso a equipamentos amigos do ambiente – infraestruturas verdes.

Por outro lado, abrange aquisição de equipamentos de promoção para a transição verde e de eficiência energética, bem como de desenvolvimento de ações no âmbito da bioeconomia e economia circular, numa perspetiva de estimular a redução de desperdícios alimentares, a reciclagem e a produção de energias limpas, bem como na realização de ações de sensibilização ambiental, numa perspetiva da transição para uma sociedade verde (energia verde, transporte verde e agricultura sustentável), com redução de emissão de gases de efeito estufa.

Beneficiários:

- /// Autarquias Locais,
- /// Empresas municipais
- /// Pessoas coletivas sem fins lucrativos.
- /// Entidades com fins lucrativos (pessoas individuais e coletivas)

6.1.4. Identificação e Detalhe de Propostas Inovadoras

A EDL centra-se na melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais numa perspetiva inovadora, dado o seu carácter de visão estratégica de desenvolvimento socioeconómico sustentável, com criação de riqueza, criação de emprego e de integração social.

Desta forma, a EDL encontra-se estruturada em três eixos estratégicos:

Eixo I - Empregabilidade e Competitividade

Eixo II - Serviços básicos de apoio à população (incluindo respostas sociais para a inclusão social)

Eixo III - Património cultural, ambiente e sustentabilidade

No âmbito da empregabilidade e competitividade das empresa locais, há uma aposta inovadora, no âmbito da economia rural, de fomento do empreendedorismo jovem e a criação de condições para a diversificação da atividade empresarial, com criação de emprego e de novas empresas sobretudo através da capitalização de recursos endógenos, naturais e culturais, como vetores de geração de emprego e riqueza, nomeadamente no que se refere às novas tecnologias e digitalização das empresas rurais, bioeconomia e economia circular, bem como o aproveitamento de energias renováveis.

Pretende-se o combate à desertificação das zonas rurais por parte dos jovens, criando condições de atração e fixação dos jovens casais, com criação de empresas sustentáveis no meio rural, com criação de riqueza, combatendo a pobreza e a exclusão social, sem descurar a igualdade de género com uma maior participação das mulheres na economia rural.

Por outro lado, a aposta na diversificação da atividade empresarial é fundamental para o desenvolvimento económico e sustentável das zonas rurais, aliada à geração de emprego e riqueza e ativada pela articulação entre as potencialidades existentes e a criação de novas atividades e serviços de apoio à população.

A utilização e recurso às novas tecnologias da informação e comunicação desempenha, atualmente, um papel inovador, tendo em conta a transição digital no desenvolvimento das zonas rurais. No entanto, tendo em conta, ainda, o desfasamento evidente entre os níveis de utilização das mesmas nos centros urbanos e zonas rurais, considera-se fundamental o recurso à utilização de novas tecnologias nas empresas rurais, nomeadamente no apoio à gestão, comercialização e promoção dos produtos locais (Comércio Eletrónico, Marketing Digital, etc.), bem como promover os setores conexos ao setor agrícola e silvícola, tais como o turismo e as indústrias culturais e criativas, de forma a contribuírem para o desenvolvimento económico, social e ambiental e a transição inteligente do meio rural.

Sendo o turismo um dos setores inovadores com elevado potencial de crescimento, a dinamização da economia local, através do Turismo Rural e de Natureza, associados à promoção e valorização do património natural e cultural e à diversificação das atividades não agrícolas, são vetores-chave da estratégia.

As zonas rurais abrangidas contemplam um vasto património natural e cultural muito rico e diversificado, que lhes confere uma identidade única, refletindo-se nas paisagens naturais e culturais únicas, no património arquitetónico e nas suas tradições e manifestações culturais, com potencialidades de iniciativas inovadoras na sua preservação e valorização.

O aproveitamento do potencial económico e turístico, natural e cultural, das zonas rurais será potenciado através de investimentos necessários ao desenvolvimento empresarial e diversificação das atividades não agrícolas das zonas rurais. Efetivamente, há um foco para a criação de novas empresas orientadas para o aproveitamento dos recursos endógenos, como seja a bioeconomia e a economia circular, a produção de energias renováveis, aliada à transição, com a diversificação de atividades para o desenvolvimento de novos produtos e serviços, contribuindo para um desenvolvimento económico sustentável.

Tendo em conta a riqueza do património cultural e natural das zonas rurais, é fundamental a sua valorização e preservação, no âmbito da competitividade e sustentabilidade dos territórios.

Os três eixos estratégicos, de forma integrada, têm impactos no desenvolvimento económico das zonas rurais, com geração de riqueza, tornando a sociedade mais coesa e inclusiva, combatendo a pobreza e a exclusão social. No âmbito da promoção de uma sociedade coesa e inclusiva, foi identificada a necessidade do reforço da rede de equipamentos e serviços de proximidade, especialmente de carácter social, com criação de melhores condições para a fixação da população, nomeadamente de casais jovens, bem como de serviços de apoio à população, nomeadamente de crianças, jovens e idosos.

Neste âmbito, há que adequar a oferta de respostas sociais existentes às necessidades específicas do território. O incentivo ao investimento em equipamentos e serviços de apoio à comunidade local torna-se essencial para a promoção da integração social dos principais grupos vulneráveis, como sejam crianças, jovens, deficientes e idosos.

Assim, os serviços de animação cultural e recreativa de base local desempenham um papel fundamental na dinamização das comunidades rurais, como promotores da melhoria da qualidade de vida e bem-estar social, pelo que se torna fundamental o apoio público para o desenvolvimento das atividades das Instituições Particulares de Solidariedade Social e das Autarquias Locais, através da promoção do acesso da população rural aos serviços e infraestruturas de apoio.

6.2. Plano de Financiamento

Limites e Percentagens de Ajudas e Investimentos Elegíveis:

Eixo I - Empregabilidade e Competitividade

1- Fomentar o empreendedorismo dos jovens

1.1 - Instalação de empresas por jovens

Investimentos elegíveis

Atribuição de prémio no montante de 18.000 €, sujeito à apresentação de um plano de negócios de 3 anos, cujo pagamento seria efetuado em 3 frações anuais (1º ano - 10.000 €; 2º ano – 5.000 € e 3º ano – 3.000 €)

Beneficiários:

/// Jovens com idade igual ou inferior a 40 anos (com escolaridade mínima obrigatória)

/// Desempregados de longa duração (período superior a 12 meses)

/// Pessoas coletivas, cujo(s) sócio (s) cumpram os requisitos supramencionados

2 - Dinamizar a criação de novas empresas e qualificar as existentes

2.1 - Criação e/ou desenvolvimento de micro e pequenas empresas

Investimentos elegíveis:

/// Criação de novas empresas e desenvolvimento de empresas existentes, com intuito da diversificação das atividades não agrícolas, aproveitamento de recursos endógenos e a transição digital nas empresas rurais. Com ou sem criação de emprego (excluindo o próprio emprego).

Taxas de Apoio:

/// 50% (sem criação de postos de trabalho)

/// 70% (com criação de um ou mais postos de trabalho – excluindo próprio emprego).

Eixo II - Serviços Básicos de Apoio à População

3 - Gerir de Forma sustentável as infraestruturas e serviços de base

3.1 - Adequação das infraestruturas e serviços de base às necessidades específicas do território

Abrange infraestruturas e serviços de base à população, nomeadamente rede de abastecimento de água; resíduos urbanos; mobilidade sustentável de pessoas e bens; transição energética (energias renováveis, eficiência energética); pontos públicos de carregamento/abastecimento de combustíveis alternativos aos fósseis; reforço das cadeias de abastecimento curtas nos mercados locais; parques infantis/desportivos; espaços de lazer; padarias/cozinhas comunitárias; bancos de ajudas técnicas ou outros serviços à população que não sejam respostas sociais na Carta Social da RAA, entre outros investimentos de serviços de base considerados deficitários ou inexistentes em cada localidade.

Taxas de apoio por tipo de beneficiário:

/// 100% Freguesias

/// 80% Municípios, Empresas Municipais e Pessoas Coletivas sem fins lucrativos.

4 - Apoiar a criação ou modernização de respostas sociais para a inclusão social

4.1 - Criação ou modernização de respostas sociais para a inclusão social

Criação ou desenvolvimento de respostas sociais para a inclusão social, no âmbito do previsto na Carta Social da RAA, devidamente fundamentadas com demonstração da sua viabilidade e sustentabilidade.

Há que evitar o apoio a projetos de equipamentos sociais que possam tornar-se excessivos e estimular as economias de escala, em cooperação e articulação entre as infraestruturas, numa perspetiva de complementaridade.

Taxas de apoio por tipo de beneficiário:

/// 100% Instituições Particulares de Solidariedade Social

/// 100% Municípios

EIXO III – Património Cultural, Ambiente e Sustentabilidade

5 – Preservar, valorizar e/ou dinamizar o património cultural, o ambiente e a sustentabilidade

5.1 – Promover a preservação e valorização do património cultural nas zonas rurais

Esta tipologia abrange iniciativas no âmbito da promoção, preservação e valorização do património cultural (edificado, registos, trajes/fardamentos/instrumentos, gastronomia, artesanato, tradições), nomeadamente: Criação e desenvolvimento de museus e centros interpretativos; Recuperação, melhoramento e apetrechamento de zonas sociais para a realização de atividades culturais (cozinha, palco, salas de espetáculo) nas instalações das instituições com papel relevante na manutenção de práticas e tradições locais (Casas do Povo, Filarmónicas, Grupos Folclóricos, Impérios/Irmandades religiosas); Registos videográficos, fonográficos e literários (formato papel e /ou digital) associados ao património cultural; Aquisição de fardamento/trajes/instrumentos destinados a grupos musicais e/ou etnográficos; Requalificação e refuncionalização de património cultural edificado.

Taxas de apoio por tipo de beneficiário:

/// 100% Freguesias

/// 80% Municípios, Empresas municipais e Pessoas coletivas sem fins lucrativos.

5.2 - Preservar e valorizar o património natural e a sustentabilidade ambiental - Transição para uma Sociedade Verde

Apoio a ações de sustentabilidade ambiental, no âmbito da preservação do património natural e na promoção do crescimento verde e desenvolvimento económico e social das zonas rurais de forma sustentável.

Construção e renovação de espaços verdes e zonas lúdicas/lazer (parques de campismo, zonas naturais de convívio, de repouso e ocupação tempos livres, parques desportivos, zonas balneares, trilhos pedestres, passadiços, parques de arborismo), entre outros investimentos de preservação e valorização dos recursos endógenos naturais, com recurso a equipamentos amigos do ambiente – infraestruturas verdes.

Por outro lado, abrange aquisição de equipamentos de promoção para a transição verde e de eficiência energética, bem como de desenvolvimento de ações no âmbito da bioeconomia e economia circular, numa perspetiva de estimular a redução de desperdícios alimentares, a reciclagem e a produção de energias limpas, bem como na realização de ações de sensibilização ambiental, numa perspetiva da transição para uma sociedade verde (energia verde, transporte verde e agricultura sustentável), com redução de emissão de gases de efeito estufa.

Taxas de apoio por tipo de beneficiário:

/// 100% Freguesias

/// 80% Municípios, Empresas municipais e Pessoas coletivas sem fins lucrativos.

/// 50% Entidades com fins lucrativos (pessoas individuais e coletivas)

6.2.1. Despesa pública

Tabela 76. PLANO DE FINANCIAMENTO – Previsão de despesa pública necessária por sub-intervenções e anos

| Ano | Sub- Intervenções | | Despesa pública (euros) | | | Despesa Total (euros) |
|------|-------------------|--|-------------------------|-------------------|---------------------|-----------------------|
| | Código | Denominação | ORAA | FEADER | Total | |
| 2023 | E.16.1 | Implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local | - | - | - | - |
| | E.16.2 | Atividades de cooperação entre grupos de ação local | - | - | - | - |
| | E.16.3 | Gestão, acompanhamento, avaliação e animação de grupos de ação local | 8.250,00 | 46.750,00 | 55.000,00 | 55.000,00 |
| | | Total | 8.250,00 | 46.750,00 | 55.000,00 | 55.000,00 |
| 2024 | E.16.1 | Implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local | 135.000,00 | 765.000,00 | 900.000,00 | 1.142.164,94 |
| | E.16.2 | Atividades de cooperação entre grupos de ação local | 9.476,21 | 53.698,53 | 63.174,74 | 63.174,74 |
| | E.16.3 | Gestão, acompanhamento, avaliação e animação de grupos de ação local | 30.000,00 | 170.000,00 | 200.000,00 | 200.000,00 |
| | | Total | 174.476,21 | 988.698,53 | 1.163.174,24 | 1.405.339,68 |
| 2025 | E.16.1 | Implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local | 112.337,98 | 636.581,89 | 748.919,87 | 950.433,35 |
| | E.16.2 | Atividades de cooperação entre grupos de ação local | 9.476,21 | 53.698,53 | 63.174,74 | 63.174,74 |
| | E.16.3 | Gestão, acompanhamento, avaliação e animação de grupos de ação local | 30.200,00 | 171.700,00 | 202.000,00 | 202.000,00 |
| | | Total | 152.014,19 | 861.980,42 | 1.014.094,61 | 1.215.608,09 |
| 2026 | E.16.1 | Implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local | 75.000,00 | 425.000,00 | 500.000,00 | 634.536,08 |
| | E.16.2 | Atividades de cooperação entre grupos de ação local | 9.476,21 | 53.698,53 | 63.174,74 | 63.174,74 |
| | E.16.3 | Gestão, acompanhamento, avaliação e animação de grupos de ação local | 30.784,50 | 174.445,47 | 205.229,97 | 205.229,97 |
| | | Total | 115.260,71 | 653.144,00 | 768.404,71 | 902.940,79 |
| 2027 | E.16.1 | Implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local | 75.000,00 | 425.000,00 | 500.000,00 | 634.536,07 |
| | E.16.2 | Atividades de cooperação entre grupos de ação local | - | - | - | - |
| | E.16.3 | Gestão, acompanhamento, avaliação e animação de grupos de ação local | - | - | - | 208.000,00 |
| | | Total | 75.000,00 | 425.000,00 | 500.000,00 | 842.536,07 |

| Ano | Sub- Intervenções | | Despesa pública (euros) | | | Despesa privada (euros) | Despesa Total (euros) |
|--------------|-------------------|--|-------------------------|---------------------|---------------------|-------------------------|-----------------------|
| | Código | Denominação | ORAA | FEADER | Total | | |
| 2028 | E.16.1 | Implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local | - | - | - | - | - |
| | E.16.2 | Atividades de cooperação entre grupos de ação local | - | - | - | - | - |
| | E.16.3 | Gestão, acompanhamento, avaliação e animação de grupos de ação local | - | - | - | 210.000,00 | 210.000,00 |
| | | Total | - | - | - | 210.000,00 | 210.000,00 |
| 2029 | E.16.1 | Implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local | - | - | - | - | - |
| | E.16.2 | Atividades de cooperação entre grupos de ação local | - | - | - | - | - |
| | E.16.3 | Gestão, acompanhamento, avaliação e animação de grupos de ação local | - | - | - | 212.000,00 | 212.000,00 |
| | | Total | - | - | - | 212.000,00 | 212.000,00 |
| Total E.16.1 | | | 397.337,98 | 2.251.581,89 | 2.648.919,87 | 712.750,57 | 3.361.670,44 |
| Total E.16.2 | | | 28.428,63 | 161.095,59 | 189.524,22 | - | 189.524,22 |
| Total E.16.3 | | | 99.234,50 | 562.895,47 | 662.229,97 | 630.000,00 | 1.292.229,97 |
| | | Total EDL | 525.001,11 | 2.975.572,95 | 3.500.674,06 | 1.342.750,57 | 4.843.424,63 |

Tabela 77. PLANO DE AÇÃO DA EDL – Objetivos

| Código | Descrição | OE PEPAC relacionados | Necessidades PEPAC | Necessidades locais (resultado da própria EDL) | Tipo de investimento | Tipo de beneficiário | Ajuda (%) | Ajuda máxima (euros) | Previsão Despesa Pública (euros) |
|----------|---|-----------------------|--|---|---|--|--|----------------------|----------------------------------|
| E.16.1.1 | Prémio à instalação de Empresas Rurais | OE2 OE7 OE8 | PTOE8N1 AOE2N5 AOE7N5 AOE8N1 | Contributo para criação emprego Fomento/Incentivo Jovens Empresários/Agricultores à criação de negócio | Prémio à instalação de empresas rurais | Pessoas singulares com idade igual ou inferior a 40 anos e escolaridade obrigatória Desempregados de longa duração Pessoas coletivas em que os sócios correspondem a um dos anteriores | 100% | 18.000€ | 90.000,00 € |
| E.16.1.2 | Apoio à criação e/ou desenvolvimento de empresas em meio rural | OE2 OE7 OE8 | PTOE8N1 PTOE8N2 AOE2N5 AOE7N5 AOE8N1 AOE8N4 | Contributo para criação emprego Manutenção/Melhoria de empresas existentes Fomento/Incentivo Jovens Empresários/Agricultores à criação de negócio Promoção Bioeconomia e Economia circular Digitalização Empresas (Transição Inteligente) | Comparticipação financeira a fundo perdido para investimentos afetos à implementação/melhoria de atividades económicas (não agrícolas) em meio rural | PME a criar Empresas existentes Empresários em Nome Individual Entidades Coletivas sem fins lucrativos que explorem atividades produtivas | 50% (Sem criação de postos de trabalho) 70% (Com criação de um ou mais postos de trabalho) | 200.000€ | 975.000,00 € |
| E.16.1.3 | Gestão sustentável de infraestruturas e serviços de base | OE8 | PTOE8N1 PTOE8N2 AOE2N5 AOE7N5 AOE8N1 AOE8N4 | Manutenção/Melhoria de infraestruturas sociais Manutenção/Melhoria de infraestruturas recreativas e de lazer Promoção e gestão de serviços de base Transição Verde | Comparticipação financeira a fundo perdido para projetos de investimento na criação e gestão de infraestruturas sociais e de serviços de base em meio rural | Autarquias Locais Empresas Municipais Pessoas Coletivas sem fins lucrativos | 100% (Juntas de Freguesia) 80% (Municípios, Empresas Municipais e Pessoas Coletivas sem Fins Lucrativos) | 200.000€ | 723.919,87 € |
| E.16.1.4 | Apoio à criação ou modernização de respostas sociais para a inclusão social | OE8 | PTOE8N1 AOE2N5 AOE8N4 | Contributo para criação emprego Manutenção/Melhoria de serviços sociais existentes Fomento/Incentivo Criação atividade sociais e de inclusão social Promoção atividades sociais para afastamento de comportamentos de risco Digitalização das Entidades (Transição Inteligente) | Comparticipação financeira a fundo perdido para investimentos afetos à implementação/melhoria de atividades sociais em meio rural | Municípios Instituições Particulares de Solidariedade Social | 100% | 200.000€ | 620.000,00 € |

| Código | Descrição | OE PEPAC relacionados | Necessidades PEPAC | Necessidades locais (resultado da própria EDL) | Tipo de investimento | Tipo de beneficiário | Ajuda (%) | Ajuda máxima (euros) | Previsão Despesa Pública (euros) |
|---------|---|-----------------------|---|---|---|--|--|----------------------|----------------------------------|
| E:16.15 | Preservação, valorização e/ou dinamização do património | OE8 | PTOE8N1 AOE2N5 AOE7N5 AOE8N2 AOE8N4 AOE8N9 | Contributo para preservar o vário expólito cultural dos Açores Manutenção/Melhoria do património arquitetónico Manutenção e incentivo ao desenvolvimento de atividades culturais | Comparticipação financeira a fundo perdido para projetos de investimento na preservação, manutenção e valorização do património arquitetónico e cultural do território de intervenção | Autarquias Locais Empresas Municipais Pessoas Coletivas sem fins lucrativos | 100% Juntas de Freguesia 80% Municípios, Empresas Municipais e Pessoas Coletivas sem Fins Lucrativos | 200.000€ | 120.000,00 € |
| E:16.16 | Transição para uma sociedade verde | OE8 OE9 | PTOE8N1 PTOE8N2 PTOE9N1 AOE2N5 AOE7N5 AOE8N4 AOE8N9 | Contributo para a criação de "Aldeias Inteligentes" Melhoria ecológica/ambiental de empresas existentes Fomento/Incentivo á Utilização de Energias renováveis Promoção Bioeconomia e Economia circular Digitalização Empresas/Entidades (Transição Inteligente) | Comparticipação financeira a fundo perdido para investimentos afetos à criação de serviços/produtos que contribuem para o ambiente no meio rural | Autarquias Locais Empresas Municipais Pessoas Coletivas sem fins lucrativos Empresários em Nome Individual ou Pessoas Coletivas com fins lucrativos | 100% Juntas de Freguesia 80% Municípios, Empresas Municipais e Pessoas Coletivas sem Fins Lucrativos 50% Empresários em Nome Individual ou Pessoas Coletivas com Fins Lucrativos | 200.000€ | 120.000,00 € |

Tabela 78. PLANO DE AÇÃO – Indicadores obrigatórios

| Código | Descrição | INDICADORES RESULTADO GERAIS (obrigatórios) | | | | | | | | | |
|--------|--|---|------------------|-------------------------------|--------------|------------------|------------------|-----------------------|------------------|------------------|--|
| | | Nº de projetos | | Despesa pública total (euros) | | | | Despesa total (euros) | | | |
| | | Total | Promotor Público | Promotor Privado | Total | Promotor Público | Promotor Privado | Total | Promotor Público | Promotor Privado | |
| R.15 | Energia renovável | 2 | 2 | 0 | 120.000,00 | 120.000,00 | 0,00 | 150.000,00 | 150.000,00 | 0,00 | |
| R.37 | Novos empregos | 21 | 2 | 19 | 1.134.000,00 | 144.000,00 | 990.000,00 | 1.555.714,29 | 180.000,00 | 1.375.714,29 | |
| R.38 | Percentagem da população rural abrangida por EDL's | 60 | 24 | 36 | 2.648.919,87 | 1.075.919,87 | 1.573.000,00 | 3.361.670,44 | 1.251.670,44 | 2.110.000,00 | |
| R.39 | Empresas | 17 | 0 | 17 | 1.065.000,00 | 0,00 | 1.065.000,00 | 1.590.000,00 | 0,00 | 1.590.000,00 | |
| R.40 | Transição inteligente | 1 | 1 | 0 | 20.000,00 | 20.000,00 | 0,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | |
| R.41 | Conexão da Europa rural | 15 | 15 | 0 | 723.919,87 | 723.919,87 | 0,00 | 851.670,44 | 851.670,44 | 0,00 | |
| R.42 | Promoção da inclusão social | 15 | 5 | 10 | 620.000,00 | 160.000,00 | 460.000,00 | 620.000,00 | 160.000,00 | 460.000,00 | |

Tabela 79. Previsão do PEPAC RAA LEADER

| Intervenções | Indicador | | Valor |
|--|------------------------------|----------------|--------------|
| | | | |
| Geral | Superfície coberta pelo GAL | | 511,59 km² |
| | População coberta pelo GAL | | 66.059 |
| Implementação de operações conforme estratégia de desenvolvimento local. (Projeto de promotores públicos/ privados) | Nº de projetos apoiados | Produtivos | 20 |
| | | Não Produtivos | 40 |
| | Nº de promotores de projetos | Públicos | 24 |
| | | Privados | 36 |
| Despesa Pública (euros) | Produtivos | | 1.065.000,00 |
| | Não Produtivos | | 1.583.919,87 |
| | Públicos | | 1.075.919,87 |
| | Privados: | | 1.573.000,00 |
| Nº de empregos criados | | 21 | |
| Nº de empregos mantidos ou consolidados | | 11 | |
| Nº de projetos de cooperação | | 3 | |
| Despesa Pública (euros) | | 189.524,22 | |
| Nº de grupos envolvidos em projetos de cooperação | | 6 | |
| Nº de ações de animação | | 4 | |
| Nº de ações de formação interna | | 5 | |
| Despesa Pública (euros) | | 662.229,97 | |
| Atividades de cooperação dos grupos de ação local | | | |
| Custos de funcionamento e animação dos grupos de ação local | | | |

6.3. Disposições para Gestão, Acompanhamento e Avaliação da EDL

6.3.1. Descrição da Entidade Candidata a Gestor da EDL

A ASDEPR – Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural é uma associação privada sem fins lucrativos, constituída a 4 de julho de 1995 a partir de uma parceria entre várias entidades públicas e privadas, tendo como área de intervenção os concelhos de Lagoa, Nordeste, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo.

É uma associação de âmbito local, de utilidade pública, cuja atividade se centra na dinamização socioeconómica e cultural do seu território, com o fim de potenciar um desenvolvimento harmonioso e sustentável e uma melhoria da qualidade de vida das populações nas zonas rurais.

A atividade da ASDEPR iniciou-se com o Programa de Iniciativa Comunitária LEADER II, no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio, tendo, posteriormente, a ASDEPR assumido a gestão do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER +, no III Quadro Comunitário de Apoio, a implementação do Eixo 3 do PRORURAL 2007-2013 – Abordagem LEADER e, atualmente ainda em vigor, a submedida 19.2 do PRORURAL+, como organismo intermédio de gestão.

No período que decorreu entre 1995 e 2013, durante o qual a ASDEPR, como organismo intermédio, geriu fundos do PIC LEADER II e LEADER + e, posteriormente, PRORURAL - Abordagem LEADER, a ASDEPR geriu uma verba comunitária de cerca de 11 milhões de euros e aprovou 442 projetos, para um investimento total elegível de cerca de 16.500 milhões de euros. A nível dos três programas, a ASDEPR atingiu taxas de aprovação e de execução muito próximas dos 100%, garantindo uma boa gestão dos fundos comunitários que foram colocados à sua disposição no desenvolvimento das zonas rurais e da melhoria da qualidade de vida das suas populações.

A ASDEPR, sendo designada como a entidade gestora, tem uma vasta experiência na gestão de programas e fundos comunitários, possuindo uma situação económica e financeira equilibrada, pelo que estão garantidas as capacidades financeira, técnica e material, com recursos humanos próprios e permanentes devidamente habilitados, com competências para a análise, decisão e acompanhamento das operações a financiar e com capacidade para a gestão e implementação da Estratégia de Desenvolvimento Local proposta.

6.3.2. Taxa de Compromisso e Execução Final (período 2007-2013)

No período de programação de 2007-2013, o valor total de investimento elegível aprovado foi de 6.783.787,13 €, com um valor de Despesa Pública de 5.174.234,67 €.

Taxa de compromisso: 97,47 %

Taxa de execução: 97,21 %

Tabela 80. Dados no Período de Programação 2007-2013

| Medidas/ Ações | N.º PA Recebidos | N.º PA Aprovados | Investimento Elegível | Despesa Pública | | |
|----------------|------------------|------------------|-----------------------|---------------------|---------------------|-------------------|
| | | | | TOTAL | FEADER | ORAA |
| 3.1.1 | 2 | 1 | 17.854,90 | 12.498,44 | 10.623,68 | 1.874,76 |
| 3.1.2 | 44 | 22 | 1.722.488,60 | 1.053.829,09 | 895.754,77 | 158.074,32 |
| 3.1.3 | 8 | 4 | 483.092,27 | 268.626,41 | 228.332,46 | 40.293,95 |
| 3.1 | 54 | 27 | 2.223.435,77 | 1.334.953,94 | 1.134.710,91 | 200.243,03 |
| 3.2.1 | 84 | 68 | 3.233.564,31 | 2.884.446,69 | 2.451.779,68 | 432.667,01 |
| 3.2.2 | 75 | 53 | 1.326.787,05 | 954.834,04 | 811.608,98 | 143.225,06 |
| 3.2 | 159 | 121 | 4.560.351,36 | 4.839.280,73 | 3.263.388,66 | 575.892,07 |
| Total | 213 | 148 | 6.783.787,13 | 5.174.234,67 | 4.398.099,57 | 776.135,10 |

6.3.3. Processos de Gestão, Acompanhamento e Avaliação

/// Modelo de Governação

Como modelo de Governação existe uma Unidade de Gestão, composta por 5 elementos, incluindo o presidente da Direção da entidade gestora ASDEPR, que preside.

A Unidade de Gestão tem como competências:

/// A Gestão e Execução da Estratégia de Desenvolvimento Local

/// A Animação da Parceria Local

/// Acompanhamento

Para garantir uma correta implementação da EDL, existirá um sistema de acompanhamento e controlo dos projetos aprovados, por parte da equipa técnica, sob orientação do Órgão de Gestão, através de ações de acompanhamento dos projetos junto dos promotores.

As ações de acompanhamento poderão consistir em diversas modalidades, nomeadamente por meio de troca de correspondência a solicitar informações, verificação física da execução dos projetos nas diversas fases de execução, participação nas atividades desenvolvidas pelo promotor, evidências documentais, fotográficas, entre outras.

Neste sentido, o acompanhamento prevê a entrega, por parte dos beneficiários, de documentos comprovativos de cumprimento dos objetivos a que o projeto se propõe, de acordo com o tipo de projetos, como sejam licenciamentos da atividade, documentos contabilísticos e fiscais, declarações de remunerações da segurança social, etc.

Após as visitas de acompanhamento, é elaborado um relatório de verificação física no local.

Por outro lado, é verificado se o promotor possui um dossiê com toda a documentação relativa ao projeto, devendo a mesma estar disponível para consulta.

A ASDEPR tem disponível um dispositivo de gestão e controlo de projetos que lhe permite ter uma situação de execução e implementação da EDL sempre atualizada contando, para tal, com um sistema informático adequado.

A nível das Despesas de Funcionamento e dos Projetos de Cooperação, a ASDEPR dispõe de uma contabilidade organizada de acordo com o SNC e adequada às exigências e especificidades do Programa Leader.

/// Avaliação

No âmbito da execução do PRORURAL (2007-2013), a ASDEPR procedeu apenas a avaliações internas intercalares e final.

As avaliações internas, concretizadas através de relatórios de execução anuais, visaram a análise dos resultados alcançados anualmente, a nível da execução física e financeira da EDL e do cumprimento dos objetivos e metas previstas, tendo dado lugar a alterações ao Plano Financeiro ao longo do período de programação.

No âmbito do PRORURAL+ (2014-2020) foram realizadas avaliações internas e uma avaliação intercalar externa.

Assim, as avaliações internas visam o acompanhamento, monitorização e avaliação da EDL, através da análise *ongoing* do cumprimento das metas relativas aos indicadores de realização e de resultados previstos na EDL.

No que se refere à autoavaliação, são consideradas as seguintes vertentes:

- /// Cumprimento dos objetivos: verificação do nível de execução financeira e física, criação de postos de trabalho, etc.
- /// Enquadramento dos projetos na EDL;
- /// Adequação do acompanhamento aos promotores e projetos;
- /// Qualidade da divulgação do Programa no território de intervenção.

A monitorização dos objetivos, metas e resultados é realizada anualmente, resultando na publicação de relatórios de execução anuais, a serem apresentados à Assembleia Geral, com informação sobre projetos aprovados, pedidos de pagamento efetuados, resultados previstos e atingidos, de forma a avaliar a consistência dos resultados e indicadores definidos e verificar a necessidade de introduzir alterações ou ajustes à EDL. No decorrer da implementação da EDL do PRORURAL+ foram realizadas diversas alterações ao Plano Financeiro ao longo do período de programação.

Foi realizada uma avaliação externa intercalar no ano de 2018, que efetuou um estudo de avaliação sobre a atividade da ASDEPR e o cumprimento e adequação da execução do programa e do seu impacto no território de intervenção. A avaliação externa intercalar compreendeu um relatório de avaliação intercalar sobre a execução da EDL que incidiu sobre o período compreendido entre o início da execução até 31 de dezembro de 2018. O resultado da avaliação intercalar permitiu apurar os resultados obtidos e metas definidas, identificar os pontos fortes e pontos fracos da execução, bem como aferir a necessidade de introduzir alterações à EDL. Foi, ainda, prevista a realização de um relatório de avaliação ex-post, a incidir sobre todo o período de programação.

7. Procedimento de Gestão de Avisos

7.1. Sistema de Priorização de Projetos

As candidaturas dos projetos serão apresentadas mediante a prévia publicação de Avisos de abertura de candidaturas.

A Estrutura Técnica Local (ETL) está assegurada por cinco técnicos devidamente habilitados da ASDEPR, sendo constituída por uma equipa multidisciplinar, dirigida por uma coordenadora.

A ETL procede ao controlo documental do processo de candidatura e, em caso de alguma inconformidade, o beneficiário é notificado, sendo interrompido o prazo para apreciação das candidaturas.

Após a entrega de toda a documentação, a ETL procede à emissão de parecer técnico com proposta de decisão fundamentada, tendo em conta o cumprimento dos critérios de elegibilidade do beneficiário e da operação, a análise da razoabilidade dos custos com o apuramento do montante total elegível, o nível de apoio a atribuir, o cruzamento de informação com outros fundos, os procedimentos de contratação pública (quando aplicável) e a pontuação atribuída aos critérios de seleção definidos nos anúncios dos períodos de apresentação das candidaturas. Poderá realizar-se uma visita ao local onde será desenvolvido o projeto, se for o caso.

Na análise das candidaturas serão, caso se justifique, considerando a sua pertinência e setor de atividade em causa, consultadas entidades governamentais das áreas respetivas de intervenção dos projetos.

Após análise das candidaturas, a proposta de decisão da ETL é remetida para o Órgão de Gestão que, com base nos pareceres e nos critérios de seleção, fará a sua apreciação e propõe à Autoridade de Gestão da Comissão de Gestão as propostas de aprovação e/ou reprovação das candidaturas, devendo todas as decisões tomadas pelo Órgão de Gestão ser fundamentadas e assinadas pelos seus elementos.

Antes da emissão do parecer final pela Autoridade de Gestão, a ETL, procede previamente à audiência de interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, quanto à eventual intenção de indeferimento total ou parcial e respetivos fundamentos.

7.2. Critérios de Seleção

Os critérios de seleção para os pedidos de apoio à intervenção no âmbito do Leader PEPAC Açores 2023-2027, serão definidos com base em critérios diferenciadores, tendo em conta o impacto esperado no desenvolvimento do território, nomeadamente a criação de emprego e de empresas, bem como de diversificação da atividade, numa perspetiva de desenvolvimento integrado e de forma sustentável.

Assim, apresenta-se uma descrição mais detalhada dos critérios de seleção, a considerar em cada eixo do plano de ação do Leader PEPAC /Açores 2023-2027.

A nível do Eixo I – Empregabilidade e Competitividade, pretende-se que os critérios de seleção a utilizar avaliem o nível de adequação dos pedidos de apoio à Estratégia de Desenvolvimento Local definida, tendo por

finalidade avaliar o enquadramento do pedido de apoio aos objetivos estratégicos definidos na Estratégia de Desenvolvimento Local, tipologias de projetos e criação de emprego.

Os critérios de seleção deverão permitir, igualmente, realizar uma análise técnica aos pedidos de apoio, através da qual se pretende realizar uma avaliação considerando os aspetos diferenciadores dos projetos, tendo em conta diversos aspetos, nomeadamente impacto territorial, inovação, ambiente, nomeadamente a nível da eficiência energética e da transição para uma economia verde e experiência dos promotores.

No Eixo II – Serviços Básicos de Apoio à População, os critérios de seleção a definir deverão ter em conta a tipologia de intervenção.

Assim, a nível da Gestão Sustentável de Infraestruturas e Serviços de Base, os critérios de seleção deverão permitir avaliar o enquadramento do pedido de apoio nos objetivos estratégicos definidos na Estratégia de Desenvolvimento Local, a existência de mercado e a criação de emprego.

A nível da análise técnica pretende-se uma avaliação considerando os aspetos diferenciadores dos projetos, tendo em conta diversos aspetos, nomeadamente qualidade do projeto (cumulativo), ambiente, parcerias e abrangência territorial.

Quanto à tipologia Apoio à Criação ou modernização de respostas sociais para a inclusão social, pretende-se, igualmente, avaliar o enquadramento do pedido de apoio nos objetivos estratégicos definidos na Estratégia de Desenvolvimento Local, a tipologia do projeto e criação de emprego.

A nível da análise técnica pretende-se uma avaliação considerando os aspetos diferenciadores dos projetos, tendo em conta diversos aspetos, nomeadamente qualidade do projeto (cumulativo), ambiente, parcerias e abrangência territorial.

No Eixo III – Património Cultural, Ambiente e Sustentabilidade, os critérios de seleção a definir deverão também ter em conta a tipologia de intervenção.

Assim, a nível da tipologia Preservação, valorização e/ou dinamização do património, os critérios de seleção deverão permitir avaliar o enquadramento do pedido de apoio nos objetivos estratégicos definidos na Estratégia de Desenvolvimento Local, tipologia do projeto, grau de impacto no Território de Intervenção, ambiente e articulação com outras áreas de intervenção.

Na tipologia Transição para uma sociedade verde, os critérios de seleção deverão ter por finalidade avaliar o enquadramento do pedido de apoio nos objetivos estratégicos definidos na Estratégia de Desenvolvimento Local, o grau de impacto no Território de Intervenção e o ambiente.

7.3.Procedimento para Resolução de Potenciais Conflitos de Interesse e Combate a Fraudes na Seleção de Projetos

A ASDEPR assegura a prevenção de riscos de corrupção ao nível das candidaturas, sendo que o técnico não deverá participar na análise da mesma, nem ao nível da análise do pedido de apoio, nem ao nível da análise de pedido de pagamento, no caso de conflito de interesses.

Igualmente, será garantida a segregação de funções, na Estrutura Técnica Local (ETL), entre a análise do pedido de apoio e a análise do pedido de pagamento.

Por outro lado, na análise das candidaturas serão consultadas entidades governamentais das áreas respetivas de intervenção dos projetos, por forma a ser efetuado o despiste a eventuais fraudes e duplo financiamento.

Assim, e a nível da proposta de decisão sobre as candidaturas, os pedidos de apoio dos beneficiários são objeto de parecer pela Unidade de Gestão, em função do orçamento anual para cada ação, da pontuação obtida com a aplicação dos critérios de seleção e dos pareceres emitidos pela ETL.

A Unidade de Gestão deverá emitir um parecer devidamente fundamentado sobre a proposta de decisão, o qual deverá constar em ata. Estas deliberações são tomadas com a presença da maioria dos membros, devendo manter-se a representatividade, abrangendo em mais de 50% da sua composição parceiros sociais e económicos privados. As deliberações são tomadas à pluralidade dos votos, tendo o presidente o voto de qualidade.

Os pedidos de apoio em que o beneficiário seja um membro da Unidade de Gestão, são objeto de proposta de decisão sem a participação do mesmo.